JOSÉ SODRÉ DE OLIVEIRA

A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO FEDERAL PARA A FORMAÇÃO TÉCNICA DOS TRABALHADORES EM RONDÓNIA: O CASO JI-PARANÁ DESDE 2008

Orientador: Fernando Rui Sousa Campos

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa
2017

JOSÉ SODRÉ DE OLIVEIRA

A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO FEDERAL PARA A FORMAÇÃO TÉCNICA DOS TRABALHADORES EM RONDÓNIA: O CASO JI-PARANÁ DESDE 2008

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política – Cidadania e Governação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, segundo o Despacho de Nomeação de Juri nº. 73/2017, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor João de Almeida Santos

Arguente: Professor Doutor José Carlos Calazans

Orientador: Professor Doutor Fernando Rui Sousa Campos.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa
2017

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e pelo dom da sabedoria a mim concedido.

Agradeço à minha Mãe Maria Gaspar de Oliveira e minha Esposa Maria da Rocha Ramos Sodré, pelo apoio e compreensão incondicionais nos momentos mais difíceis da vida, sendo companheira fiel e leal nas dores e nas alegrias.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Fernando, por se dispor a me auxiliar em mais esta etapa de formação tão importante em minha caminhada pessoal e profissional.

Resumo

Com este trabalho pretende-se dar a conhcer a atuação do poder público federal na formação técnica dos trabalhadores em Rondónia desde 2008, mais concretamente no caso Ji-Paraná. No inicio pretende-se abordar de forma sucinta, os conceitos de Poder, Política, Homem e Estado; destaca-se nesta investigação através da pesquisa bibliográfica, as políticas públicas educacionais no Brasil e a formação técnica oferecida pelo governo federal aos trabalhadores. Pautado no método teórico-empírico e valendo-se de dados coletados por meio de questionário semiestruturado, tratando da fundação histórica e a implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia a partir de 2008. Na conclusão do trabalho constatou-se que 38.88% dos investigaçãodos afirmam que o poder público federal tem contribuído de forma significativa para a formação técnica dos trabalhadores no Estado e 33,33% perceberam como sendo expressiva a atuação do governo na esfera federal no que tange à formação técnica dos trabalhadores na região.

Palavras chaves: *Políticas públicas. Poder público federal. Formação técnica. Trabalhadores em Rondónia.*

Abstract

This research intends to investigate the role of the federal government in the technical training of workers in Rondónia since 2008, specifically in relation to Ji-Parana case. Initially, it seeks to approach succinctly, the concepts of Power, Politics, Man and State; then, by means of literature, it examines the main educational public policies in Brazil and the technical training offered by the federal government to workers. Guided by the theoretical and empirical method and drawing on data collected through semi-structured questionnaire that treats the historical foundation and the implementation of the Federal Institute of Education, Science and Technology in Rondónia since 2008. On completion of the work it was found that 38.88% of respondents said that the federal government has contributed significantly to the technical training of workers in the State and 33.33% perceived as expressive government action at the federal level with regard to the technical training of workers in the region.

Keywords: *Public policies. Federal government. Technical graduation. Workers in Rondónia.*

ÍNDICE

Introdução 11

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO 18

1.1.1. Poder 18

1.1.2. Política 38

1.1.3. O homem e o Estado 45

CAPÍTULO 2 - CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 52

2.2.1. Breve história das Políticas Públicas Educacionais no Brasil 53

2.2.2. Visão holística da formação técnica no Brasil 61

2.2.3. A atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia 73

CAPÍTULO 3 - IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÓNIA. 78

3.3.1. Contextualização histórica 78

3.3.2. O caso de Ji-Paraná desde o ano de 2008 82

3.3.3. Entrevistas e análise de dados 88

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 124

Bibliografia 132

Webgrafia 137

ANEXOS i

Indice de Gráficos

Gráfico 01 - Educação no Brasil.....89

Gráfico 02 – Educação no Estado de Rondónia.....90

Gráfico 03 – Políticas educacionais para a formação técnica em Rondónia.....93

Gráfico 04 – Atuação do poder público federal em Rondónia a partir de 2008.....95

Gráfico 05 – Atuação do Governo Federal em Ji-Paraná desde 2009.....97

Gráfico 06 – Instituto Federal de Educação em Ji-Paraná a partir de 2009.....99

Indice de Quadros

Quadro 01 - Formação profissional no país.....102

Quadro 02 - Políticas educacionais do governo federal para a formação técnica dos trabalhadores no Estado de Rondónia.....106

Quadro 03 - Formação técnica no Estado desde a fundação política do estado em 1981.....107

Quadro 04 - Benefícios e lacunas da formação técnica oferecida pelos governo federal aos trabalhadores do estado.....110

Quadro 05 - Políticas públicas do governo federal na formação de técnicos dos trabalhadores em Ji-Paraná.....113

Quadro 06 - Contribuição dos cursos técnicos na formação profissional dos jovens residentes em Ji-Paraná.....115

Quadro 07 - Importância dos cursos oferecidos pelos Campus Ji-Parraná para os trabalhadores da cidade e da região. Sugestões de novos cursos.....117

Quadro 08 - Importância dos cursos Técnicos oferecidos pelo IFRO no desenvolvimen- to da cidade e da região.....120

Quadro 09 - Disponibilização para fazer entrevista para aprofundar a investigação.....122

Indice de Figuras

Figura 01 – Localização dos Campi do IFRO no Estado de Rondónia.....97

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos.

ANDES - Associação Nacional de Professores do Ensino Superior

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Investigação em Educação.

BID - Banco Internacional de Desenvolvimento

BM - Banco Mundial.

CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade.

CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica

DECOM - Departamento de Comunicação Municipal

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

IFRO - Instituto Federal de Rondónia.

IFIs – Institutos Federais.

IFPD - Instituto Fecomércio de Investigaçãos e Desenvolvimento

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

FMI - Fundo Monetário Internacional.

LDB - Lei e Diretrizes de Base da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OMC- Organização Mundial do Comércio

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

PISA - Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PISA - Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC - Serviço Social do Comércio

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte

SEST - Serviço Social dos Transportes

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UASID - Agência de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNEDs - Unidades de Ensino Descentralizadas

Introdução

Esta dissertação teve como base a atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia, com especial destaque o caso do Campus Ji-Paraná desde 2008, tendo sempre em vista a análise das políticas públicas e as suas ações no meio educacional.

Atualmente tem-se falado de Políticas Públicas Educacionais e da sua importância na formação dos trabalhadores, porém, não se verifica a existência de alguma investigação que demonstre efetivamente se as políticas públicas do governo federal têm surtido efeito na formação técnica dos trabalhadores do Estado de Rondónia.

Em uma análise superficial, verifica-se que devido à extensão territorial de 8.515.767,049 km^{2,} a educação no Brasil não tenha sido uniforme. Considerando que somente o Estado de Rondónia conta com área de 237.590,543 km^2, verifica-se a atuação do poder público federal no Estado na formação técnica dos trabalhadores desde 2008 por meio do Instituto Federal de Rondónia (IFRO), o qual atende os munícipes constituídos na década de 1960. Por outro lado, observa-se que, embora o poder público federal esteja presente na região norte e no Estado, este é carente de material bibliográfico que comprove, mediante investigaçãos, como tem sido a atuação do poder público federal na formação dos trabalhadores em Rondónia. Neste sentido, a dissertação tende a contribuir, com a elaboração de material bibliográfico, tendo como mecanismo de investigação a revisão bibliográfica, a coleta de dados através de políticos envolvidos no processo político, de maneira especial do Estado de Rondónia, gestores das instituições de ensino do Estado de Rondónia, e demais protagonistas envolvidos diretamente no processo de fundação e implementação da Rede Federal de Ensino da região, considerados peças-chave da rede educacional do governo federal no Estado de Rondónia desde 2008.

Para responder ao problema levantado na investigação, sobre a eficácia das políticas de formação profissional adotadas pelo IFRO nos cursos técnicos integrados e suas ações para o desenvolvimento regional, torna-se necessário partir da definição do conceito de política construído ao longo da história da humanidade. Para tornar claro o ponto central da discussão do tema e problema, verificou-se que desde algum tempos existe referência ao assunto. Tal como aos pensadores gregos do período clássico, que discutiram, construíram e consolidaram sistemas políticos não só na área educacional, mas em outros segmentos sociais, como a filosofia e sociologia, chegando até à atualidade.

Procurando dar uma resposta plausível ao tema, juntamente com as hipóteses suscitadas no decorrer do trabalho, propõe-se no primeiro capítulo, descrever sobre as concepções de poder, política, Estado e homem, propondo um resgate histórico desde os povos gregos antigos, até a modernidade, demonstrando que, desde o início da existência humana, homem e mundo encontram-se envolvidos num processo formativo, tendo como alicerce a política, elo que tem ligado povos do período clássico aos homens que pensam a sociedade e as políticas públicas dos tempos atuais.

Observa-se que o poder público no âmbito educacional encontra-se de mãos dadas com a categoria trabalho, fenômeno que ocorre nas diversas classes sociais a partir do momento em que, os seres humanos preocupados com a subsistência passam a viver em comunidade. A reflexão em torno da política e do trabalho atravessa milénios, basta observar os ensinamentos bíblicos, conforme Paulo: "quem não quer trabalhar não coma" (Bíblia, 2008; II Tes., cap. 03, vers. 08-10). Ainda segundo os Cristãos, no Velho Testamento, encontra-se narrada a formação de um povo que se divide em doze tribos, que luta e educa seu povo em um credo, em busca da terra prometida, (Bíblia Sagrada, 2008; p. 34).

Partindo desse pressuposto, nota-se que, a história desde o princípio, revela que a humanidade tem se organizado politicamente em classes, tomando o poder e a política como variáveis para organizar e conduzir um povo, uma raça e nações que primavam pelo trabalho e pela educação. Ao revisar a história, depara-se com os povos gregos do período antigo preocupados com a organização da *pólis* (cidade), e ao mesmo tempo, discutindo a questão da organização social do trabalho, sem deixar de lado a educação do cidadão.

> "Platão parte da divisão social do trabalho e de seu resultado histórico na *pólis,* onde os guerreiros aparecem no fim como produto e remédio da corrupção gerada pela própria *pólis*. Ele pensa especialmente na sua educação, ou melhor, na educação dos cidadãos como guerreiros, a partir de uma seleção dos mais aptos". (Manacorda, 2006, p. 56).

Neste sentido, no início da Idade Média, depara-se com Santo Agostinho (354-430 d.C.) e São Tomás de Aquino (1225-1274) prescrevendo o trabalho como preceito religioso. Na Idade Moderna, Adam Smith (1803-1804) e Hegel (1770-1831) entre outros, também consideravam o trabalho o elo de mediação entre o homem e seu mundo. Segundo Abbagnano,

Marx (1818-1883)[1], afirma que "o trabalho transforma o homem num ente social porque o põe em contato com os outros indivíduos mais do que com a natureza" (Abbagnano, 2000, p.964).

Com a evolução humana e o seu envolvimento com a natureza, origina-se a busca de riquezas e a acumulação de capital. Os proprietários de terras visando o bem-estar de seus familiares passam a preocupar-se não só com a sua subsistência, mas com o sustento que virão futuramente a ter por meio de sua prole. Além da questão alimentação outras questões como o acumular bens e riquezas, surge a necessidade de ocupar o tempo livre das crianças e jovens, que, dia a dia se tornam mais numerosos na sociedade, compondo grupos que passariam a maior parte de seu tempo no ócio. Tendo em vista a preocupação em organizar a sociedade, preenchendo o tempo vago dos menores com atividades que lhes trouxessem conhecimento, de modo especial aos filhos da classe dominante, surge a função de professor, que, se encarregaria de cuidar da educação dos filhos dos proprietários de terras. De acordo com Ramos, surge a função do preceptor, que se encarregaria de ocupar o tempo livre dos filhos das classes dominantes, "A necessidade de ocupar o tempo livre com atividades criativas que preservem a dignidade da classe dominante, levando à designação de preceptores encarregados de cuidar da educação dos filhos dos proprietários de terras". (Ramos, 2013; p. 23).

Neste período da história, o poder econômico não estava somente nas mãos dos proprietários de terras, pois a Revolução Industrial (1780-1945), também influenciava a economia contemporânea, provocando o surgimento da grande indústria, da expansão do comércio, do colonialismo, de novas doutrinas sociais e da ascensão da burguesia ao poder político e o consequente desenvolvimento da ciência.

Nesse período, os proprietários das grandes indústrias preocuparam-se com a qualificação dos trabalhadores, preparando-os melhor para assumirem os postos de trabalho, exigido melhor instrução e habilidade na execução das tarefas que surgiam na esfera industrial, vez que a produção demandava a fabricação de bens de consumo em larga escala, sendo necessário aumento de mão-de-obra mais qualificada para que a produção pudesse aumentar cada vez mais. Com isso, a separação entre os que acumulam capital e aqueles que trabalham como operários, acaba gerando a divisão das classes sociais. De um lado, os donos das indústrias e, do outro, os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho, aumentando a produção de bens de consumo e o lucro dos patrões. Nesse contexto, Marx e Engels colocam

[1] K. Marx, (1978). Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos. Tradução de José Carlos Bruni (et al.). 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural.

em discussão a questão trabalho e a produtividade, no intuito de compreender melhor a realidade,

> "colocaram o trabalho produtivo no centro de suas formulações teóricas, incluindo as pedagógicas, porque para eles o trabalho é a chave de compreensão da realidade. Explica-se o homem pelo trabalho. O homem chega a ser homem em virtude dessa atividade chamada trabalho. Por ela o homem produz a sociedade e produz a si mesmo. O trabalho constrói-educa, constituindo-se no princípio da vida e da "escola"" (Jesus, 2005, p. 61).

Segundo o pensamento de Marx, verifica-se que na Idade Moderna a produção de bens materiais, não mais alicerçada no trabalho artesanal das oficinas autônomas, sofreu mudanças radicais. A manufatura nas fábricas levou à primeira divisão do trabalho, instaurando rotinas operativas em que cada operário realiza apenas uma parte do processo produtivo nos estabelecimentos industriais, gerando o que Marx denomina alienação do trabalho uma vez que o trabalhador desconhece e fica alheio à totalidade do processo produtivo.

A partir de então, o saber técnico-científico relacionado à produção e, a concentração de riquezas fica depositada nas mãos dos grandes empresários, classes dirigentes e donos do poder político que controlavam a sociedade. O novo modelo de economia capitalista exige dos trabalhadores novas competências, impondo-se a necessidade de maior instrução da classe operária; a partir daí, surge a organização dos cursos de formação técnica e profissional da classe operária (Manacorda, 2006, pp. 270-272). Neste sentido, entende-se que desde os gregos antigos a questão do poder educacional e o poder da política no intuito de conciliar homem e natureza têm contribuído para o aperfeiçoamento, a humanização e consolidação da educação por meio do debate, da criação de leis e normas, rompendo barreiras, o que nos ensina Paulo Freire ao dizer que,

> "pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa. Sua força, como costumo dizer, reside na sua fraqueza. Uma das nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais "redondo", menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: Unidade na Diversidade". (Freire, 2001, p. 20).

No Brasil, até ao início do século XX, a educação profissional era essencialmente assistencialista e compulsória, não havendo sistematização legal para a formação de mão-de-obra qualificada, já que a sociedade assentava economicamente sobre a monocultura latifundiária, a qual não demandava qualificação, situação a que se estendia a região norte do país, de maneira especial o Estado de Rondónia, a ponto de o Governo Federal destinar recursos financeiros a instituições de educação profissional, técnica e tecnológicas, sejam elas, proporcionadas por instituições de ensino nas redes estaduais ou municipais contribuindo com a formação técnica de trabalhadores da região por meio da implementação do Instituto Federal de Rondónia e o programa Pronatec por meio da lei, Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, o que pode ser constatado categoricamente no Art. 6º, a seguinte redação,

> "para cumprir os objetivos do Pronatec, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata o inciso IV do art. 4º desta Lei. § 1º As transferências de recursos de que trata o caput dispensam a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, observado a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos. § 2º Do total dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica".[2]

Através de dados históricos verificou-se que na criação do Instituto Federal de Ciência, e Tecnologia de Rondónia, o Governo Federal contou com autoridades políticas e gestores que fizeram parte do processo de fundação política da rede de ensino ora investigada.

Este estudo, adota a metodologia de natureza qualitativa, com questionário semiestruturado, valendo-se de pesquisas bibliográficas em bibliotecas e nos arquivos documentais produzidos pelo Instituto Federal de Rondónia, e demais órgãos competentes do governo federal brasileiro que estejam direcionados às políticas públicas de educação técnica profissional, disponíveis em portais e sites do Governo Federal vinculado ao Ministério da

[2] Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03 /_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acessado em: 12/05/2015.

Educação Brasileira, bem como da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que está diretamente ligada à investigação.

Dando continuidade à investigação, e, ainda falando sobre a metodologia, serão utilizados dados pertencentes à instituição de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia, desde a sua criação, disponibilizados por meio de decretos e leis que deram origem à Instituição, bem como, foram efetuadas entrevistas com políticos e gestores, que contribuíram direta e indiretamente para o processo de criação da Rede de Ensino Técnico na Região, de forma a complementarem a recolha bibliográfica. Estas entrevistas foram feitas por meio de questionário semiestruturado, buscando compreender como os entrevistados veem a formação profissional dos trabalhadores de Rondónia e suas ações transformadoras para sociedade local e regional.

Nesse sentido, pretendeu-se utilizar de modo complementar a pesquisa bibliográfia e documental no que se refere ao enquadramento teórico bem como a pesquisa de campo, a primeira, orientada à contextualização histórica do tema abordado, a segunda, ao aprofundamento e à compreensão do problema levantado. Espera-se, desse modo, que a análise do material teórico venha a contribuir diretamente com o tema proposto, bem como, o material da pesquisa de campo, colhido por meio de entrevistas realizadas com representantes políticos e gestores que atuaram e atuam na Rede Federal de Ensino implantado no Estado de Rondónia desde 2008 por intermédio do poder público Federal.

Este estudo petende que seja um estudo concreto com base em dados seguros da rede federal de ensino. Pode-se dizer que, "nossa empreitada não pretende ser uma simples exposição de fatos e ideias, conforme uma cronologia, mas uma seleção intencional de elementos significativos, segundo pressupostos teórico-metodológicos" (Gomes, 2009, p. 3).

A investigação entende buscar em fontes seguras, elementos que possibilitem a análise de documentos produzidos em um recorte históricos, ou seja, a partir do ano 2008, e entrevistas produzidas por protagonistas que fizeram e ainda fazem acontecer à história.

Por fim, diante do exposto, partindo do marco inicial acima apontado, a dissertação ora apresentada encontra-se organizada com a seguinte estrutura: No primeiro capítulo, faz-se um enquadramento teórico, no qual se faz uma breve análise histórica da concepção de poder, partindo do período grego antigo, perpassando o período da idade média até alcançar a idade moderna, tendo como primeiro subitem a concepção de política, com fundamentação na visão de alguns filósofos gregos do período antigo, que também se propuseram pensar o homem e o

Estado, estrutura na qual o homem se torna cidadão responsável pelas leis e normas que regem as classes sociais, de um povo, uma raça ou nação.

No segundo capítulo, discorre-se brevemente sobre o conceito de políticas públicas tendo como pano de fundo a Ciência Política, acompanhada de histórico conciso das políticas públicas educacionais em território brasileiro e a atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia com o intuito de contextualizar historicamente o problema proposto.

No terceiro capítulo, aborda-se a questão da implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia, em foco o caso de Ji-Paraná, seguida de entrevistas e análises de dados coletados no decorrer da investigação objetivando aprofundar e delinear os principais elementos da atuação do poder público federal quanto à formação técnica ou profissional dos trabalhadores rondonienses, chegando ao quarto capítulo, intitulado Considerações Finais, aborda aspectos específicos da investigação conduzindo em seguida ao desfecho, e ou, visão panorâmica das partes que compõem todo conjunto da dissertação, sendo seguidos pela conclusão e bibliografia, textos básicos que mantiveram o fio condutor de todo processo de elaboração da dissertação.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico

1.1.1. Poder

Os temas Poder e Política têm sido discutidos por intelectuais, historiadores, sociólogos, filósofos, cientistas políticos, ao longo dos tempos, surgindo diversas interpretações no decorrer da história, demonstrando que independente do víeis que venha ser explorado, o tema poder de uma forma ou de outra, converge para o mesmo sentido, a dominação.

Em um breve exame literário, percebe-se que, por inúmeras gerações, a política, o poder e o homem, tem exercido influência nos meios sociais, às vezes percebidos de forma clara, hora de forma obscura, mas sempre presente no contexto histórico da humanidade, tanto que "o poder é onipresente na vida social. Os sistemas de poder sempre existiram e influenciaram a vida grupal e são parte inerente da experiência de cada ser humano. Portanto, seria fútil negar sua existência ou sua importância". (Krausz, 1991; p. 12).

Pode-se dizer que, negar o poder é negar a existência da raça humana, uma vez que onde predomina o homem, existe alguma forma de poder. Neste sentido pode-se entender, o poder como sendo a mola propulsora que estabelece o equilíbrio entre comandantes e comandados, sendo o poder algo invisível, ou seja, a força estabelecida nas relações políticas, sociais, religiosas, por meio de acordos, normas, regras, leis, onde comandante e comandado, mantem o respeito mútuo, proporcionando o equilíbrio entre quem mandava e quem obedecia, estabelecendo uma fronteira imperceptível e necessária que para o bom funcionamento da estrutura organizacional de uma sociedade, assim como nos apresenta (Fausto, 1996, pp. 34-39), ao tratar da temática Estado e Igreja em sua obra História do Brasil, bem como, (Lima, 2006; pp. 1-3), ao refletir sobre o comunicação, poder e cidadania, na organização político-social do Estado.

Colocar a temática 'poder' no centro do debate tendo como ponto de partida a ciência política, a sua essência e importância na vida humana, conduz-nos ao exame da teoria de Aristóteles, pensando não só no poder pelo poder, mas na separação de poderes existentes na Grécia Antiga.

Ao nos derpararmos com a análise aristotélica de Estado e acima de tudo da Política no contexto em que viveu, entende que o filósofo encontrava-se preocupado com a valorização

do poder e a supervalorização da política tida para ele como sendo a ciência suprema, onde cada cidadão devia assumir sua função no Estado. É em Aristóteles que segundo a Escola Superior do Ministério Público da União vai se encontrar "o mais antigo registro na história da filosofia política sobre a teoria da chamada separação dos Poderes". (Escola Superior do Ministério Público da União, 2003; p. 17).

Diferentemente de Krausz, Aristóteles não se ocupa em tratar de um poder onipresente, e muito menos nega a sua existência, o filósofo se ocupou em entender a sociedade grega como um todo, e percebia a necessidade de trabalhar a separação dos poderes, ou seja, fazer com que os gregos entendessem que para existir vida política harmoniosa na polis, era necessário a separarão de poderes, sendo o Estado o poder supremo, ficando a cargo deste a aplicação e execução da lei e da ordem de forma ética, tendo sempre em vista o bem coletivo. Do ponto de vista político, Blackburn assim como Aristóteles e seu mestre Platão, entende o poder valorizando o coletivo e não o individual, em que o indivíduo não faça valer a sua vontade, mas submete seus anseios ao bem coletivo, "Em termos políticos, Platão defende a submissão do indivíduo ao coletivo, a própria essência do totalitarismo". (Blackburn, 2008; p. 89).

Não nos poderemos esquecer que no período em que Platão e Aristóteles viveram, imperava no meio social grego, algo semelhante à modalidade de 'casta', classe de pessoas que se distinguiam das demais por privilégios e o domínio de algumas classes sobre as outras, tendo como quesito de primordial valia, bens, propriedades privadas e linhagem sanguínea.

Retroagindo um pouco mais na história, mesmo antes dos gregos antigos, séculos IV e VII a.C, Chaui, (2000, pp. 479-480), dá a entender que a sociedade Grega era organizada em classes sociais detentora de um sistema político altamente organizado revestido de um poder inquestionável, provindo de uma força atemporal concedida aos reis, imperadores, e ou governantes. Em um contexto histórico político longínquo, estudiosos deparam com grupos, povos e sociedades gregas que compunham a governança do período arcaico.

Neste sentido, é possível perceber que a humanidade, no intuito de se manter organizada social e politicamente, encontra-se de alguma forma, ligada ou submissa ao poder sagrado exercido por meio da religião, "submisso às leis instituídas pela religião e pela crença no divino; e também estava submisso ao poder sagrado que, segundo acreditava, estas leis tinham sobre ele". (Souza; Pereira & Melo. (s.d.); p.8).

Tomando como princípio o poder atemporal ou poder divino, dado ao homem de forma inexplicável, encontra-se na história antiga o homem imbuído de uma força sobrenatural

controladora e dominadora de um povo, uma raça, uma nação, no âmbito político, social e econômico. O fio condutor da vida humana chamado de força, mando, autoridade, domínio, posse, potência, vigor, poder, "está, ao mesmo tempo, em toda parte e em lugar nenhum. Ele é, a um só tempo, visível e invisível, presente e oculto". (Pogrebinschi, 2004; p. 189).

Fazendo uma analogia entre o poder e a "mão invisível" que domina o mercado, dita por Smith (2007, p. 15), pode-se dizer que o poder se encontra presente e agindo na história humana das mais diversas formas. Smith ao falar da influência do capital na sociedade moderna, entende-o como sendo uma força invisível que controla a vida humana desde a sua origem. Fazendo uso da linguagem expressa por Smith, pode-se comparar o poder como sendo a mão invisível que move a política e com ela o Estado.

Diferente de Pogrebinschi, Krausz, entende o poder como sendo algo individual, subjetivo, e não coletivo, uma vez que cada indivíduo tem direito nas tomadas de decisões, sejam elas racionais ou não. O poder torna-se sobrenatural, quando advém de uma vontade alheia ao eu, ou seja, obedeço e cumpro as ordens de um ser superior a minha vontade. Nestes termos, pode-se dizer que o poder encontra-se no tempo, e que é algo sobrenatural; é presumível que o poder também exista fora do tempo, basta que existam os seres humanos para que o poder exista, uma vez que "O poder é, na sua essência, um fenômeno subjetivo..." (Krausz, 1991; p. 14).

Nesse aspecto, pode-se afirmar que todos os seres humanos são imbuídos de alguma forma de poder, meio pelo qual se pode observar sua presença em toda parte. Quando exercido, o poder se torna visível, quando não demonstrado, o poder se torna invisível. Olhando por esta ótica, pode-se conceber o poder como sendo visível, quando se sente o efeito deste de alguma maneira, invisível quando não se percebe sua ação. Presente, quando executado, e oculto, quando permanece adormecido no meio social. Assim como na Grécia Antiga, ao passar pelo processo de colonização, os povos Ocidentais herdaram uma cultura de tradição cristã, ou seja, adotaram um ser soberano de força sobrenatural que revestia o homem e o legitimava como sendo portador de um poder. De acordo com Krausz, "A sociedade ocidental é herdeira da tradição judaico-cristã, que preconiza o cultivo da humanidade e do respeito a Deus, considerado como o todo-poderoso, portanto o único e legítimo detentor do poder sobre os homens". (Krausz, 1991; p. 13).

Deparamo-nos com o pensamento de Hobbes, que ao se debruçar sobre o tema política vai entender o poder sobrenatural como sendo algo estabelecido na concepção divina, onde

todas as decisões deveriam ser tomadas com os desígnios desta força sobrenatural que determinava todas as coisas, fossem elas, religiosa, social ou política.

A ideia de existência de um poder sobrenatural que controlaria todos os fenômenos naturais e não naturais e que tinha o homem sob sua guarda, foi difundida e mantida na história pela igreja durante séculos, a ponto de se pensar que em toda terra existiria um só rei e um só poder que controlava todas as coisas, e que por meio desta força, pactos e alianças foram firmados com o homem por gerações. As guerras foram travadas para defender esta ideia de poder. As Nações foram conquistadas, outras foram dizimadas, em nome desta força dominadora que ecoava em diversas partes da terra, fazendo com que os dominados reconhecessem que Deus era a maior força já existente, e que por meio de pactos atuava na história com o povo, e para o povo, conforme Hobbes, "Deus é rei de toda a Terra por seu poder, mas de seu povo escolhido é rei em virtude de um pacto" (Hobbes, 2003; p. 102).

Neste sentido, Hobbes entende que o poder não é algo vindo de qualquer maneira, mas por meio de alianças, que uniam homem e Deus, tornando-se força inseparável entre homem e Deus. Os pactos entre Deus e homem, intitulado por muitos autores como sendo aliança, perdura por gerações, gerando uma estrutura política organizada de tal forma que grupos, classes sociais, povos e nações para continuarem existindo de maneira organizada dependeriam da autorização de um soberano enviado por Deus e legitimamente reconhecido pela igreja, por meio da hierarquia eclesiástica, tendo o Papa como representante de Deus na terra.

Na idade média, percebe-se que a estrutura política organizada pelos homens torna-se sociedades emancipadas, conquistando grandes quantidades de terras, tornando-se soberanos de grandes feudos, às vezes só, outras vezes com apoio dos reis e rainhas, tendo total controle sobre seus súditos. De posse do poder, emanado de Deus, uniões indissolúveis entre igreja e Estado imperaram por centenas de anos sob o comando da autoridade papal, sendo visto e respeitado como o único detentor do poder vindo diretamente de Deus. A megaestrutura política criada entre Igreja e Estado, atrai soberanos de diversas partes da terra para junto da Igreja e do Papa, com o intuito de legitimar perante a autoridade da igreja o poder a eles outorgados pelas leis humanas. Conforme Krausz,

> "talvez, por essa razão, os soberanos e poderosos através da história eram tidos como seres escolhidos por Deus para governar os homens e assim buscavam esta legitimidade perante a Igreja, unindo o poder temporal ao espiritual". (Krausz, 1991, p. 13)

Uma vez consagrados, reis e principados tornavam-se donos legítimos do poder a eles concedidos, tanto pelos códigos humanos, bem como pela concessão divina. Uma vez detentores desta força invisível que controlava e regia as nações, reis e príncipes, juntamente com os papas, dominavam, escravizavam, prendiam e matavam em nome deste poder. Pactuado com a igreja, por inúmeros séculos, o poder sobrenatural torna-se elemento de dominação da raça humana imposto pela religião.

De posse da religião e do poder investido aos imperadores, surgem as missões religiosas comandadas pela coroa juntamente com a igreja. Com as novas colonizações, aparecem os feudos, de acordo com (Campos & Miranda, 2005, pp.118-119), sistema este, utilizado nas colonizações em diversos continentes.

De forma concisa, entende-se que, no período antigo o poder divino e o poder religioso caminharam juntos. Na idade média, a Igreja cria alianças e conquista espaços inimagináveis na história da civilização, podendo ser intitulado como sendo o período áureo do poder religioso. Na idade moderna, a riqueza conquistada passa ser alvo de disputa entre Estado e Igreja, ocasionando cisões que não permitiam que as instituições caminhassem juntas, comungando os mesmos ideais, mas uma ao lado da outra, ou seja, a Igreja cria sua hierarquia e o Estado compõe sua forma de governança desvinculando-se uma da outra. Tal fato se da, uma vez que, conquistadores ao se virem no controle de suas nações, querem fazer valer suas vontades, colocando em segundo plano as ordens e aconselhamentos advindos da Igreja por meio da autoridade papal. Dando início a discórdia que põe fim a hegemonia entre poder divino e poder humano, uma vez que reis, rainhas e conquistadores desacatavam as orientações do Papa amplamente respeitadas pelo clero, sejam elas por meio de ordens verbais ou de bula papal.

Por meio dos descobrimentos, as grandes potências mundiais vão conquistando e povoando territórios ainda desconhecidos pelas autoridades intituladas civilizadas. Com as conquistas, inicia-se a corrida pela busca de riquezas de minério e joias preciosas. Em nome do poder vindo da autoridade de Deus e da coroa, homens e mulheres são forçados a abraçar a fé, ajuntando-se ao que a Igreja considerava como rebanho. No entanto, o que se encontrava mesmo no limiar da história, não era mais a intensão de difundir a religião ou a ordem de Deus, mas a busca por riquezas, que conferia ao colonizador maior poder aquisitivo de compra e venda de bens de consumo e mão-de-obra escrava para acrescer ainda mais o seu capital de giro, originando nova forma de poder instalada entre conquistados e conquistadores. O valor atribuído aos bens aumentava o capital, dando cada vez mais poder ao seu dono. Eis o poder

que desponta no meio social, o qual (Marx, 1978, pp. 61-100), vai colocar em discussão séculos mais tarde como sendo o poder controlador da sociedade.

Nota-se ao examinar os escritos históricos, que barbáries foram praticadas por autoridades reais, políticas e religiosas para manter intocável o poder que se acreditava ter sido emanado da força Divina. Aceitar as ordens vindas da Autoridade Papal, não era mais uma opção no período da idade média, houve momentos na história que todos os cidadãos deveriam aceitar as ordens papais, caso contrário, sofreriam punições por meio de torturas. Em alguns casos, as desobediências às ordens da Igreja e do Papa incorriam em aplicação de torturas e sentenças de morte na fogueira (Campos & Miranda, 2005, pp. 109 e 120).

O Poder Papal, transferido ao clero, tinha por objetivo primeiro salvar almas, mas a partir do momento em que o clero compactua com reis e rainhas, no processo de colonização e evangelização no decorrer da história das nações. À medida que a colonização avançava continente afora, o capital passa ser cada vez mais ambicionado pelo clero, bens duráveis como terras e construções faraônicas foram sendo pensadas, sendo necessário cada vez mais dinheiro para manter a estrutura clerical. Mesmo guardando a salvação como objetivo primário, as almas entram em concorrência com a busca da riqueza, a fim de aumentar cada vez mais o capital religioso. Com a supervalorização do capital, o clero quase que acaba esquecendo-se da verdadeira finalidade do seu poder, que era ensinar, salvar e não dominar, exterminar, escravizar, conquistar pelo uso da força seus nomeados. Neste sentido, entende-se que Igreja e Estado não disputavam mais o fiel, mas o poder aquisitivo que os filhos de Deus obtinham no intento de fazer crescer cada vez mais o poder financeiro da Igreja e do Estado. Convém, ressaltar, que, não foi todo clero que enveredou pela disputa do capital, muitos pertencentes a ala eclesiástica permaneceram fiéis à sua missão, respeitando o que nos ensina Hobbes, ao afirmar que cabe ao poder eclesiástico não o poder de barganhar, de comprar, ou lutar para aumentar seus territórios, fronteiras ou tesouro, mas de ensinar, Conforme Hobbes (2003; p. 416) “o poder eclesiástico é apenas o poder de ensinar”.

Na mesma linha de pensamento de Hobbes, encontra-se Moreira, apresentando a Igreja e o Estado, como sendo duas instituições que durante milénios atuaram como poder dominador. Nota-se em sua reflexão, que Igreja e Estado caminharam unidas a pondo de Moreira compará-los ao sol e a lua. Em sua obra, “Legado Político do Ocidente o Homem e o Estado”, Moreira dá a entender que tais instituições embora fossem independentes e agissem em causas separadas, se mantinham na vanguarda do poder político, econômico, social e religioso, um complementando o outro. Enquanto parceira do Estado, a Igreja trabalhava na

evangelização dos fiéis e se incumbia de fazer com que os mesmos entendessem que a obediência aos seus superiores era ordem divina. Neste caso a hierarquia religiosa e o Estado trabalhavam em parceria, mantendo a hegemonia social. Enquanto a Igreja atuava na conscientização dos cristãos, o Estado tratava de proteger a igreja e seus bens, além de ofertarem quantias monetárias, por meio de ofertas, que seriam utilizadas na conservação e expansão das propriedades papal.

Moreira compreende que o poder temporal não tem sua essência em si mesmo, ele é dependente da autoridade e das regras que partem do poder espiritual, no entanto, adverte Moreira, tanto a Igreja quanto Estado, recebem a luz da graça. Ele demostra que Igreja e Estado são forças harmônicas que se complementam, e que devem viver como o sol e a lua, segundo ele.

> "As duas instituições, Igreja e Estado, devem viver como o Sol e a Lua, de tal modo que "o poder temporal não recebe do poder espiritual sua essência, nem o seu poder ou autoridade, nem regras de funcionamento, em sentido estrito; aquilo que recebe é a luz da graça"". (Moreira, Bugallo & Albuquerque, 1978, p. 131).

Hobbes, na obra Leviatã, (2003, p. 413) dá a entender que o poder vinha de Deus diretamente para os apóstolos e estes deveriam se encarregar de repassar este poder aos demais por meio da unção e da imposição das mãos. Diferente de Hobbes, Azambuja, (982, pp. 48-53), na obra "Ciência Política" entende que o poder se faz necessário na sociedade. Em sua análise, Azambuja percebe que o poder se dá de maneira especial na execução da política. Ao discutir a Ciência Política, Azambuja crê resgatar o conceito de política e ao mesmo tempo faz com que compreendamos a importância do poder político, a fundamentação do Estado, a personalidade desenvolvida e esboçada pelo Estado.

Ainda segundo Azambuja, as principais formas de governo existentes na história da humanidade, devem ter como base a estruturação e organização do Estado para que a sociedade se desenvolva com segurança e harmonia. Por sua vez, a representatividade do cidadão na conjuntura política e a valorização das siglas partidárias é que dá vida e voz às organizações das classes sociais que compõem esta sociedade.

A obra "Introdução à Ciência Política" de Azambuja, chama a atenção para a necessidade de organização de uma sociedade em grupos a fim de pressionar os governantes para agirem de acordo com os anseios da coletividade. Demonstra variadas formas de poder,

fazendo com que haja a compreensão de que o poder não é algo direcionado a determinados cidadãos, mas encontra-se em poder do povo. No decorrer da obra, dá a entender que todo cidadão assume seu espaço no meio social, por meio do voto. Leva a crer que o poder do soberano não deve ser ignorado, uma vez que a figura do soberano é indispensável na organização do Estado. Assim como o teólogo Belarmino, compreende que o poder é de direito Divino e não algo dado ao homem em particular. Azambuja, também entende que, "o poder é de Direito divino, mas Deus o não deu a nenhum homem em particular e sim a todo povo." (Azambuja, 1982; p. 65).

Em contraponto a Azambuja, Pegarroro nos ensina que o poder é algo que vai se constituindo na história, não se dá de forma pronta e acabada, não emana de algo ou alguém como pensamos. Para ele, "o poder é uma construção sempre tensa e nunca acabada, similar ao conceito de "hegemonia" desenvolvido por Antonio Gramsci." (Pegaroro, 2010; p. 76). De acordo com Alvez, Gramsci ao tratar do termo hegemonia, procura trazer para discussão o envolvimento das diversas classes sociais, sejam eles, camponeses ou intelectuais, entendendo que o poder deveria ser o resultado da força da união das classes, e não a sobreposição de uma força contra a outra. Gramsci defendia a existência de líderes sociais, no entanto, acreditava na formação de intelectual do cidadão que poderia criar independência, ou seja, consciência crítica, entendido como sendo uma forma de poder, que colocassem os mais pobres os mais ricos em pé de igualdade. Para Gramsci, este poder só viria a partir do momento que houvesse entendimento mútuo entre seres humanos, não era um poder vindo do alto ou algo imposto por uma classe dirigente. (Alves, 2010; pp. 71-96), assim como Gramisci, Paulo Freire também demonstra crer no poder vindo das relações mútuas, ocorridas por meio da educação, para ele, "Não há diálogo, porém, se não há profundo amor ao mundo e aos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens". (Freire, 1987; p. 46).

Vale lembrar que o poder que alimenta a esperança e seduz os seres humanos, escrevendo e reescrevendo a história, não é prerrogativa dos gregos e ocidentais. O poder encontra-se instalado em diversas culturas, tornando-se o centro das organizações sociais. Por meio de normas, leis e regras, o poder se estabelece, tendo como critério a política, a estratégia, à coragem, a persuasão. "Nas sociedades orientais e não gregas, o poder e o governo eram exercidos como autoridade absoluta da vontade pessoal e arbitrária de um só homem ou de um pequeno grupo de homens que decidiam sobre tudo...". (Chaui, 2000; p. 31).

Chaui, compreende que o poder não surge com os gregos e povos do ocidente, já Agamben nos ensina que o poder político ocidental vem sendo utilizado como elemento de violência e direito em um mundo humano e brutal, tornando-se o primeiro pensador a tratar do tema poder enquanto soberania.

> "Enquanto, em Hesíodo, todavia, o nómos e o poder que divide violência e direito, mundo ferino e mundo humano, (...) nó que ele deixa como herança ao pensamento político ocidental, e que faz dele, em certo sentido, o primeiro grande pensador da soberania". (Agamben, 2002, p. 38).

Ao tratar da temática poder, deparamos-nos também com os escritos de Pogrebinschi, que refere que o poder é algo esboçado por meio de relações múltiplas, móveis, desiguais e instáveis vindos de diversos pontos, não apenas de um ponto central. Segundo Pogrebinschi, o poder advém das relações de força múltiplas móveis e de interesses localizados, ou seja, "o poder consiste em relações de força, múltiplas e móveis, desiguais e instáveis, é evidente que ele não pode emanar de um ponto central, mas sim de instâncias periféricas, localizadas" (Pogrebinschi, 2004; p. 188).

Perante tal fato, Pogrebinschi desmistifica a visão de que existe apenas o poder soberano, ou seja, aquele poder pertencente a um ser absoluto que emana todas as forças que controla tudo e a todos sem que haja possibilidades de o cidadão assumir sua liberdade de escolha. Entende que embora o poder tenha se instalado e arraigado no meio social este poder entendido como força soberana atribuída a um ser, uma divindade, aos poucos passa ser encontrado na política e na religião, mantendo nos tronos monarcas e principados por gerações.

Assim como Pogrebinschi, outros autores também compreenderam que o poder não advinha de um soberano, mas que teria outras fontes. Em oposição a Pogrebinschi, mas conservando a mesma linha de pensamento, Ferreirinha & Raitz, afirmam que o poder é algo mais expansivo, que atingi tudo e a todos, que se dá em toda parte, não sendo algo pertencente a uma pessoa ou instituição, mas algo que se dá nas ações, ocorridas no campo do direito e da verdade.

> Conforme Ferreirinha & Raitz "o poder se encontra por toda parte. O poder não é só do Estado ou da soberania. O poder são as ações sobre as ações. O poder provoca ações que ora se encontram no campo do direito, ora no campo da verdade" (Ferreirinha & Raitz, 2010, p. 382).

Partindo da mesma ótica, Almeida; Silva & Correia, entendem que a dimensão do poder que parte do cidadão é complexa, pois mesmo imbuídos do poder, os seres humanos encontram-se enredados em alguma coisa que não os libertam, mas sim os reprimem, "O poder é uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir." (Almeida; Silva & Correia, 2012; p. 42).

Se nos debruçarmos um pouco mais sobre a concepção de poder, sua força e domínio sobre as classes sociais, deparamo-nos com Cappelle; Melo & Brito, que assim como Bourdieu, vai entender que o poder simbólico se edifica na construção da realidade, "O poder simbólico é um poder de construção de realidade (...)." (Bourdieu, 1989; p. 9), ou seja, o poder simbólico é esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exerce (Bourdieu, 1989, pp.7-8). Neste mesmo sentido, (Foucault 1979, pp. 44-45), vai interpretar o poder como sendo algo que não se estabelece necessariamente nas bases políticas, económicas e sociais, mas em um sistema de redes, construído pelas bases populares, efetivando a governança de um povo que de alguma forma se encontra organizado.

> "Bourdieu relaciona poder difuso e simbólico ao poder político e econômico (sem reduzi-lo eles), ressaltando sua função eminentemente legitimadora. Já Foucault, procura entender o poder do ponto de vista de seus efeitos, sem que, necessariamente, possua uma base, seja ela política, económica ou social". (Cappelle; Melo & Brito, 2005, p. 360).

Partindo da análise dos autores acima citados, pode-se entender que o poder não é algo pronto e acabado, mas encontra-se em constante construção e que também, não parte de um ponto central como se fosse uma fonte inesgotável. Mesmo tendo sido entendido desta forma por muitas gerações, é compreensível em tempos atuais, que para existir o poder, é necessário que exista primeiramente o homem.

Partindo do elemento humano, as cidades, estados e nações, vão se organizando em classes sociais, fazendo com que originem a crença em algo que possibilite ao homem guiar seus atos e ações e ao mesmo tempo comandar aqueles que estão sob sua responsabilidade.

Organizando-se em classes sociais, o homem cria um sistema de comando por meio de regras e normas que norteiam a vida em sociedade. Este sistema passa a princípio pelo víeis religioso, surgindo em seguida uma estrutura política. Sem a existência humana, nenhuma

forma de poder existiria, pois é por meio do homem que nasce a crença na existência de algo ou alguém que controle o universo e os demais fenómenos nele existentes. É também através do homem que a força Divina passa a ser reconhecida. Se o homem não reconhecesse a Deus, este não existiria, simplesmente porque não teria quem reconhecesse a sua existência e o seu poder. Neste sentido, pode-se assegurar que a sociedade passa a existir a partir da existência humana, e juntamente com o homem, o reconhecimento do poder, pois segundo Moreira, Bugallo e Albuquerque, "É a partir do homem que explicam a gênese das sociedades" (Moreira, et al., 1978; p.179).

Para que haja uma força, torna-se necessário a existência de outra força que por sua vez venha de outro ser, neste caso o homem. Por mais que este ser seja soberano, forte, ele depende da existência de outro ser, ou seja, o homem; Deus precisa do homem para ser reconhecido. Por outro lado, o ser considerado o lado mais fraco dessa força, no caso 'o homem', para se tonar mais forte, depende da força soberana já existente em 'Deus', causando desta forma uma interdependência de forças entre Deus e homem. Deste modo, pode-se dizer que, a existência de um ser depende crucialmente do outro ser, e a união de ambos culminam em uma força maior, denominado poder, força, que coordena, controla, domina uma classe, uma raça ou nação, seja por meio da religião, da ciência, da política ou da governação. Em sua obra "Leviatã", Hobbes nos apresenta o Estado Civil e o Estado Eclesiástico, onde o homem apresenta-se como sendo senhor de si mesmo e ao mesmo tempo, ser dependente de seu semelhante que terá a função de conduzi-los, surgindo à figura de reis e soberanos. No entanto, o soberano mesmo tendo tal poder, carece de uma força maior, uma vez que, cabe aos reis julgar as causas e as ações de seus semelhantes, mas cabe somente a Deus, rei dos reis, poder absoluto,

> "nosso rei julgará nossas causas, e irá à nossa frente para comandar-nos em nossas guerras. Aqui se encontra confirmado o direito que têm os soberanos, tanto o da milícia quanto todo poder judicial, direito que encerra o poder mais absoluto que a um homem é possível transferir a outro". "E a mesma lei que dita aos homens destituídos de governo civil o que devem fazer e o que devem evitar no que se refere uns aos outros, dita o mesmo aos Estados, isto é, às consciências dos soberanos príncipes e das assembleias soberanas, não havendo nenhum tribunal de justiça natural, exceto na própria consciência, na qual não é o homem que reine, mas Deus, cujas leis (como as que obrigam toda a humanidade) no que se refere a Deus, na medida em que é o autor

> da natureza, são naturais, e no que se refere ao mesmo Deus, na medida em que é rei dos reis, são leis" (Hobbes, 2003, pp. 176 e 299).

De época em época, detecta-se a presença do poder na história, revestido de múltiplas facetas, basta observar que a princípio, o poder era percebido como sendo algo imposto por um ser absoluto, um soberano que ordenava todas as coisas e automaticamente era passado aos homens por meio da religião.

Após séculos de história e de existência da humanidade, percebe-se nitidamente resquícios da existência do poder sobrenatural cravado na idade média, por meio da religião, onde pode ser encontrado a união entre Igreja e Estado preocupados com a educação e a formação da família. Neste contexto, "a Escola e a Igreja são Instituições tradicionalmente vinculadas à concretização e permanência do poder do Estado, gerando comportamentos modelares de cidadão, de filhos, pais, família" (Oliveira, 2012; p.117).

Por mais que seja desdenhada ou colocada em dúvida a estrutura de poder constituído no período antigo e medieval, não há como negar que a existência e sistematização política tão forte que perdurasse na história por tantos anos tendo como base o poder divino.

À medida em que a sociedade evolui, novas concepções de poder vão surgindo no meio social, havendo a compreensão que a força divina não comanda mais a megaestrutura política, ou seja, o Estado, como ocorria na idade média. O poder difundido pela Igreja, matriarcal passa ser questionado por pensadores que não concordavam com a forma com que se impunham a força e a dominação de uma ideologia ou um credo, sem respeitar o livre arbítrio do ser humano. Blackburn vai entender que o poder não se dá somente por meio da Igreja ou do Estado, mas consiste na capacidade de reflexão e mobilização do cidadão nos mais variados campos sociais, sejam eles na economia, na religião, na política, não havendo acepção de classes sociais, que satisfizessem os cidadãos. O poder não deve existir apenas com o fim último de mandar e punir, "O poder é a capacidade de se mobilizar forças económicas, sociais ou políticas para obter certo resultado (...)" (Blackburn, 1997; p.301).

Nesta perspectiva, entende-se que embora Deus seja conhecido como sendo o supremo poder, ele somente não basta, faz-se necessário o surgimento de uma segunda via de poder, o homem. Por sua vez, o homem por si só não basta, faz-se necessário que haja a natureza juntamente com todos os bens que nela contem. Sendo assim, Deus, homem e natureza, formam uma relação tríplice gerando a riqueza. O acúmulo da riqueza obtido pelo homem advindo de Deus e da natureza comporia a mais nova faceta da política e de suas relações. No

entendimento de Alencar, ainda hoje Deus é a fonte de todo poder, porque é autor da natureza. Ele Entende que o homem é governante desta natureza, mas que não se basta a si mesmo, pois é dependente de outra fonte de poder. Neste sentido, afirma Alencar, "Deus é fonte de todo poder, pois a natureza social do homem exige que haja governantes, e Deus é o "autor da natureza"". (Alencar, 2012; p. 140).

Em contraponto à argumentação de Alencar, Smith entende que, mesmo persistindo a ideia de que, em tempos atuais Deus seja a fonte do poder, tendo como representante as autoridades religiosas, a riqueza tem ocupado significativo espaço, em se tratando da força motora que, move a engrenagem política, que por sua vez, move a sociedade. Basta notar que no passado, qualquer construção, ato ou ação para serem iniciadas, as autoridades religiosas eram convidadas para lançar a pedra fundamental, em respeito ao sagrado. Mesmo as classes conservadoras da atualidade vêm perdendo tais costumes de convidar ou consultar representantes do poder religioso para dar início as obras e ações, sejam elas sociais ou empresariais. Em tempos atuais, fala-se primeiramente em projetos, valores financeiros, orçamentos, sendo demonstrada nitidamente a inversão de valores das fontes de poder. O que se encontra como fonte de poder não é mais a força Divina, ou seja, Deus, como era feito no passado. Todas as estratégias e cerimoniais conduzem ao poder financeiro.

Assim sendo, a riqueza tem sido respeitada como a fonte primária que advém o poder, é com base na riqueza que a sociedade dita civilizada tem sido pensada. Sem riqueza, sem dinheiro, mesmo com a força divina, nada ou quase nada acontecem nos meios políticos e sociais. No entanto, não se pode negar que em pleno século XXI, a moral tradicional, mesmo não sendo respeitada como antes, ainda dita as regras sociais, mas no que ser refere ao desenvolvimento, progresso e execução de obras, conquistas políticas e económicas, a única fonte que se conhece é a cobiçada riqueza, convertida em moeda, mola propulsora que de forma invisível domina e controla o mercado. "A riqueza, como diz sr. Hobbes, é o poder". (Smith, 2007; p. 18), por outro lado, encontra-se o homem, parte desta força criadora da natureza, que organiza a sociedade por meio das relações políticas. Uma vez necessitando sobreviver e dominar a natureza, os seres humanos organizam-se em grupos, criam mecanismos de governança, ordenando a sociedade. Os autores, Almeida; Silva & Correia, entendem que,

> "o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado" (2005, p. 248); é uma "coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda

> parte" (2005, p. 75). "Nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder, (2005, p. 147)". (Almeida et al, 2012, p. 48).

Revisando a literatura, colocando em foco a temática poder, política, e Estado, encontramos o renomado teólogo e filósofo, Tomás de Aquino, compreendendo a sociedade como sendo parte da criação divina, em que o homem deveria reconhecer em Deus a fonte única do poder que deriva o Estado. Para Tomás de Aquino, o homem deve estabelecer um pacto social com Deus, força inesgotável e absoluta, que guia todas as ações humanas, sejam elas individuais ou coletivas, buscando o bem comum da comunidade. Tomás entende que Deus é o bem supremo e o guardião dos bons costumes, inspirador das normas e regras morais transferidas às autoridades religiosas por meio da igreja.

> "Para São Tomás, a esfera humana circunscrever-se-ia na esfera divina, sendo Deus a fonte primeira do direito e do Estado. O Estado, porém, surgiria de um "pacto social", através do qual o povo, enquanto comunidade, detendo o poder derivado de Deus, buscaria realizar o "bem comum", definido em consonância com os fins eternos do homem, fins estes que, por sua vez, pertenceriam à jurisdição da igreja". (Villalta, 1999, p. 03).

Seguindo a ótica de São Tomás de Aquino, depara-se com Suárez, que também menciona o poder, a política e o Estado, como propriedade vinda diretamente de Deus, inserida automaticamente na natureza e na vida humana, por sua vez refletindo na vida social. De acordo com Suárez, o diferencial de todo poder que possa ser notado ou reconhecido só pode ter vindo de Deus, mas que esta força não transitaria diretamente de Deus para o homem. Conforme afirma Villalta, "Suárez considerava que o poder político é legítimo, procede de Deus e recai diretamente na natureza humana, não transitando diretamente do Criador para o governante". (Villalta, 1999; p. 04).

Diferente de São Tomás de Aquino e Villalta, Junior entende que o poder vigente na idade média é o poder monárquico, ou seja, aquele que partia diretamente do monarca, no entanto, este poder não emana do monarca, mas sim das assembleias constituídas pelo povo.

Partindo do ponto de vista de (Campos & Miranda, 2012, pp. 292–308), as Revoluções Francesa e Industrial, são demonstrações claras de que, o poder não deve vir apenas dos soberanos, ou das autoridades que governam, mas contam com a participação do povo. Parafraseando Campos, vamos notar que o povo se indigna com os desmandos da classe

dominante da sociedade francesa e a ambição dos ingleses, em querer aumentar cada vez mais seu capital, isso faz com que eles se organizem e inicie um porocesso de luta, em busca de direito sociais. Com o surgimento das máquinas, as nações rebeladas, despertam da nostalgia política em que estavam vivendo, se opondo ao pagamento de autos tributos e poucos benefícios, questionando o poder dos reis, proclamando-se donos do poder por meio de rebeliões e revoluções, organizada por membros da sociedade. À medida que percebiam sua força, os movimentos de oposição ao poder soberano foram ganhando notoriedade, sendo percebidos e sentidos pelos governantes em ambiente local, estadual e nacional, destacando-se na história como sendo revoluções.

Neste sentido, observa-se que, o poder até então centralizado pelos soberanos, passa a ser cobrado com maior intensidade pelos súditos, que também se organizaram em classes, ocasionando mobilizações que veio marcar profundamente os rumos da história da França em 1789-1799. Tal revolução só foi possível porque houve a participação das classes sociais menos favorecidas economicamente. Os poderosos que encontravam-se no poder, tanto o monarca, quanto o poder clerical se viram ameaçados pelos camponeses, tendo em vista os altos custos pagos aos nobres, nos financiamentos de guerras, sem contar a falta de reformas políticas e económicas que enfraquecia a França naquele período. E, em ordem às crises que se instalavam na sociedade francesa, a autoridade real se sentia impotente para acalmar os ânimos dos súditos, ocasionando o processo revolucionário e a dissolução da do poder monárquico, que acabou sendo decaptado, juntamente com sua rainha. Os movimentos que tiveram início na França, não ficou restrito a esta nação, repercutiu em outros países gerando levantes que mudaram os rumos do poder e da política conhecidas na história das civilizações. Partindo deste pressuposto, Junior entende que a partir de tal acontecimento histórico, o

> "poder monárquico absolutista centralizou-se nas assembleias representativas: assim foi na Revolução Inglesa de 1688 e na Revolução Francesa de 1789. Desde então, o poder do monarca (e por extensão, de seus substitutos nos regimes republicanos) se viu limitado, prevalecendo a ideia de que ele governa em nome do povo". (Junior, (s.d.), p.02).

Com o passar dos séculos XVII e XVIII, o poder absolutista transmitido por um ser superior ao homem dando a este a possibilidade de organizar e governar a sociedade passa ser notado a partir da riqueza, do acumular de bens aquisitivos. A face do poder exercida por meio da moeda pode ser percebida ainda no período antigo com o povo semita, onde vamos

encontrar Abraão e Efrom, personagens bíblicos utilizando o capital cunhado na época para valer o seu poder de compra e venda.

> "Abraão pesou para Efrom os quatrocentos shekels de prata que concordara pagar pelo campo de Machpelah. O siclo, porém, era a moeda corrente do mercador, por peso, e não de contado, assim como os lingotes de ouro e as barras de prata atualmente. Os impostos dos antigos reis da Inglaterra eram pagos não em dinheiro, mas em espécie, isto é, em vitualhas e provisões de todos os tipos". (Smith, 2007, p. 34).

Já no período antigo da história, é possível deparar com o poder transvestido por meio da força do capital. Analisando a origem do poder, tomando como princípio base o capital, fica evidente que os donos do poder são os mais ricos, os donos de grandes propriedades e senhores que controlavam o mercado e a economia de seus países, Hobbes, vai entender que "a nobreza é poder, não em todos os lugares, mas somente naqueles Estados onde goza de privilégios, pois, é nesses privilégios que consiste seu poder". (Hobbes, 2003; p. 77).

Analisando o poder de acordo om Smith e Hobbes, entende-se que este se resume no ter e não mais no ser. Uma vez presente em todas as esferas sociais, o poder, cunhado na moeda, vai se estabelecendo na história, às vezes por meio da realeza, hora por meio do clero, e na modernidade por meio da política.

Em tempos atuais, tem-se notado que a riqueza, a política e o poder têm sido o tripé de sustentação das classes dominantes. É notório que não basta somente riqueza, se não houver alianças políticas, o poder se torna ineficiente, ou seja, deixa de ser notado.

Riqueza, política e poder estão interligados, talvez pela interdependência um do outro. Diante da realidade atual, nota-se que para ser político tem que ter dinheiro, pois quando se vê um político pobre, ou seja, sem bens financeiros que possa proporcionar aos seus eleitores algumas benécias, este fica desacreditado. O seja, na atual conjuntura social, não se ganha política sem dinheiro, pois os que não possuem verbas para investir em pagamentos de pessoas que façam campanhas nas ruas, efetuar pagamentos das emissoras de rádios e televisões, para que sejam divulgados seus planos de governo, além de gastos com meios de transporte de locomoção de um local para outro entrando em um corpo a corpo com o eleitorado, ouvindo e falando de suas propostas de trabalho em um futuro pleito, certamente não será eleito, uma vez que não se tornou conhecido, nem a ti nem suas propostas, daí a necessidade do dinheiro. Uma vez dentro da política, este ganha status, e para manter sua posição, necessitará ganhar cada vez melhor. Com o auxílio do dinheiro, o político consegue construir e manter alianças para melhor

governar, mantendo-se cada vez mais rico, pois dinheiro atrai dinheiro, poder atrai poder. No intuito de não deixar que caia a arrecadação financeira, o político procurará sempre se manter na política. Uma vez na política, tem-se o domínio do poder existente no âmbio político, estabelecendo-se um ciclo vicioso e quase que necessário para se manter no e com aquele tipo de poder. Em poucas palavras, pode-se dizer que quem experimenta o poder existente na política dificilmente abre mão de continuar desfrutando do mesmo.

Vale dizer que existem muitas formas de poder, tais quais, poder político e poder religioso, que são dignas de reflexões profundas, mas cabe aqui, procurar entender o poder pelo víeis político tendo como parâmetro a literatura histórica da idade moderna, onde vamos encontrar Almeida, Weber e Krausz, afirmando que, "poder implica força, já que relações de poder implicam relações de forças". (Almeida et al., 2012; p. 46). Já em sua obra denominada, Compartilhando o poder nas organizações, Krausz, assim como Max Weber (1954), entende o poder como "a possibilidade de impor a própria vontade sobre o comportamento dos outros". (Krausz, 1991; p. 14).

Ainda no víeis político e na mesma trilha de Krausz e Max Weber, Chaui entende que o cidadão seja ele pertencente a qualquer classe social, carrega consigo a insígnia do poder. Mesmo não conhecendo a existência do poder, ele está no indivíduo enquanto cidadão, senhor de suas decisões. Mesmo que o cidadão transfira para o Estado ou para o político o direito de decisão por meio de um contrato social, este não perde a sua individualidade, pois o poder é conferido só e unicamente ao indivíduo particular. Chaui compreende que

> "o indivíduo é a origem e o destinatário do poder político, nascido de um contrato social voluntário, no qual os contratantes cedem poderes, mas não cedem sua individualidade (vida, liberdade e propriedade). O indivíduo é o cidadão" (Chaui, 2000, p. 521).

Chaui compreende que o indivíduo não pode ser ignorado como sendo parte do contexto em que vive. O sujeito é parte essencial nos processos políticos existentes na sociedade, na medida em que busca compreender o processo em que vive, fazendo valer seus direitos e deveres de eleitores. Se o cidadão é ativo, ou seja, acompanha atentamente o processo político por meio das ações dos candidatos, torna-se parte essencial que fortifica este processo.

Compreender a existência da relação de forças entre cidadãos e política, é de suma importância para que o indivíduo seja respeitado e reconhecido como origem e destinatário do

poder político. Enquanto sujeito e cidadão, imerso em meio às relações de força, religiosa, política, social, o cidadão deverá impor voz e vez à sua vontade, não ficando subjugados as decisões e mandos de outros, do contrário este indivíduo, parte integrante da sociedade, estará abrindo mão de sua liberdade, e consequentemente abrindo mão de ser visto como cidadão, de modo especial pelos políticos, considerado por Chaui sujeitos sábios que não abusarão do poder e nem prejudicarão a sociedade, evitando o cerceamento de direitos individuais do cidadão. No entendimento de Chaui, "a classe política deve ser dominada e controlada pelos sábios (a razão), que não deixarão que os políticos abusem do poder e prejudiquem toda a sociedade". (Chaui, 2000; p. 90).

Seguindo o mesmo raciocínio de Marilena Chaui, deparamo-nos com Bonavides compreendendo que é o Estado quem apregoa uma ordem política social, não sendo um fato novo no contexto político. Bonavides entende que desde a antiguidade é no Estado que se estabelece a ordem social, o que pode ser notado ainda hoje, embora não tenha recebido tal denominação desde os tempos antigos. Bonavides assimila a política e a organização social dos gregos e romanos ao trazer em seu discurso a força das vozes que ecoavam nas praças públicas criando entre as classes sociais e entre os cidadãos o interesse de construir uma ordem na polis 'cidade' estabelecendo um vínculo comunitário e ao mesmo tempo criando uma esfera que propiciasse o direito a cidadania aos que ali habitavam. Como se vê,

> "o Estado como ordem política da Sociedade é conhecido desde a antiguidade aos nossos dias. Todavia nem sempre teve essa denominação, nem tampouco encobriu a mesma realidade. A *polis* dos gregos ou a *civitas* e a *respublica* dos romanos eram vozes que traduziam a ideia de Estado, principalmente pelo aspecto de personificação do vínculo comunitário, de aderência imediata à ordem política e de cidadania". (Bonavides, (s.d.), p 26).

A concepção de poder refletido atualmente nas academias traz em si o mesmo significado, ou seja, a conotação de força, resistência e autoridade. O que tem sido inovado é a forma em que o poder, se tem manifestado, pois ao invés de entender o poder, como sendo algo que emana de um ser soberano que domina todas as coisas, naturais e não naturais, colocando o homem sob o crivo de sua autoridade, o entendimento que se tem atualmente, é que, o poder encontra-se no indivíduo, na riqueza, no povo, tendo como estrutura organizadora da política. De acordo com a Constituição Federal Brasileira, "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos...". (Constituição Federal do Brasil, 1988; Art. I, p. 05).

Sendo assim, atualmente não se entende mais o poder como sendo algo vindo de uma força inexplicável, direcionado apenas a algumas pessoas como vinha sendo entendido há séculos.

Em tempos modernos, o poder não se dá de maneira sobrenatural, de um criador que programa todas as coisas e conceda ao homem a força e a autoridade onde haja senhor e escravo. Na atualidade, o poder se dá por meio de relações políticas, do diálogo entre as classes, sejam elas, governantes ou governados, devem gozar dos mesmos direitos civis. Acredita-se que para entender o poder, torna-se necessário compreender os meandros da política, uma vez que poder e política encontram-se interligados.

Analisando a história do ponto de vista moderno, impedir que os cidadãos participem das decisões no que pensam ser melhor para si e para a sociedade, é excluí-lo, impedi-lo de exercer seu poder político. Não se pode mais compreender o poder onde não haja a participação do cidadão no contexto político, da mesma forma que não se admite em tempos modernos um poder direcionado de uma força ou outra que controle, determina ou conduza o poder, de maneira especial o poder político. Chaui entende que o poder político é algo vivo, que se dá por meio da participação do indivíduo. De acordo com (Chaui, 2000; p. 494) "o poder político é um bem participável".

O poder político é algo que está em constante construção, aberto a todo e qualquer cidadão, que queira participar da vida política existente no Estado, o que não é diferente no entendimento de Foucault, ao entender que, "o poder não é algo que se tem, mas algo que se exerce e, por isso, pode ser exercido por todos". (Apud. Almeida et al., 2012; p. 80).

Ao colocar em análise a concepção de poder, foi possível encontrar diferentes formas de retratá-lo. Mesmo buscando com afinco, entender como surge o poder, pode-se dizer com covicção, que este não se dá a conhecer de maneira clara e distinta, uma vez que o poder não se constitui por si só, ele se encontra vinculado, ao homem desde a mais tenra idade. Está intrínseco na política e na religião, ramificado em todas as bases que consolidam a estruturação do Estado. Neste sentido, pode-se afirmar categoricamente que seria impossível discutir a origem, a existência e a permanência do poder fora do homem, da política e do Estado.

No artigo intitulado "O poder na relação externa do Estado e equação", Fontoura, fala de variadas formas de poder, em que destaca o entrelaçamento entre poder, Estado e política. Neste, deixa claro que não importa as instâncias a qual o poder seja descrito, analisado, estudado, o poder estará de forma direta ligado com o cenário político. Ao discorrer sobre diversos tipos de poder, vai ocupar-se do poder político, tema aqui relevante, onde destaca o poder como sendo a imposição da vontade do Estado. Para aclarar o assunto ora discutido,

vale-se do poder nacional que a seu ver, impera sobre qualquer outra vontade, pois é o que institui a base do Estado.

Dando continuidade à argumentação, entende que, mesmo sendo o Estado composto por elementos estáveis e elementos variáveis, o poder político por meio da máquina governamental, tem a função de assegurar o bem comum, a harmonia interna, a guarda de suas fronteiras e a iniciativa de discutir seus rumos políticos nas relações externas, garantindo aos cidadãos segurança na organização e governança, tornando-se um poder credível aos olhos das nações internacionais.

Ao manter sob seu controle situações internas e externas, o Estado passa ser respeitado político e economicamente, adquirindo desta forma o poder funcional. De acordo com Fontoura, mesmo o Estado não tendo poder credível, tende a manter influência em assuntos internacionais. Já Adriano Moreira, vai denominar o poder funcional, como sendo Estado que contenha organização geográfica, matéria prima de natureza estratégica e capacidade de intervenção internacional, mesmo o Estado

> "não chegando ao patamar do poder credível, na sua expressão, têm, contudo, alguma influência nos assuntos internacionais, em consequência de circunstâncias de excepção, se dispuserem do que, entre nós, Adriano Moreira classificou de poder funcional decorrente de excepcionalismos (v.g., localização geográfica, matérias primas de natureza estratégica, etc.) que conferem, a tais Estados, capacidade de intervenção internacional para além da que disporia se não fossem levadas em linha de conta tais circunstâncias, as quais, modificando-se significativamente, podem acarretar alterações da sua importância no jogo internacional". (Fontoura, 2006, p 19).

Diante da literatura encontrada que trás à tona o tema poder, é justo dizer que a investigação até aqui apresentada, expõem de forma concisa a questão poder, uma vez que o propósito aqui exposto propõe discutir as questões, poder, política, homem e o Estado numa perspectiva política.

1.1.2. Política

Geralmente, entender a origem da política é fácil, no entanto, descrevê-la é algo um tanto quanto árduo, pois este conceito tem uma historiografia, desde a Grécia Antiga, onde destacamos os filósofos gregos Platão e Aristóteles e outros, pensando a natureza, o universo, a moral, a ética dentro de uma perspectiva política. Os filósofos aqui destacados debruçaram-se sobre o tema, o qual se mantem atual até aos nossos dias.

Platão, foi um filósofo grego e o principal discípulo de Sócrates, de família aristocrata, nasceu, viveu e morreu na Grécia, tornou-se figura influente na discussão política grega. Platão embora não se interessa-se pela política centrava a sua filosofia na existência de um mundo perfeito que se encontrava no mundo das ideias. Considerava o mundo físico, a natureza e tudo que existia nela, uma cópia imperfeita que assentava no mundo das ideias. Com formação académica nobre, Platão encontrava-se no meio do debate político-social da Grécia, uma vez que seus genitores ocupavam-se da política, atuando como elaboradores das leis em Atenas.Talvez por este motivo, Platão não tenha conseguido escapar ao debate político, por ter nascido em berço político, (Platão, 1979, p. IX).

Através da sua aprendizagem com o seu mestre (Sócrates), Platão procurava discutir assuntos envolvendo o contexto social, dentre estes, o diálogo Político, destacando a importância da retórica, da ética e da educação que se desenvolvia na polis grega, (Platão, 1979, pp. 199-261).

Platão entende que a política deveria ocorrer na polis grega de maneira que os filósofos ocupassem cargos políticos, colocando-se à frente do debate. Segundo o seu ponto de vista, os sábios teriam melhor condições de governar a polis. Platão, via a política como uma arte, ou seja, algo que fosse bem planejado, organizado, possuindo normas, regras, princípios éticos e morais que se ocupasse da organização e administração da polis. No entendimento de Platão, para ser político, antes de qualquer coisa, era necessário que o político conhecesse a arte de pastorear, de conhecer o rebanho, não como um simples rebanho, mas pastores de homens que governassem para os cidadãos e para si mesmos, (Platão, 1979, pp. 212-213). Segundo ele, o político deveria ser conhecedor da arte de governar e a política deveria ser a arte de ordenar e governar, a "política é a arte que se ocupa da pólis" (Platão, 1979; p. 226).

Platão compreende que a política é a arte que se ocupa da polis, diferente de Aristóteles, que vai compreendê-la como sendo a arte do bem viver. Os filósofos em questão, propõem a política como sendo mecanismo de organização e administração na polis, fazendo com que prevalecesse a ordem e a harmonia na sociedade grega de seu tempo.

Ao analisarmos alguns escritos históricos, deparamo-nos com outros autores que assim como os gregos antigos também discutiram a política e a sua importância na sociedade. A política entendida como arte do bem viver ou a arte que se ocupa da polis, por Platão e Aristóteles, passa ser entendida como sendo a arte de administrar, a arte de manter a paz social na sociedade, de discutir e criar legislações que se ajustem ao tempo e as realidades em que vivem os cidadãos seja na economia, na religião ou na política.

Neste sentido a política passa a ser compreendida como um mecanismo que possibilite as relações entre estados, não sendo somente a arte do bem viver, ou a arte da polis, mas a arte do possível. De acordo com Rousseau,

> "a política é a arte de administrar uma sociedade, de manter nela a paz social, de transformar a legislação para adaptá-la às modificações acarretadas pela história, de controlar as diversas atividades dos homens de tal modo que as instituições sejam justas e eficazes, de regular as relações entre o Estado e os outros Estados. [...] a política é, como se disse, a arte do possível (Rousseau, 1996, p, X).

Segundo o dicionário de filosofia (Abbagnano, 2000, p. 174) e segundo o filósofo Platão, ele entende a política como sendo a "ciência régia", ao pensar a vida na polis grega, compreendendo que a política encontra-se presente na prática social, ligada estreitamente ao poder. Bobbio também entende a política como sendo a prática humana que liga o homem ao poder, "o conceito de Política, como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao poder." (Bobbio, 1998; p. 954).

Propor tratar da origem da política e das ações advindas da política, sem citar a história dos povos gregos antigos, é narrar a história com lacunas. Neste sentido, ao tratarmos do termo política e da sua origem em tempos atuais, a filósofa Marilena Chaui vai compreender que os gregos não só inventaram a palavra política, mas instituíram a política, onde as discussões e debates públicos envolviam os membros da polis nas assembleias públicas. Na perspectiva de Marilena Chaui.

> "Os gregos inventaram a política (palavra que vem de polis, que, em grego, significa cidade organizada por leis e instituições) porque instituíram práticas pelas quais as decisões eram tomadas a partir de discussões e debates públicos e eram adotadas ou revogadas por voto em assembleias públicas" (Chaui, 2000, p 31).

Por outro lado, ao deparamo-nos com a história grega clássica, deparamo-nos com Aristóteles, filósofo, que nasceu em Estagira, na Macedônia por volta do ano 367 ou 366. a.C., filho de médico, Aristóteles encontrava-se ligado à medicina e à casa reinante da Macedônia. Com tal privilégio, se envolve com a cultura helênica e as aventuras políticas da Macedônia. Em busca de novos conhecimentos, com dezoito anos apenas, o filósofo parte rumo à Grécia em busca dos ensinamentos oferecidos pelos filósofos gregos. No inicio deparaou-se com algumas limitações, principalmente no que se refere à língua grega, mas, ao encontrar Isócrates, pensador grego que compactuava com a sua forma de pensar e de ensinar dos sofistas, supera tal impasse, com quem permaneceu pelo período de um ano. Os sofistas eram filósofos pré-socráticos que, ensinavam única e exclusivamente em troca do pagamento e não se preocupavam em buscar a verdade, ensinava como solicitava o educando, de acordo com a remuneração recebida dos mesmos. Aristóteles, permaneceu em Atenas, durante um ano, como discípulo de Isócrates. Assim que encontrou Platão, tornou-se seu discípulo, frequentando a academia platónica. Aristóteles, mesmo sendo discípulo de Platão, não concebia a ideia de um mundo perfeito, como o seu mestre. Para Aristóteles, o mundo perfeito, encontrava-se situado no mundo físico, ou seja, aquilo que se encontrava na natureza e pudesse ser captado pelos sentidos. Mesmo não sustentando a linha de pensamento de Platão, Aristóteles permaneceu na academia por vinte anos, a ponto de ser considerado por seu mestre, o aluno mais brilhante da academia. (Aristóteles, 1991, pp. VII – XXI).

Uma vez na academia, Aristóteles tomou gosto pelo conhecimento que envolvia o homem, a natureza e a política. Ao revisar a vida e obra do estagirista, foi possível encontrar uma obra dedicada a política. Para Aristóteles, a política era de extrema importância, para ele, a política era o elemento básico da sociedade. Indo um pouco adiante nas reflexões deste filósofo, vai-se deparar com o seu discurso de que a política é a ciência que determina o que é necessário à pólis grega. Segundo ele, é a ciência que determina o que cada cidadão deve aprender para melhor viver em sociedade. Abbagnano, ao examinar a política pela ótica Aristotélica entende que para Aristóteles a política é a mola mestra que determina as ciências necessárias ao cidadão na polis grega. Para Abbagnano, o entendimento de Aristóteles, era que,

"à ciência mais importante e mais arquitetônica, parece ser a política. Com efeito, ela determina quais são as ciências necessárias nas cidades, quais as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto." (Abbagnano, 2000; p. 773).

Para Aristóteles, a polis deveria estar organizada de acordo com a Ciência Política, só assim a sociedade encontrar-se-á pautada por princípios morais e éticos possibilitando a vida harmônica, afinal de contas, no entendimento de Aristóteles, o homem é um ser político por natureza e deve fazer uso da política para viver, mas não meramente viver, mas viver bem, aliás, como refere Bobbio "Aristóteles afirma que o fim da Política não é viver, mas viver bem" (Bobbio, 1998; p. 958).

Numa visão holística do termo "política", (Abbagnano, 2000, pp. 773-774), apresenta algumas versões, no intuito de esclarecer e ao mesmo tempo, compreender o quão importante é a política na vida dos seres humanos e no contexto social. Ao conceituar a palavra política, Abbagnano, nos situa no tempo, levando-nos a compreender que, a política encontra-se no tempo e com o tempo e à medida que é estudada vai ganhando novas faces.

Assim como Abbagnano, filósofos como Rousseau e Locke também se debruçaram sobre a questão política. A teoria política de (Rousseau, 1999, p. XXII) traz como reflexão antes de tudo a educação do cidadão, já Locke se diverge de Rousseau ao afirmar que "a política é apenas uma das formas ou uma das dimensões da vida coletiva" (Quirino; Vouga & Brandão, 2004; p. 108). Entende-se que, tanto Rousseau como Locke têm razão em suas afirmações, pois a política deve ser algo pensado, algo que faça o homem refletir enquanto indivíduo que compõem as diversas classes que constituem o Estado. A política, não deve ser algo pronto e acabado imposto por um cidadão que pense e responda por um coletivo. A política deve ser algo que envolva todo cidadão nas discussões e decisões sociais. De acordo com a literatura, é possível constatar que a política e o conceito de política surgem na história grega antiga, a partir de Platão e Aristóteles, no entanto, o termo política ganha nova interpretação com autores do período clássico, tais como Maquiavel, Rousseau, Karl Marx, Mead, Lynn, Peters, Dye e outros.

Maquiavel, através da sua obra "O Principe", descreve a política como sendo a arte de governar (Maquiavel, 2008, p. 40). Assim como Maquiavel, na perspectiva da Ciência Política, vamos encontrar, alguns filósofos e/ou pensadores definindo a política de várias formas. De acordo com Souza

> "Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer" (Souza, 2006, p. 5).

Por sua vez, na obra *Ciência e Política - Duas Vocações*, Max Weber, ao refletir sobre a ciência e a política como vocação, entende a política como sendo, "o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado". (Weber, 1968; p. 56).

Hirschman *apud* (Roberto, 2009, p. 38) vai utilizar a análise diacrónica e sincrónica para delinear e determinar o que é a política e a trajetória do conceito de política. Na análise diacrónica, para (Marshall, (s.d.), pp. 63-65), primeiro, foram conquistados os direitos civis, cujo símbolo foi a Revolução Francesa; em seguida os direitos políticos por meio da extensão do sufrágio durante o século XIX; e, finalmente, os direitos sociais que estabeleceram os pilares do Estado de Bem-Estar Social no final do século XIX e, sobretudo, no século XX. Segundo (Bendrath & Gomes, 2010, p. 158), Locke, ao descrever a sociedade, trilha o caminho filosófico da organização social. Ele observa que no meio social carece existir direitos e deveres e, portanto, algo deve ser feito para que haja um mínimo de controle na vida social. Lock traz ainda à discussão a presença do Estado, ele entende que

> "o Estado está associado ao direito à vida, à liberdade e a propriedade, em que a sociedade deve preservar e respeitar. Podemos considerar as posições individualistas de Locke como o alicerce futuro do liberalismo clássico" (Bendrath & Gomes, 2010, p. 158).

A estrutura política organizacional da cidade, do Estado, por meio de suas normas e regras, cria um pacto entendido por (Rousseau, 1996, p. XIV), como sendo o contrato social. O surgimento de várias cidades e a crescente necessidade de organização política acaba por dar origem ao Estado que aos poucos se torna o guardião da vida, da ordem e do cidadão.

Na obra Teoria Geral do Estado, (Azambuja, 2008, pp. 24–26), dá entender que as primeiras concepções de Estado surgiram ainda na antiguidade clássica, com os filósofos Platão

e Aristóteles. Platão propõe um Estado ideal, aquele que se encontrava organizado no mundo das ideias, onde quem deveria governar era o rei-filósofo. Os guerreiros deveriam guardar as fronteiras, além de assegurar a lei e a ordem, na polis grega. Os escravos deveriam manter-se ocupados com os demais afazeres, ou seja, cultivar a lavoura, manter limpas as praças e se ocupar dos trabalhos pesados existentes na polis, contribuindo com a governança do rei-filósofo[3]. Platão não se preocupava em defender a família, para ele, o cidadão deveria estar sob as ordens do Estado, não existindo assim, a liberdade particular, mas a lei soberana do Estado sob seus súditos. Não concebia a ideia de casamento, acreditava ser melhor que homens e mulheres estivessem ligados diretamente ao Estado, e os filhos destes, por sua vez, seriam educados pelo Estado e não pelos pais em particular. Com relação à propriedade privada, também não deveria existir, todo território ficaria à disposição do Estado. Embora sendo discípulo de Platão, Aristóteles, discute o Estado enquanto ideia real, ou seja, aquele que depende das ações do homem na governança e manutenção da polis, num sentido prático, não como imaginava Platão. Aristóteles propôs um Estado em que envolvesse a família e todos os cidadãos da polis, não fazendo distinção de homens e mulheres, gregos e não gregos que viviam na polis. Aristóteles defendia um Estado que deveria ser organizado por meio de leis, normas, construindo e fortificando a moral e os costumes existentes nas mais diversas classes sociais, assegurando a harmonia na polis, e não um Estado idealizado que ficasse apenas no mundo das ideias.

Neste mesmo sentido, (Amaral, 1998, pp. 85–133), na obra *História das Ideias Políticas*, volume I, também nos faz entender que o filósofo Platão, mesmo apresentando uma concepção de Estado divergente de Aristóteles, é considerado o primeiro grande pensador da política, propondo a ideia de um estado ideal. Com isso, torna-se o defensor de uma sociedade coletivista submetida às ordens do Estado. Com relação a Aristóteles, Amaral refere que Aristóteles foi aluno de Platão, e não seu discípulo, tendo em vista a divergência de ideias no que se refere à formação da família e a organização do Estado. Aristóteles tende a valorizar e defender a família, no sentido de fazer valer seu direito de propriedade privada. Entende que, os cidadãos devem se unir para fortificar e organizar o Estado, mas não se submeter totalmente aos mandos do Estado como propunha Platão. Azambuja e Amaral, assim como Platão e Aristóteles, compreendem a importância da Política na concepção e manutenção do Estado.

[3] Platão, ao propor a República, como um sistema de governo perfeito para os gregos, entende ser o filósofo, a pessoa preparada para assumir a função de rei e governante. Segundo ele, os filósofos eram educados no plano pedagógico, sendo capazes de governar de forma justa e ideal a cidade, surgindo assim à figura do rei-filósofo, ou seja, aquele que poderia proporcionar aos súditos o que era mais justo e ideal, politicamente falando.

Foi pensando a família, os direitos particulares que Platão e Aristóteles, propuseram a discussão e a organização da polis, que mais tarde tornou-se a cidade estado, uma vez que, cada cidade grega era tida como autossuficiente, socioeconomicamente e politicamente. Uma vez organizada e fortificada a polis, o governante, juntamente com os governados, vão em busca de novas terras e escravos, onde um grupo se sobrepõe a outro, em força, poder, organização política e económica, onde os vencedores impunham sua autoridade e domínio sobre os vencidos, exigindo cobrança de tributos, surgindo assim o Estado. De acordo com Azambuja,

> "o Estado nasce com a conquista de um grupo pelo outro e com o progresso que constitui a escravização, e não mais a destruição do vencido pelo vencedor. Organiza-se a ordem política, furto dos interesses econômicos do vencedor e de resignação do vencido" (Azambuja, 2008, p. 124).

Como um modelo de organização em grupo e classes diversificadas, o Estado, se torna uma máquina inflexível que utilizará a política para administrar os bens públicos, garantido pelos tributos cobrados de seus súditos. Por meio de força de leis, o homem vai delegando ao Estado o direito de tomar decisões que influenciavam e decidiam a vida pública e privada, criando assim um contrato social. Uma vez estruturado e solidificado, o Estado irá estabelecer suas fronteiras e lutar por novas conquistas como os limites territoriais, no intuito de expandir suas divisas, além de organizar a vida pública e privada, com consentimento do cidadão que elegia seus representantes por meio do voto. Perante tal fato, Rousseau vê issso como sendo o princípio da vida política controlada por soberanos, "O princípio da vida política repousa na autoridade soberana. O poder legislativo é o coração do Estado. O poder executivo, o cérebro, que dá movimento a todas as partes". (Rousseau, 1999; p. 106).

O surgimento do Estado, nasce da necessidade do cidadão fazer valer seus direitos individuais e sociais como, por exemplo, manter a ordem e o direito de propriedade privada, proteger seus bens materiais e assegurar a dignidade de cada cidadão como sendo elemento fundamental do Estado. Nesse sentido, o Estado leva décadas, senão séculos, para se consolidar.

Segundo Schmitt e Hobbes, o Estado, nada mais é do que a tentativa de evitar a guerra civil por meio do monopólio da decisão e, por alguns séculos, o monopólio do político (Lima, 2011, p. 170). Prosseguindo na linha de raciocínio Schmittiana, percebe-se que, o papel do político passa a ser a peça chave da governança, por intermédio da elaboração e fiscalização

dos bens públicos, onde a política exercia poder decisivo na vida do cidadão, assegurando sua unidade e soberania, tanto interna, quanto externamente. De acordo com Galli, "a política exige um poder que decida sobre a ordem e garanta a unidade do povo. Através da decisão política, é assegurada a unidade e soberania, ordem e representação tanto externamente quanto internamente." (Galli, 2010; pp. 229-279).

É válido afirmar que a política e o homem se renovam no tempo e com o tempo, sendo moldados pelo cidadão de acordo com as necessidades que vão surgindo no meio social, sempre com a finalidade de melhorar a vida na polis, como fizeram outrora os povos gregos antigos. Rousseau em sua obra "O contrato social", avança um pouco mais ao refletir sobre a composição do Homem e do Estado, compreendendo não só a organização da cidade e do Estado, e a sua renovação constante, mas percebe que o Homem e o Estado são partes integrantes um do outro, sendo o homem obra da natureza, e o Estado, obra de arte. Para Rousseau,

> "o corpo político, assim como o corpo do homem, começa a morrer desde que nasce e traz em si mesmo as causas de sua destruição. Mas um e outro podem ter uma constituição mais ou menos robusta e apropriada para conservá-los mais ou menos longamente. A constituição do homem é obra da natureza, e do Estado é obra de arte. Não depende dos homens o prolongamento de suas vindas, mas deles depende prolongar a do Estado pelo tempo que for possível, dando-lhe a melhor constituição que possa existir. (Rousseau, 1999, p, 106).

Neste sentido, compreende-se que a política, poder e homem, encontram-se interligados, sendo o poder o elemento norteador entre homem e Estado. No entanto, cabe dizer, que o Homem e o Estado são partes cruciais na estrutura política da sociedade.

1.1.3. O homem e o Estado.

Durante as gerações, o maior desafio do homem, tem sido a sua harmonia e com o universo que o rodeia.

Verifica-se durante a revisão da literatura do período histórico-clássico, que o filósofo Aristóteles já buscava compreender a importância do homem e da política no meio social, tanto

que definiu o homem como sendo um animal político, ou seja, este era um animal com todos os seus atributos, corpo, alma, cor, e razão. Porém, fazia-se necessário a relação harmoniosa entre seres humanos e natureza, onde propõem a política como sendo o elemento de conexão entre homem e natureza. À medida que, a sociedade se organizava politicamente, originava a organização coletiva da qual, mais tarde, deriva o conceito de democracia, que quer dizer, governo do povo. Aristóteles atribuía ao homem tanto valor que o considerava parte integrante da cidade, ou seja, mesmo que o homem não envolvesse na vida política, este não tinha opção, pois era um ser político por natureza. Diferente de Aristóteles, (Rousseau, 1999, p. 107), vai entender que o homem é fruto e parte integrante da natureza, ao mesmo tempo, faz parte de uma sociedade organizada por meio de normas e regras partindo de discussões em assembleias, envolvendo o coletivo. De acordo com Senne, o homem deve estar envolvido no processo político e governamental da cidade, pois para Aristóteles, o homem é um animal político.

> "A máxima aristotélica "*O homem é um animal político*" retrata a importância que tinha, para os gregos, a vida em cidade (*polis*), isto é, a vida de cada um como cidadão-político. Essa *politi-cidade* – um misto de modo de existência e processo de subjetivação coletiva – teve valor máximo para a cidade de Atenas, lugar onde melhor se desenvolveu um tipo de organização social avesso à tirania *que deu certo*, um regime coletivo que, durante algumas décadas, funcionou tão esplendidamente que se destinou, como modelo, a ser imitado pelo Ocidente: a *democracia*, no dizer de Péricles, o regime político que recebeu esse nome "pelo fato da direção do Estado não se limitar a poucos, mas se estender à maioria." (Senne, 2009, p. 47).

O conceito de homem e de política formulados por Aristóteles ultrapassa séculos, ganhando novas interpretações. Aristóteles compreendia a política como parte inseparável do homem. Ele entendia que o homem era um ser político por natureza. Aristóteles encontrava-se tão envolvido com a sociedade grega, que dá a entender que o homem era um ser naturalmente civilizado e estava predisposto a viver em sociedade. Além, de o homem ser um animal político, é também um ser civilizado, ele é "um animal naturalmente civilizado" (Aristóteles, 1991; p. 76).

A simples existência do homem, não constitui uma sociedade, é necessário que o homem compreenda a si mesmo, possibilitando a vida em grupo e em classe. Além de se auto compreender, é preciso que o homem se valorize e se organize politicamente compondo assim uma sociedade organizada. A partir do momento em que, os seres humanos passam a

compartilhar ideias que viessem de encontro aos anseios das classes sociais existentes na polis, passam a se organizar em grupos. Assim, como Aristóteles, Bobbio compreende o homem como sendo um animal político e social por natureza, "o homem é, por natureza, um animal político e social". (Bobbio, 1998; p. 277).

Na mesma linha de raciocínio de Aristóteles, com uma visão modernizada de política, Azambuja vai compreender que o homem e a política são componentes que sempre estiveram presentes na sociedade organizada hierarquicamente, acrescentando ao Estado o elemento autoridade, mais conhecido como poder emanado da política. Segundo Azambuja, o homem é um ser que necessita viver em sociedade, e ao viver em sociedade acaba por fazer originar o Estado,

> "o homem sempre viveu em sociedade. A sociedade só sobrevive pela organização, que supõe a autoridade e a liberdade como elementos essenciais; a sociedade que atinge determinado grau de evolução passa a constituir um Estado. Para viver fora da sociedade, o homem precisaria estar abaixo dos homens ou acima dos deuses, como disse Aristóteles, e vivendo em sociedade, ele, natural e necessariamente, cria a autoridade e o Estado". (Azambuja, 1982, p. 100).

O homem é o cerne que dá vida e dinamicidade ao Estado. Com a organização em classes, a política vai se desenvolvendo, perpassando as esferas governamentais e não governamentais, tonando-se ferramenta de controle das cidades, auxiliando as pessoas que ocupavam o poder politico, na organização das cidades e dos Estados.

Tomando como princípio o homem e a política, componentes essenciais na organização da cidade e do Estado, Aristóteles e São Tomás de Aquino vão entender o Estado como sendo algo que proporcionava o bem comum ao cidadão e não uma entidade mítica, neutra que esteja acima de sua luta, servindo como mecanismo de dominação e repressão de uma classe sobre a outra. De acordo com Amaral, Aristóteles e São Tomás de Aquino pensaram o Estado como sendo uma organização destinada a proporcionar aos cidadãos o bem comum,

> "o Estado é uma organização destinada a prosseguir o bem comum, é a sede de poder". "O Estado não é, pois, uma entidade mítica, neutra, colocada acima das classes e da sua luta: é, sim, o instrumento de dominação e repressão de uma classe sobre a outra". (Amaral, 1994, pp. 44 e 154).

Segunda a obra de Weber, "Ciência e Política - duas vocações", verificamos que tal como Aristóteles e Platão afirmavam o que, é necessário ao homem político, poder aquisitivo que lhe assegure a subsistência, para que possa se dedicar totalmente à política, a fim de não utilizá-la em benefício próprio. Weber, vê o homem político e a política como funções nobres. Ele entende que para ser político, requer que o homem tenha disponibilidade e dedicação à vida pública. Weber vê a política como sendo ação árdua que requer compromisso de quem se digne a arte de governar. Segundo Weber,

> "o homem político deve, em condições normais, ser economicamente independente das vantagens que a atividade política lhe possa proporcionar. Quer isso dizer que lhe é indispensável possuir fortuna, pessoa ou ter, no âmbito da vida privada, situação suscetível de lhe assegurar ganhos suficientes. E ainda, o homem político deve, além disso, ser "economicamente disponível", equivalendo à afirmação a dizer que ele não deve estar obrigado a consagrar toda a sua capacidade de trabalho e de pensamento, constante e pessoalmente, à consecução da própria subsistência" (Weber, 1968, p. 65).

Segundo Azambuja (1982), e ao contrário de Weber, Aristóteles e Platão, compreende o homem, a sociedade e o poder, como sendo algo que sempre existiu e sempre existirá na sociedade. Para ele, o Estado é como se fosse um trinómio indestrutível tendo como fio condutor, a política. Conforme Azambuja, "A essencialidade do Poder nos grupos humanos é um fato. Homem, sociedade e poder é um trinômio indestrutível. Sempre existiu e provavelmente existirá sempre." (Azambuja, 1982; p. 48). Na mesma linha de raciocínio, vamos encontrar Amaral, entendendo o Estado como sendo um trinômio, nas junções dos termos: povo, território e poder político, sendo o útlimo a seu ver, o que mantem o controle interno e externo de uma nação. (Amaral, 2014, pp. 92-100).

Neste sentido, pode dizer-se que o Estado, é uma entidade constituída de diversas classes sociais com poder soberano para governar um povo, uma nação, dentro de uma área territorial delimitada, ou seja, onde o governante assegura as defesas de suas fronteiras por meio da força, o por meio de acordos diplomáticos salvaguardando a vida de seus compatriotas. A concepção de Estado moderno é aquela em que o governante é eleito por meio do voto disputado e discutido em assembleia.

A reflexão sobre a vida em sociedade não é algo novo, uma vez que desde os primórdios sabe-se que o homem não vive sozinho, mas em clãs, castas, grupos, que compartilham ideias e têm vida em comum.

Neste sentido, pode dizer-se que, o Estado, não é uma invenção moderna, mas algo existente na história e que aos pouco vai se organizando cada vez mais com o auxílio da política e do poder exercido entre comandantes e comandados.

O Estado estabelece definitivamente com a junção das classes sociais, não importando se tais classes são provenientes de propriedades privadas, ou seja, proprietários de terras e comerciantes, que se organizavam, procurando defender, direitos, bens e melhores lugares representativos na política e na sociedade em geral. Ao procurar comungar os mesmos ideais, convergiam para a criação de uma política forte, dando cada vez mais sustentação às bases do Estado, no intuito de defender não o Estado em si, mas seus próprios interesses. Amaral nos ensina que, o Estado é algo tão antigo que, antecede o capitalismo, pois já se encontrava instalado em diversos impérios, sendo adotadas doutrinas políticas de organização social, sejam eles, socialismo, coletivismo e outros. Conforme Amaral, "o Estado é muito mais antigo do que o capitalismo ou a propriedade privada: por exemplo, os grandes impérios orientais, aliás, muitos deles baseados no socialismo colectivista (Egipto, Babilónia, China) também foram Estados". (Amaral, 1994; p. 76).

Ao contrário de Amaral, Bobbio, vai discutir e entender o Estado como sendo uma estrutura que conserva em si o poder e a força, tanto interna quanto externa, em que, é dever dos súditos, manter obediência aos seus senhores. A concepção de Estado para Bobbio é entendida como sendo uma estrutura que, a qualquer custo deve manter sob sua jurisdição a ordem hierárquica estabelecida nas classes sociais. Embora moderna, a concepção de Estado de Bobbio, remete ao período medieval, em que o servo devia obediência cega à igreja e ao seu senhor, herdeiros de um poder inquestionável imposto pelos senhores sob seus súditos. Bobbio entende que, o dever do Estado é mandar e do cidadão obedecer, "O Estado é força, tanto para dentro como para fora, e o primeiro dever dos súditos é a obediência". (Bobbio, 1998; p. 97).

Ainda no que se refere ao Estado e para Moreira, Bugallo & Albuquerque, compreende o Estado como instituição humana que faz parte da engrenagem governamental. Ao contrário de Bobbio, Suáarez não coloca o Estado como sendo uma estrutura que impõem a força e o poder, mas como algo que depende do humano para ser reconhecido como sendo Estado. Francisco Suárez sustenta "que o Estado é uma instituição puramente humana, e que o direito de governar é uma propriedade do grupo social." (Moreira et al., 1978; p.185).

Ainda sobre o Estado, o homem e a importância destes dois elementos no contexto histórico, vamos encontrar em Moreira, Bugallo & Albuquerque, a afirmação que o Estado é produto da sociedade que se divide em organismos políticos. Dão a entender ao percorrer os

anais da história que o Estado era composto de senhores e escravos, que o Estado moderno se vale do capitalismo para que os senhores dominem a classe proletária. Neste sentido, não se vê apenas uma concepção de Estado, que imperou na história clássica, perpassou a idade média ganhando impulso com o poder religioso, e a concepção de Estado moderno em que estabelece suas bases no capital. Visto deste ângulo, pode-se dizer que a concepção de Estado na história clássica, bem como da história moderna, se dão nas relações humanas e por meio da política, tendo quem manda e quem obedece, mas com um diferencial, no período clássico, não se falava exclusivamente do capital, mas em proprietários de escravos, terras, lavouras e outros bens duráveis, no entanto, é válido observar que os autores ora citados, compreendem que o Estado é uma produção que se dá em sociedade,

> "o Estado é antes um produto da própria sociedade, dividida por antagonismos, de modo que uma das classes antagônicas assume o poder político. O Estado antigo teria sido o Estado dos senhores de escravos para dominarem estes, assim como o Estado atual seria o instrumento de que os capitalistas se servem para dominar os proletários". (Moreira et al., 1978, p. 462).

Em suma, Moreira, Bugallo & Albuquerque, perceberam que não existia apenas uma forma de Estado, mas, três maneiras de idealizar o Estado, tais como, o Estado árbitro, aquele que, não impõe barreiras à disputa económica que ocorre em seu interior e em sua volta. O Estado coordenador, ou seja, o Estado que, valoriza e direciona as iniciativas dos cidadãos, encaminhando-as rumo ao seu crescimento. Por fim, apresentam o Estado Gestor, que reverencia e acata o que é proposto por meio da via económica, conforme se depreende da citação seguinte: "Estado Árbitro, aquele que aceita a livre concorrência na vida económica. Estado coordenador, que procura encaminhar e aproveitar a livre inciativa. Estado Gestor, que respeita a vida económica". (Moreira et al., 1978; p. 415).

Numa análise resumida dos conceitos de poder, política, homem e Estado, tomando como ponto de partida a Ciência Política, filósofos e demais pesadores que se dispuseram a discorrer sobre os temas, foi possível compreender que o poder é a força que se dá no tempo e com o tempo no processo de construção da história humana. A política, termo comumente chamado de arte de governança ou arte de governar, que aliada ao poder constitui uma estrutura organizacional originando vilas, cidades, estados e nações.

Ao fazer uso do poder e da política, o homem utiliza a diplomacia, no intuito de fazer valer sua autoridade, tendo sempre como estratégia, as relações políticas, constituindo impérios que perduraram na história.

Por fim, depara-se com a concepção de Estado, onde vamos encontrar o homem, como elemento essencial da sociedade, que investido do poder e da arte de relacionar com seus semelhantes se organizam criando limites territoriais fazendo valer seu poder de organização política. As manifestações de poder se deram no tempo, por meio da imposição de algumas classes sobre as outras, pela imposição da cultura, da economia e do poder bélico. A princípio, todo poder conhecido vinha de Deus, o ser divino que conduziu a humanidade por um longo período da história, de maneira especial na idade média. De acordo com o desenvolvimento das sociedades, o homem, passa a valorizar e aplicar cada vez a mais este poder recebido de Deus, da Igreja, do capital ou da política, a força, a habilidade e a arte de governar a cidade e o Estado.

Com fundamentação em obras de autores que se debruçaram sobre o tema, poder, homem, política e Estado, sejam eles do período clássico, da idade média e da idade moderna, foi possível discutir três temas que querendo ou não permearam a vida em sociedade, criando políticas públicas que atendessem os asseios das classes sociais, na organização política do Estado.

Capítulo 2 - Concepção de políticas públicas

A definição de Políticas Públicas, assenta num tripé, constituido por Poder, Homem e Estado. O Poder encontra-se instalado em toda sociedade. O homem, investido do poder, dado por Deus, herdado de seus antepassados, ou usurpado pela força, utiliza o artifício política, para organizar a sociedade, criando normas, regras e leis para melhor exercer a governança. Uma vez organizada a sociedade, as classes sociais se juntam originando as cidades. Por meio das ações políticas, representantes eleitos pelo povo, governará e administrará cidades e Estados, tomando decisões que se aplicará a todos, pensando no bem coletivo, o que Rousseau vai chamar de "O Contrato Social", (Rousseau, 1996, p. XIV e XXIII). Uma vez submetido às regras e normas ditadas pelo Estado, o homem torna-se impedido de agir em prol do benefício próprio, ou seja, visando apenas seu bem particular. Assim sendo, Rousseau, vai dizer que por meio de tal ação, o homem se tonará agrilhoado[4], pois se sentirá preso às leis impostas pelo Estado. Por outro lado, uma vez organizada as classes sociais em cidades, estas tendem a expandir territorialmente e populacionalmente, originando o Estado. (Azambuja, 2008, pp. 120-131).

Neste sentido, pode-se dizer que o aparecimento das Políticas Públicas encontra-se implícito no Estado, num processo de evolução contínua das classes sociais. A política pública, é algo provocado pela necessidade do homem se relacionar consigo mesmo e com os demais habitantes que compõem a sociedade a qual convive, seja ela de forma interna ou externa do seu território. O Estado surgiu da necessidade que o Homem encontrou em controlar o convívio dos diversos cidadãos de um mesmo território, estabelecendo limite e ordenamento nesse ambiente. Para Hobbes (2003, pp. 63-70), o Estado surge da natureza má do homem. Por outro lado, Rousseau (2001, p. 06), ao contrário de Hobbes, compreende que "o homem é naturalmente bom", a sociedade é que o corrompe. Verificamos que ambos os autores partem do fator necessidade para discutir, o surgimento do Estado e a execução de políticas públicas que satisfizessem os anseios da sociedade. Assim, "as políticas públicas caracterizavam a relação do Estado com a sociedade civil no que se refere à distribuição de bens públicos na sociedade". (Carvalho, 2000, p. 98). Neste sentido, pode afirmar-se que, Políticas Públicas, são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas por agentes públicos do Estado, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar os direitos do cidadão, de

[4] Preso com grilhões. Oprimido, subjugado, escravizado, física ou psiquicamente.

forma passageira ou duradoura, em determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente, como a saúde e a educação. Ações que se afirmam, graças ao reconhecimento por parte da sociedade ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais, constituindo a história de uma nação, como foi o caso do Brasil, desde o período Imperial.

2.2.1. Breve história das Políticas Públicas Educacionais no Brasil

Ao analisar o contexto histórico educacional da colonização no Brasil, notamos que no Primeiro Império datado de (1822-1831), foi implantada a instrução primária gratuita para todos os cidadãos que se interessa-se pelos estudos, registrado nos anais da história em 1827 como sendo a Lei sobre Educação primária. Para uma nação nascente, onde a organização está ocorrendo em várias frentes, é dado início à implementação da política pública educacional em âmbito nacional. Já naquele período, a implementação das Políticas Públicas não era suficiente. De acordo com Roberto, toda a política pública deveria ser orientada para o futuro, sendo impossível prever suas ações, uma vez que,

> "toda política pública é uma ação orientada do presente para o futuro; portanto, suas consequências não coincidirão de imediato com seus objetivos. Ou seja, é impossível prever todas as consequências futuras de uma ação, sejam elas benignas ou malignas; controlar todas as variáveis envolvidas para que essas consequências concordem plenamente com os objetivos". (Roberto, 2009, p. 41).

Os colonizadores que chegaram ao Brasil, entre eles, Portugueses e Espanhóis, considerados senhores de escravos e donos de grandes propriedades, uniram-se e passaram a exigir dos imperadores, regulamentações simples como a delimitação de territórios, registros dos filhos e direito de propriedade privada. No período Regencial, entre os anos (1831-1840), e Segundo Império, que compreende os anos de (1840-1889) novas iniciativas educacionais, despontaram em território brasileiro, com a chegada de ordens religiosas que chegaram ao Brasil juntamente com os colonos europeus. Iniciativas como: colocar a educação como sendo

direitos sociais e fazer com que o ensino deixasse de ser prioritário apenas aos membros das famílias que possuíssem propriedades e títulos, só surtiram resultado alguns séculos mais tarde. (Cordiolli, 2011, p. 75).

Na primeira república, que compreende os anos de (1889-1930), o governo oligarca não estava prestando a devida atenção aos clamores do povo, e passou a sofrer pressões populares, instituído os direitos sociais com a Constituição Federal de 1891. Com a implementação da República em 1889, Benjamin Constant, deu continuidade à regulamentação da educação nacional das escolas, entre estas, a laicidade[5] da educação e a inclusão de disciplinas científicas, na grade curricular de ensino, enveredando as políticas públicas educacionais para o campo do trabalho. Em 1911, é estabelecida por Rivadávia Correia, a Lei Orgânica do Ensino e a ampliação das instituições escolares privadas. Em 1915, no governo do presidente Washington Luiz, o ministro Carlos Maximiliano implementa o decreto-Lei nº 11.530/1915, onde determina a abertura de escolas em todas as cidades que possuíssem mais de cem mil habitantes, no intuito de dar uma resposta à população que reivindicava melhores políticas públicas educacionais, (Cordiolli, 2009, pp. 75 e 76).

Com o povoamento crescente do Império, seus habitantes enriqueciam, o transporte de escravo tornava-se cada vez mais caro e disputados pelos senhores das lavouras. As fugas de negros das senzalas, o alto custo para manter os escravos produzindo e ao mesmo tempo, evitar as fugas constantes, exigiam dos senhores de escravos maiores investimentos e menores lucros. Para manter as suas despesas e pagar os pesados tributos à coroa, o trabalho escravo tornava-se cada vez mais custoso aos seus senhores. (Moraes, 2005, pp. 159-165).

Nas cidades, a população organizava-se em grupos sociais e sindicatos, reivindicando melhorias sociais, entre elas a educação. No início do século XX, com o governo de Arthur Bernardes, período que compreende os anos de 1930 - 1944, florescem os movimentos sociais na República, em particular os sindicatos. Esses movimentos impulsionaram a busca de melhorias das políticas educacionais, porque o país estava em eminente construção; de olho no desenvolvimento agrário e industrial, e a precária educação oferecida no Brasil, os senhores feudais encaminhavam seus filhos para estudar em terras estrangeiras, procurando melhor qualificação profissional para seus filhos, futuros herdeiros das propriedades feudais.

[5] Doutrina ou um sistema político que defende a exclusão da influência da religião no Estado**,** na cultura e na educação.

> "Em um país em construção onde a escassez de bens móveis e imóveis, a educação passa ser mais uma preocupação, tanto que, os senhores de feudos encaminhavam seus filhos para estudar fora do país, pois a formação de mão-de-obra tornava-se necessária em terras brasileiras". (Cordiolli, 2009, p. 77).

Na segunda república, o governo Vargas utiliza a escolarização como plataforma política. Com a implementação do 'Estado novo',[6] Vargas dá continuidade à organização do sistema educacional no ensino secundário, universitário, técnico e agrícola, sendo implantadas escolas profissionalizantes como: 'SENAC' e 'SENAI' que já vinham sofrendo algumas alterações por parte dos governos. As preocupações na área do ensino, não eram somente uma questão de boa vontade do governo, a nação encontrava-se em fase de evolução tecnológica, sendo necessária urgência na formação de mão-de-obra qualificada. (Bomeny, 1999, p. 138).

Entre os anos de 1945-1964, cresce o número de movimentos populares, exigindo melhorias sociais, e novamente a educação encontra-se em pauta. Com a pressão exercida pelo povo, é elaborada a primeira Lei de Diretrizes e Base para a Educação Nacional, onde é promulgada a lei nº 4.024 em 1961, cujo objetivo era fazer da educação um bem nacional.

Percorrendo os anais da história, percebe-se que o primeiro e o segundo governo de Getúlio Vargas terminam. Inicia-se a terceira República, entre os anos de 1945-1964, com Eurico Gaspar Dutra, que prometia a nacionalização da educação. Finda a Terceira República, o Presidente Juscelino Kubitschek é eleito, logo após, é eleito o Presidente João Goulart, e nenhum mudança considerável ocorreram nos mandatos dos presidentes acima citados. É possível notar o progresso em algumas áreas sociais, como o desenvolvimento da indústria e a criação de mais empregos, no entanto, a nacionalização da educação não ocorreu, conforme prometido aos brasileiros. (Cordiolli, 2011, pp. 80-82).

Entre os anos de 1964-1984, os militares que governaram o Brasil, garantem a expansão dos primeiro e segundo graus, bem como o ensino superior. Por sua vez, a nacionalização do ensino que não ocorreu na terceira república, era inevitável no período militar. Não poderiam mais adiar a qualificação de mão-de-obra para manter o funcionamento da nação. O período de industrialização denominado milagre brasileiro, que na verdade não passava de injeção de capital internacional no processo de industrialização nacional, fez com que as redes de educação básica fossem implantadas em todo país. Neste mesmo período

[6] Nome do regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que durou até 29 de outubro de 1945, que é caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

ocorreu também a implementação de escolas de segundo grau em todas as cidades de médio e grande porte, denominada por muitos investigadores de educação tecnicista, por estarem preocupados com o desenvolvimento técnico. (Assis, 2012, pp. 320-339).

Finalizada a quarta república, inicia-se em 1985-1990, a 'Nova República'[7] com o governo do presidente José Sarney. Sem muito que fazer pela educação, alegando que o país enfrentava forte crise económica, procurou administrar as crises económicas e fiscais advindas do regime militar, impedindo que o Brasil entrasse definitivamente em um colapso econômico. De 1990-1992, desponta a filosofia neoliberal com o governo Fernando Collor de Melo, que entre várias ações em seu curto governo, implanta a ideologia neoliberal. Logo de início, estimula ataque à educação pública e outros serviços sociais, alegando serem estes os vilões responsáveis pelo déficit orçamentário do país, não contribuindo em nada com as políticas educacionais existentes no país. (Haddad & Pierro, 2000, p. 01).

Collor, foi o primeiro presidente eleito no Brasil, governou pouco mais de dois anos e sofreu *impeachment*. Com a saída do presidente Collor, toma posse o presidente Itamar Franco, que permaneceu no poder entre os anos de (1993-1994). Durante este período, Itamar Franco, acaba apenas administrando a crise fiscal que se instalou a nível nacional. No decorrer da história, as políticas públicas internacionais sofrem mudanças, de maneira especial a educação, encarregada de trazer novas mudanças, sociais e económicas ao país, no entanto, nenhuma mudança ocorreu na política educacional brasileira. Terminado o mandato do presidente Itamar Franco, é eleito o então presidente Fernando Henrique Cardoso, mais conhecido como FHC. (Cordiolli, 2011, p. 87).

Compreende-se ao analisar a história política brasileira, que cada governo no intuito de melhorar a economia do país, adota mecanismos diferenciados para administrar a nação. Com a economia instável, o sistema financeiro a beira de um colapso, o Brasil atravessava uma crise económica. Enquanto isso, no Congresso Nacional brasileiro as oposições taxavam as políticas governamentais de Presidente da República Fernando Henrique Cardoso de 'neoliberais'[8] por tentar reestruturar o país com ideologia**s** inovadoras. Interpretadas como sendo políticas públicas de cunho neoliberais, os políticos tradicionais não tiveram forças para se oporem à inovações que surgiam no cenário nacional. Tentando recolocar o país nos trilhos, Fernando Henrique Cardoso era acusado de ser um governo que defendia os interesses do

[7] A Nova República é um período da História do Brasil que tem início com o final da Ditadura Militar (1985) até a atualidade.

[8] Neoliberalismo: corrente de pensamento, uma forma de ver e julgar o mundo social, podendo ser considerada uma redefinição do liberalismo clássico, movimento que surgiu na Europa após a Revolução Francesa, em 1789, defendendo conceitos de liberdade, de autonomia individual.

capital estrangeiro, quando na verdade, a sua real intenção era melhorar o sistema obsoleto que imperava no Brasil, de modo especial na área da educação. Procurando seguir firme em sua política desenvolvimentista, FHC continua as reformas propostas nas políticas sociais e na educação,

> "a adoção de estratégias neoliberais, pelo governo brasileiro, no período considerado em nossa análise, resultou em fortes impactos nas politicas sociais, sobretudo no que se refere ao papel do Estado em relação à promoção e ao financiamento dessas políticas. Em consequência, as políticas educacionais também foram afetadas, a ponto de ocorrer o que muitos analistas apontam como o fenômeno da desresponsabilização do Estado para com a Educação e a escolas públicas". (Neto & Souza, 2011, p. 59).

FHC, deu continuidade às reformas sociais, sendo acusado de eliminar direitos trabalhistas e de prosseguir com a política económica que prejudicava as camadas mais pobres. Fernando Henrique Cardoso fez transferência de renda do tesouro nacional para a população mais pobre. Através de programas bolsa-escola, vale gás e bolsa-alimentação, dando início à distribuição de renda a nível nacional, retirando famílias da linha de miséria. Com a adoção dessas políticas, muitas crianças retornaram às escolas mudando os rumos das políticas educacionais que passou a contar com distribuição de renda em âmbito nacional. (Cordiolli, 2011, pp.88-83). Determinado, o governo FHC acreditava que,

> "o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública". (Souza, 2006, p. 40)

Nesse sentido, entende-se por políticas públicas educacionais, programas desenvolvidos pelos governos dos Estados, que busquem concretizar os objetivos determinados para a melhoria de vida das classes sociais, entre estas a educação. O bom êxito na execução das Políticas Públicas revela o ponto de vista dos sujeitos envolvidos no processo decisório em um contexto sociopolítico específico. Akkari entende que a política pública educacional, deve ser um conjunto de decisões tomadas de forma planejada em eixos norteadores,

> "uma política educacional é um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola. Uma política educacional visa assegurar a adequação entre as necessidades sociais de Educação e os serviços prestados pelos sistemas educacionais por meio de três eixos: 1) estabelecimento de regras e mecanismos de controle aos quais o sistema educacional deve se submeter; 2) incentivo de inovações educacionais pertinentes; 3) garantia da gestão administrativa e financeira do sistema". (Akkari, 2011, p. 12).

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento das políticas públicas neoliberais voltadas à redução do papel do Estado e consequente privatização dos serviços públicos. Os princípios do neoliberalismo tornaram-se referência na condução de programas de desenvolvimento pelas grandes organizações internacionais (FMI, OCDE, BM, OMC, FMI e BID), culminando no chamado 'consenso de Washington'[9] que estabelecia, entre outros, disciplina orçamentária, reforma fiscal, eliminação das barreiras ao comércio internacional, privatização e desregulamentação como instrumentos de redução da intervenção do Estado (Barroso, 2005, p. 741).

A influência neoliberal incidiu fortemente na educação dos vários países adeptos do 'consenso de Washington', o qual fixou como medidas estratégicas de governo as seguintes metas: 1º) um programa de rigoroso equilíbrio administrativo, trabalhista e previdenciário por meio do corte de gastos públicos; 2º) rígida política monetária para fins de estabilidade económica; 3º) desregulação do mercado financeiro e do trabalho; 4º) privatização radical dos serviços públicos e 5º) abertura comercial. O que inicialmente foi imposto como condições para a obtenção de empréstimos e financiamentos junto ao 'BM', 'FMI', 'BID' e outros, aos poucos foram assumidos pelas elites económicas e políticas dos governos nacionais como algo 'próprio'.

Na educação, essas medidas levaram a reformas estruturais e a investimentos, bem como ao modelo tradicional de administração escolar, insistentemente criticado de ineficiente. Tais reformas propunham a modernização do serviço educacional por meio da privatização cujo modelo de gestão empresarial era apresentado como eficiente e eficaz e, por isso, apto a responder com mais agilidade e qualidade à demanda da escola pública. Na verdade, a

[9] É um conjunto de medidas que se compõe de dez regras básicas, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson.

privatização foi e continua sendo um álibi comum para os severos cortes de gastos e investimentos na área dos direitos sociais e, sobretudo, da educação.

O desenvolvimento da globalização do capital conduziu ao movimento de internacionalização das políticas nacionais mediante a intervenção das agências económicas mundiais na estabilização das finanças públicas com programas de ajuste estrutural da economia, sobretudo nos países subdesenvolvidos e emergentes incapazes de financiarem suas políticas públicas. Esse movimento acabou por estender-se, também, à educação.

Inicialmente, as agências internacionais signatárias de acordos de cooperação bilateral e multinacional fornecem orientações para a implementação das políticas nacionais de educação quanto ao financiamento, gestão e currículo; tais recomendações incidem de modo mais decisivo, nos países em via de desenvolvimento. Posteriormente, estas entram em jogo com os programas de avaliação dos sistemas educacionais por meio de investigaçãos e dados estatísticos, geralmente inspirados nos modelos internacionais dos países desenvolvidos como, por exemplo, o Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes 'PISA' da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico 'OCDE'.

A instauração desse processo de internacionalização das políticas públicas de educação varia de acordo com a configuração dos países e sistemas de governo, suscitando novas formas de regulação relativas à participação do setor privado, redução de gastos no ensino público e à demanda sobre o desempenho dos professores, o que resulta na pressão por prestação de contas de suas práticas pedagógicas.

Essa dinâmica de internacionalização acaba por gerar tensões nas políticas nacionais de educação, dificultando a articulação entre as exigências nacionais, regionais e locais e os imperativos internacionais ou globais impostos pelas agências financiadoras. Em alguns casos, é evidente certa negligência na tomada de decisões dos governos em relação à educação, e tal falta de posicionamento perante os órgãos internacionais e nacionais levaram a uma redução do poder do Estado (Akkari, 2011, p. 15), ocasionando o descaso e o sucateamento da rede pública, em geral, e da educação, em particular.

A total subordinação das políticas públicas de educação à lógica do capital internacional, principal financiador dos programas de reforma e ampliação da escolarização básica, sobretudo nos países dependentes, resulta na submissão dos governos aos parâmetros de avaliação impostos pelos agentes envolvidos. A lógica desses parâmetros avaliativos pauta-se pela lei do mercado, isto é, da economia globalizada em que os valores são a competitividade, concorrência, qualidade e a concentração de renda.

A escola passa a ser a matriz de reprodução da dialética capitalista onde se educa segundo os critérios globais de formação da força de trabalho necessária à manutenção da ordem vigente defendida pelos agentes internacionais. Nesse sentido, Afonso afirma, a educação encontra-se em função da reprodução de mão-de-obra industrializada,

> "o modo como a educação apoia o processo de acumulação pode variar em função das dominâncias que configurarem, de forma mais precisa, a actuação do Estado-competidor. Assim, [...] essa actuação pode passar por uma forte intervenção do Estado na promoção da investigação e da inovação para atender às necessidades do tecido produtivo; pela adopção de lógicas e mecanismos de mercado na educação; ou ainda pela contribuição da educação para a reprodução de mão-de-obra especializada". (Afonso, 2001, p. 28).

No Brasil, a internacionalização conduziu ao que se chamou 'a era das diretrizes'[10], compreendendo o tempo que vai de 1994-2011, situado respectivamente entre os governos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, são marcados por um discurso inovador, divulgado pela mídia e pela abundante distribuição de materiais impressos, direcionados aos professores e às escolas. Paralelamente, segue a tendência global à regulação curricular que articula as reformas internas da educação com as reformas internacionais acompanhadas dos discursos neoliberais de inclusão dos 'pobres', denominação atualmente substituída pelos termos 'questão social', 'inclusão-exclusão', 'desigualdade', evidenciando o foco mais na totalidade do sistema capital e nas contradições que ele gera do que no impacto concreto deste sobre os indivíduos (Ciavatta & Ramos, 2012, p. 12).

A situação brasileira torna-se mais complexa devido ao subdesenvolvimento onde, são debatidos problemas de expansão da escolarização de massas e urgência de expansão da investigação e inovação tecnológica, ou seja, o país encontra-se nos extremos da luta pela melhoria do alto índice de analfabetismo e baixa escolaridade típica dos países periféricos e na corrida pela formação de mão-de-obra especializada capaz de responder às demandas do avanço tecnológico do mercado de trabalho. Num contexto contraditório como este, as políticas educacionais em prol da alfabetização/educação básica e profissionalização, correm o sério risco de não darem conta nem de uma exigência nem da outra, caindo no desperdício de recursos alocados e na ineficiência dos programas propostos, some-se a isso a má qualidade do

[10] Tempo de pensar em novas ações, novas direções para as políticas educacionais.

ensino das escolas públicas e a carência de estruturas físicas apropriadas para ofertar uma educação adequada aos alunos.

Como atingir a qualidade da educação global proposta pelas agências internacionais em contextos regionais tão diversificados e desiguais? Qual a validade de tais avaliações aplicadas num país de economia emergente quando o padrão avaliativo funda-se em critérios de uma economia desenvolvida, Europa ou USA? Neste sentido, Cóssio escreve, "analisar as políticas públicas para a educação no contexto atual implica no esforço de compreensão das motivações políticas em escala mundial e suas repercussões locais, não se caracterizando, portanto, numa análise circunstancial e particularizada" (Cóssio, 2010, p. 01).

Desse modo, percebemos como relevante a realização de investigaçõess voltadas para a análise e a avaliação dessas políticas, já que a efetivação desses estudos favoreceu a identificação das motivações subjacentes às demandas da agenda política e, principalmente, dos resultados dessas políticas públicas quanto aos impactos na vida social dos destinatários oficialmente proclamados.

2.2.2. Visão holística da formação técnica no Brasil

À educação profissional no Brasil, teve o seu início com a influência do neoliberalismo e da internacionalização, e incidiu mais radicalmente, por volta da primeira década do século XXI, em que se observam posicionamentos ambíguos e contraditórios. Uma vez que, de um lado, objetiva enfatizar a gratuidade da escola pública, universal e obrigatória, democrática e popular, orientada para a garantia do direito à cidadania. De outro lado, a visão neoliberalista de mercado, que vê o Estado como falido e incapaz de gerir a educação, propondo como única solução viável a privatização do ensino na busca por eficiência e qualidade. (Dalberio, 2009, p. 44).

Sendo assim, uma escola diferenciada e dualista é perpetuada: o ensino propedêutico para a formação dos filhos das elites intelectuais que poderiam pagar pelo ensino privado e cursos profissionalizantes para os filhos das classes socialmente vulneráveis que supririam as demandas do mercado de trabalho. Gentile, afirma que a função social da escola nesse contexto se resume a preparar pessoas para a empregabilidade, porquanto se ocupe meramente da "transmissão de certas competências e habilidades necessárias para que as pessoas atuem

competitivamente num mercado de trabalho altamente seletivo e cada vez mais restrito". (Gentile, 1996, p. 90-91).

Entre os século XIX e XX, o processo de industrialização crescente no Brasil começa a formar um mercado de trabalho cuja mão-de-obra é insuficiente e analfabeta. Se, por um lado, a indústria nacional não demandava maior qualificação dos trabalhadores por se encontrar, ainda, em fase embrionária, por outro lado, encontra-se inspirado em modelos europeus. O país criou várias instituições educacionais de ensino profissional, as quais tinham simultaneamente um caráter eminentemente assistencialista, uma vez que era alternativa ao problema da ociosidade dos 'desfavorecidos da fortuna', vistos pela sociedade como responsáveis pelo alto índice de criminalidade e pelo retardamento do progresso do país. Ao analisar a educação proporcionada ao povo brasileiros, Fonseca afirma que este, habituou-se a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais. (Fonseca, 1961).

Portanto, visando retirar das ruas e da marginalidade os pobres e órfãos, em 1909, o presidente Nilo Peçanha criou dezenove 'Escolas de Aprendizes e Artífices', uma em cada unidade da federação, iniciando a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional no país. O 'Projeto Fidelis Reis'[11], sancionado no Congresso Nacional em 1927, estabeleceu a oferta obrigatória do ensino profissional no país.

O período histórico que precede a Revolução de 1930 é marcado pela disputa entre os dois segmentos principais da classe dominante: a burguesia industrial nascente, defendendo um programa nacional-desenvolvimentista baseado na industrialização e a velha oligarquia agroexportadora, detentora, até então, da hegemonia política e económica do país. O predomínio do primeiro segmento corroborou a implementação e expansão do ensino técnico, impulsionado pela política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes. Em 1930, o Ministério da Educação e Saúde criou a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico encarregada de supervisionar e assessorar as Escolas de Aprendizes Artífices. Na educação, um movimento de renovação do ensino, lançado em 1932 pelo 'Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova'[12], sugeria orientações para a elaboração de políticas públicas e defendia a organização de uma escola democrática com igualdade de oportunidades para todos; uma escola pública que estruturasse os cursos

[11] Projeto de lei, encaminhado à Câmara Federal, em 1922, pelo deputado mineiro Fidelis Reis, sobre a obrigatoriedade do ensino profissional, aprovado em 1927.

[12] O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, datado de 1932, foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas e consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação.

acadêmicos e profissionais dentro de um mesmo estabelecimento, tentando dessa forma, combater o dualismo entre o ensino de cultura geral e o profissional até então alimentado pelos programas políticos do governo (Sobral, 2005, p. 21).

Derivadas dessas disputas político-educacionais foram implantadas, em 1932, duas modalidades de formação para o trabalho: o Curso Rural composto de princípios básicos para a agropecuária e o Curso Profissional para a instrução elementar de operários. A implementação dessas duas modalidades de ensino demonstra o caráter puramente instrumental da educação, na verdade, pretendia-se fazer da técnica e do seu domínio um instrumento de aceleração para o desenvolvimento do país.

A Constituição de 1937 estabeleceu, oficialmente, essa relação de submissão da educação às necessidades inerentes à industrialização e vinculou definitivamente o ensino ao mercado do trabalho ao obrigar sindicatos e empresas privadas a ofertarem o ensino técnico em suas respectivas áreas de atuação aos filiados, funcionários e filhos destes (Henrique, R., et al., 2007, p. 16). Essa mesma Constituição, no art. 129, também constituiu como dever do Estado o ensino profissional destinado 'às classes menos favorecidas', trazendo em seu âmago um traço discriminatório e socialmente excludente.

> "O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais" (Brasil, 2009, p. 04).

Na conferência de 1937, ocorrida no Colégio Pedro II, por ocasião das discussões preparatórias à reforma do sistema de ensino, Capanema enfatizava a necessidade de "acentuar o caráter cultural do ensino secundário de modo que ele se torne verdadeiramente o ensino preparador da elite intelectual do país" (Schwartzman, Bomeny & Costa, 2000, p. 14). Segundo ele, o sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. A educação deveria desenvolver as habilidades e mentalidades conforme os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos, então,

> "a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande

> "exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação". e outra ainda para as mulheres" (Schwartzman et al., 2000, pp. 204-215).

A Reforma Capanema em 1942 remodelou todo o sistema de ensino da época e reforçou a dualidade já existente ao definir currículos diferenciados, distinguindo claramente a formação para as funções da classe dirigente e da classe trabalhadora. O próprio Capanema afirmava: "O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação...". (Schwartzman, 2000, p. 15).

Ainda em 1942, o Governo Vargas estabeleceu o conceito de 'menor aprendiz' e pelo Decreto nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942, dispôs sobre a Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, modificando as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas; com estas medidas, a educação profissional foi oficialmente vinculada à estrutura de ensino do país, já que os alunos formados nos cursos técnicos podiam ingressar diretamente no Ensino Superior em áreas equivalentes às de sua formação. Foi criado também, nesse período, o Sistema 'S' gerenciado pela iniciativa privada, mas com financiamento de recursos públicos. O Sistema 'S' configura-se como uma rede de Educação Profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais, confederações e federações, de representação empresarial. Fazem parte do sistema, no setor industrial: SENAI, 'Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial', e SESI, 'Serviço Social da Indústria'; no setor de comércio e serviços: SENAC 'Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial' e SESC 'Serviço Social do Comércio'; no setor agrícola: SENAR 'Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola'; no setor de transportes: SENAT 'Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte' e SEST 'Serviço Social dos Transportes'. Dentre as instituições criadas temos o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial 'SENAI' em 1942 e o 'Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial', SENAC em 1946, os quais ofereciam cursos técnicos de qualificação e de curta duração aos trabalhadores e aos jovens. A aceleração da formação profissional oferecida por esses cursos fazia com que fossem procurados pelas camadas populares que tinham urgência em começar a trabalhar mais cedo (Romanelli, 1998, pp. 154 - 169).

A expansão da industrialização brasileira durante a política do Estado Novo com a consequente instalação das multinacionais na década de 1950 consolidou a dependência do capital estrangeiro, levando ao incremento de programas de qualificação da mão-de-obra

embasados na teoria do Capital Humano. A ideia predominante era que, através de políticas educacionais tecnocráticas seria possível promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico do país. Segundo Frigotto, (1986, p. 41), a teoria do Capital Humano influenciou a concepção, as políticas e as práticas educativas no Brasil e apresenta o conceito da seguinte forma: A ideia-chave é a de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, correspondem a um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia do capital humano é uma 'quantidade' ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionem como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. No governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961) surgiu a indústria automobilística, símbolo de consolidação da indústria nacional; estabeleceu-se também, o Plano de Metas de desenvolvimento do país que previa, em cinco anos, investimentos maciços na área de infraestrutura. Como parte da execução do referido Plano, investiu-se, pela primeira vez, 3,4% na educação, objetivando formar profissionais aptos à consecução das metas estabelecidas. O estabelecimento de acordos internacionais MEC-UASID na década de 1960 sob a orientação da UNESCO, serviram ao financiamento da primeira expansão da Rede Federal de Educação Profissional (Tavares, 2012, p. 05).

Nesse cenário, o ensino técnico era procurado pelos jovens trabalhadores que concluíam o ensino secundário e pretendam o Ensino Superior considerado pela classe operária como condição de ascensão social; na impossibilidade deste, devido à falta de preparação adequada e de vagas, optavam pelo ensino técnico como meio de compensação. Essa deficiência de vagas nas universidades públicas aumentou com o Golpe de Estado e a instalação da Ditadura Militar em 1964, esta incrementou as articulações entre os interesses do capital internacional e das elites políticas nacionais. Os movimentos estudantis universitários a favor da democracia levaram os militares a dificultarem o acesso da população às universidades por temor de agravar as ondas de contestação ao regime político vigente.

Em 1971, durante o regime militar foi sancionada a LDB/71 (Lei nº 5.692/71), nesta, a educação foi totalmente dirigida ao setor produtivo, tornando ensino técnico-profissional compulsório em todo currículo de segundo grau. A instrução para o mercado de trabalho tornou-se a única função da escola, uma vez que "sob o discurso de uma escola única para ricos e pobres, a Lei 5.692/71 tornou obrigatória a profissionalização dos estudantes do ensino secundário" (Tavares, 2012, pp. 06-07), dando lugar à implementação de novos cursos técnicos e ao aumento expressivo de matrículas nas Escolas Técnicas Federais.

A orientação tecnicista da lei provocou polêmicas e discussões entre os teóricos e educadores adeptos do socialismo, pois contrastava drasticamente com o conceito de politecnia,[13] inspirado no pensamento de Karl Marx, e o de escola unitária[14] de Antônio Gramsci. O Parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação definiu as disciplinas curriculares obrigatórias, levando a um empobrecimento da formação geral em nome da profissionalização. A Lei nº 6.545 de 1978 modificou três das Escolas Técnicas Federais - Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, transformando-as em Centros Federais de Educação Tecnológica 'CEFETs' com a prerrogativa de formar engenheiros de operação e tecnólogos.

Na segunda metade da década de 70, o modo de produção taylorista-fordista, as formas de organização da produção industrial que revolucionaram o trabalho fabril durante o século XX, esses dois sistemas visavam à maximização da produção e do lucro, revelou-se incapaz de continuar provendo à acumulação e valorização do capital, conduzindo à crise económica mundial; além disso, a intensificação da ineficiência do Estado na área social agravou a recessão. A reação popular a tudo isso, deu vazão ao surgimento de inúmeros movimentos sociais organizados por melhores condições de vida, os quais pautaram as suas lutas em favor da democracia.

Na educação surgiram as primeiras Conferências Nacionais e a instituição de três entidades de cunho científico-técnica: a 'Associação Nacional de Pós-Graduação e Investigação em Educação' ANPED em 1977, o 'Centro de Estudos Educação e Sociedade' CEDES em 1978 e 'Associação Nacional de Professores do Ensino Superior' ANDES em 1979.

O processo de redemocratização do país e a Reforma do Estado na década de 1980, lideradas pelo neoliberalismo governamental, foi marcada pela 'transição' e a abertura política lenta, gradual e controlada. A transição era negociada pelas elites dirigentes, ou seja, por militares e setores das velhas lideranças interessadas não na ruptura, mas na continuidade do governo. No começo dessa década, as intensas mobilizações e greves foram deflagradas, entre estas a do 'ABC paulista', um dos bairros que compõe a cidade de São Paulo, às inúmeras manifestações populares seguiu um quadro altamente repressivo na tentativa de restabelecer o controle das massas.

Em 1987 formou-se o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, o qual demandou um projeto de educação como um todo e não apenas reformas fragmentadas do sistema escolar.

[13] Estudo de muitas artes técnicas ou ciências aplicadas.

[14] Estabelecimento de ensino que deveria proporcionar a todos os alunos as mesmas condições de absorção de conhecimentos tecnicamente superiores e necessários à aquisição de aptidões pré-escolares e à disciplina de vida coletiva.

Este assumiu um papel decisivo no processo constituinte e na elaboração dos artigos referentes à Educação na Carta Constitucional de 1988. Na economia deu-se a redução dos gastos na área dos serviços públicos e o incremento à iniciativa privada em todos os setores da economia, inclusive na educação com o incentivo à privatização das escolas. Em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo, foi instituído o 'Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica' SAEB, direcionado à Educação Básica, neste mesmo ano constatou-se que apenas 2,4% dos gastos da União eram destinados à Educação. (Silva, 2010, p. 429).

Após a perda do mandato por impeachment, Itamar Franco substituiu o Presidente Collor, dando continuidade à política de estabilização económica iniciada no governo anterior e articulada com a Diretoria Executiva do Banco Mundial, a qual estava envolvida nesse período com as demandas da Educação Básica. Para responder a essas demandas, o Banco Mundial, juntamente com a UNESCO, o UNICEF e o PNUD, convocou a 'Conferência Mundial de Educação para Todos' em Jomtien, Tailândia, reunindo representantes dos vários países com a finalidade de construir um consenso que desse sustentação aos Planos Decenais de Educação, de modo particular, com os países de maior densidade populacional, signatários da Declaração Mundial de Educação para Todos. O Brasil, um dos países signatários, assumiu o compromisso de universalização do Ensino Fundamental 'Básico' e de acordo com as diretrizes da Conferência acima citada, instituiu o Plano 'Educação para Todos' com o objetivo de, num prazo de dez anos, oferecer educação pública de qualidade e buscar a erradicação do analfabetismo. (Silva, 2010, pp. 436-437).

O Plano Decenal de Educação para Todos, assinado pelo Presidente da República, Itamar Franco, tinha como alvo principal "assegurar, até o ano dois mil, as crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam necessidades elementares da vida contemporânea" (Amaral, (s.d.), p. 03). Infelizmente, a efetiva realização desse alvo principal vem sendo protelada até hoje, esvaziando o dispositivo Constitucional de erradicação do analfabetismo e universalização da educação escolar.

Em 1994, a Lei nº 8.948 de 08 de Dezembro, dispôs sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando gradativamente, as demais Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs após criteriosa avaliação do Ministério da Educação e Cultura.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República e sua posse em Janeiro de 1995, a legislação e regulamentação do sistema educacional ganharam força. Em 1996 deu-se a promulgação da Lei e Diretrizes de Base da Educação Nacional LDB, cuja

peculiaridade reside no fato de ser a primeira lei emanada a partir de um projeto conjunto do legislativo, dos educadores e da sociedade civil; até então, as leis e reformas educacionais brasileiras nasciam e eram discutidas no executivo.

Não obstante o avanço, a LDB/1996 é de cunho 'minimalista', uma vez que desobriga a União da manutenção da educação, delegando essa responsabilidade aos Estados e Municípios. Além disso, esta não incorporou o Sistema Nacional de Educação, previsto e proposto no Projeto de Lei, mas sim o Sistema Nacional de Avaliação para todos os níveis de ensino segundo os moldes internacionais e sob a tutela do governo federal. Para coordenar o funcionamento do sistema avaliativo recém-criado, o governo reformulou o Instituto Nacional de Estudos e Investigaçãos Educacionais Anísio Teixeira, 'INEP', uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, atribuindo-lhe a competência de promover investigaçãos, divulgar estudos sobre o Sistema Educacional Brasileiro, formular e implantar políticas públicas a partir de parâmetros de qualidade e equidade ao público em geral.

Fernando Henrique Cardoso, também instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério 'FUNDEF', formado com a contribuição de 60% dos recursos de estados e municípios e 30% da União. Sabe-se que a federação brasileira nunca destinou estes 30% de investimento ao FUNDEF. Nesse mesmo governo, foram promulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio (PCNs) e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior. (Cordiolli, 2011, pp. 88-93).

A LDB/96, também regulamentou a Educação Profissional, embora visando a redução de gastos públicos e a transferência, de boa parte desta, à responsabilidade do empresariado brasileiro e à rede privada. No ano seguinte, a promulgação do Decreto 2.208/97, estabeleceu a desvinculação entre o Ensino Médio e Técnico, perpetuando a dualidade estrutural do sistema de ensino público. Tal iniciativa almejava, entre outras coisas: desencorajar a procura pelo Ensino Superior como meio de profissionalização, acelerando o ingresso dos jovens e adultos no mercado de trabalho; reduzir o custo dos cursos técnicos, seja para a rede pública, quanto para a rede privada de Educação Profissional, e reestruturar os cursos técnicos, flexibilizando a adaptação dos currículos às demandas imediatas do novo mercado de trabalho. O presidente Fernando Henrique Cardoso suspendeu, nesse período, os investimentos destinados à Rede Federal de Educação Profissional com a promulgação da Lei 8.948/94, que em meio aos vários dispositivos legais constituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Além disso, o § 5º do artigo 3º da referida Lei representava um entrave à expansão da Rede Federal de Educação

Profissional ao sublinhar, onde a expansão da educação profissional só deveria ocorrer em parceria com Estado, Municípios e Distrito Federal,

> "§ 5° A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino". (Lei 8.948/94, § 5º. Artigo 3º).

As unidades pré-existentes foram vinculadas a outras autarquias federais com o nome de Unidades de Ensino Descentralizadas 'UNEDs' e ficaram desprovidas de autonomia financeira, administrativa e pedagógica. De fato, Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, referindo-se a esse período assim se pronuncia: "Essa Rede sobreviveu a investidas pesadas, especialmente durante o período da esmagadora hegemonia neoliberal, que tentou descaracterizá-la e até extingui-la". (Pacheco, 2008, p. 01).

Com a composição de um governo democrático-popular por ocasião da posse de Luiz Inácio Lula da Silva 'vulgo Lula' no cargo de presidente da república em 2003, os investimentos públicos nas instituições de ensino federais foram retomados e o congelamento da Rede Federal provocado pela Lei 8.948/94 foi revogado com a nova redação do parágrafo 5º do artigo 3º da Lei 11.195/2005,

> "§ 5° A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino".

Pressionado pela disputa de grupos antagonistas, o governo Lula devolveu a probabilidade de integração dos ensinos técnico e médio como proposta de formação integral do indivíduo, revogando o Decreto 2.208/97 que estabelecia a desvinculação das duas modalidades de ensino. No entanto, esta tentativa de integração revelou-se ambígua ao permitir a manutenção da modularização curricular e a separação entre ensino profissional e ensino propedêutico. Permitiu-se que as escolas mantivessem seus projetos pedagógicos a luz da

legislação vigente, mantendo a educação profissional visivelmente comprometida com os ideais neoliberais, neste sentido enfatiza Frigotto.

> "Apesar de reconhecer a forma integrada como um curso único, com matrícula e conclusão únicas, o parecer considera que os conteúdos do ensino médio e os da educação profissional de nível técnico são de "naturezas diversas". Reestabelece-se, assim, internamente ao currículo, uma dicotomia entre as concepções educacionais de uma formação para a cidadania e outra para o mundo do trabalho, ou de um tipo de formação para o trabalho intelectual e de outro tipo para o trabalho técnico e profissional" (Frigotto, 2005, p. 1095).

Verificou-se que, o governo brasileiro, delegou à comunidade escolar a função de integrar os currículos dos ensinos profissionalizante e médio; Constatou-se desta forma, uma falsa autonomia à comunidade escolar como responsável pela produção da política educacional para educação profissional, uma vez que até então, era os órgãos governamentais, ou seja, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica quem ditava o que e como fazer acontecer às políticas públicas educacionais brasileiras. Mesmo com dilemas enfrentados nas esferas política e económica, o ensino profissional permaneceu exercendo a função de continuador da divisão do trabalho implantado no sistema educacional brasileiro. Ao analisar tal conjuntura, afirma Frigotto, estamos diante do mesmo quadro que outrora observávamos, ou seja, temos uma educação que continua a atuar em prol da classe dominante. (Frigotto, 2005, p. 1095).

Desde o início do seu primeiro mandato, o governo Lula, mostrou preocupação com a política de educação profissional, assumindo o compromisso de fazer com que houvesse novos avanços, evitando atrasos na formação técnica educacional oferecidas no País. Como melhorias na educação profissional, tal como se verifica na revogação do Decreto nº. 2.208/97 que dividia o ensino técnico do ensino propedêutico, até então oferecido; revogou também a Portaria nº. 646/97 que encurtava o acesso ao ensino médio; tratou de Revogar a Lei 9.649/98 que emperrava a ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica; por fim, promulgou a Lei N.º 11.892/2008, que possibilitou o crescimento da rede das escolas técnicas e agrotécnicas, criadas pelo Presidente Nilo Peçanha em 1909. (Ramos, 2013, p. 75).

Parte do Plano de Desenvolvimento da Educação 'PDE', a Rede Federal de Educação Profissional foi reformulada mediante a Lei 11.892/2008, a qual instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo em que criou os Institutos

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs/Ifets) a partir das Escolas Técnicas Federais pré-existentes, integrando uma única autarquia. Nestes, 50% das vagas são reservadas ao Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e Subsequente; 30% das vagas são destinadas ao Ensino Superior com cursos de bacharelado e tecnologia em áreas estratégicas do ponto de vista econômico e outras 20% das vagas são designados para licenciaturas em ciências da natureza. Os IFETs usufruem de autonomia para criar e extinguir cursos e também registrar diplomas dos cursos oferecidos, nos limites de sua área de atuação territorial. A sua função social como sistema de ensino profissionalizante consiste em,

> "promover o desenvolvimento do país por meio da oferta à população de ensino, investigação e extensão, em sintonia com as demandas dos Arranjos Produtivos Locais. Formar professores para suprir a carência de profissionais habilitados enfrentada pela educação básica, sobretudo na área de Ciências. Formar técnicos, tecnólogos e engenheiros em áreas específicas, de modo a contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia nacional" (Tavares, 2012, p. 10).

O plano de expansão iniciado com o presidente Lula previu, na sua primeira e segunda fase (2003-2010), a abertura de 214 novas unidades da Rede Federal de Educação Profissional ou IFETs "nos Estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos [...] em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho" (MEC/SETEC, 2011b). A terceira fase da expansão que compreende os anos de 2011 a 2020, com a presidente Dilma Rousseff, empossada em 2011, tinha a previsão de implementação de 60 novas unidades a cada ano, isso segundo o relatório de gestão da SETEC,

> "a implementação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da década. Para tanto, seriam necessários investimentos anuais da ordem de R$ 600 milhões para as ações de construção e aquisição de equipamentos, e de R$200 milhões para despesas com pessoal" (MEC, 2010, pp. 13-14).

Questionada sobre os critérios de distribuição de IFETs e universidades federais no Brasil, a Presidente Dilma Rousseff argumentou que foram utilizados vários critérios: 1)

prioridade aos municípios com mais de 50 mil habitantes em microrregiões onde não existiam escolas da rede federal e no interior do Brasil; 2) municípios com elevado percentual de extrema pobreza; 3) um grupo de municípios com mais de 80 mil habitantes, mas, com baixa arrecadação municipal. (Seixas, 2011, p. 01).

Na terceira fase de expansão, iniciada em 2011, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego 'PRONATEC' com cursos de formação continuada para o aperfeiçoamento e qualificação de trabalhadores jovens e adultos, contudo, profissionais da educação e políticos vêm tecendo sérias criticas ao programa, sobretudo pelo repasse de recursos públicos para a iniciativa privada à qual se permite a aplicação do mesmo.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica 'SETEC', previu a cooperação com Estados, Municípios e sociedade civil, iniciativa privada, ministérios, secretarias especiais e empresas para o financiamento e manutenção dos IFETs; defende-se ainda, a criação de um fundo específico para esse fim, a exemplo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação 'FUNDEB'. Destaca-se também no plano de expansão dos IFETs, a aplicação de uma concepção pedagógica que fortaleça a relação entre Educação Profissional e Educação Básica, numa perspectiva de integração dos saberes pautado na investigação científica e na inovação tecnológica em geral. Uma atenção especial é dada à Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino destinada à qualificação de trabalhadores e alunos cujo ciclo de ensino foi interrompido por evasão ou incompatibilidade com os horários de trabalho.

A evolução histórica da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica parece apontar, em longo prazo, para a superação das concepções assistencialista e discriminatória do ensino técnico. O tema é objeto de investigação e avaliação, sobretudo no que diz respeito aos destinatários da política de expansão e às condições de acesso. No entanto, apesar das tentativas de integração das formações básica e profissional mediante os cursos técnicos integrados ao ensino médio, permanece intacta a dualidade estrutural do nosso sistema escolar. No momento, o tema de reforma do ensino médio e profissionalizante concentra-se nas questões curriculares debatidas nos "documentos em processo no Conselho Nacional da Educação e nos documentos alternativos de um Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério da Educação, reunindo movimentos sociais, entidades científicas e setores do próprio Ministério" (Ciavatta & Ramos, 2012, p. 13), no intuito de tornar cada vez mais eficiente a implementação e expansão da rede federal de ensino técnico.

2.2.3. A atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia.

No Brasil, até ao início do século XX, a educação profissional era essencialmente assistencialista e compulsória, não havendo sistematização legal para a formação da mão-de-obra qualificada já que a sociedade assentava economicamente sobre a monocultura latifundiária, a qual não demandava qualificação. O ensino técnico adquiriu relevância a partir de 1909 com a criação da Rede Federal de Escolas de Aprendizes Artífices, compostas por dezenove unidades, uma em cada Estado da Federação, cuja finalidade era formar os menores 'desvalidos' que pretendessem aprender um ofício. "Em 1909, o Presidente Nilo Peçanha fundou as primeiras Escolas de Aprendizes Artífices destinadas aos pobres e humildes, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação" (MEC, 2007, p. 11).

Com a criação dos cursos técnicos de nível médio consolidou-se a dicotomia já existente desde os tempos da educação jesuítica no sistema educacional brasileiro: ensino precarizado destinado à população em geral em escolas mantidas pelo Estado e ensino de qualidade ministrado em escolas elitizadas, mantidas pelo Estado ou pela rede privada, para os filhos da burguesia.

Em 1º de Maio de 1943, no 122º da Independência e 55º da República, o Presidente Getúlio Vargas, de olho no desenvolvimento brasileiro, promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por meio do Decreto-Lei n.º 5.452. A leitura da lei evidencia que o Presidente se preocupava, naquela época, com o trabalho como garantia de sustento às famílias e, ao mesmo tempo, a oportunidade de proporcionar aos jovens de menor idade a formação profissional; portanto, regulamentou o trabalho e a remuneração do trabalhador, sem deixar de lado uma garantia de profissionalização aos jovens, de acordo com o decreto, o menor aprendiz, receberia um valor estipulado em lei. De acordo com o,

> "art. 80. - Ao menor aprendiz será pago salário nunca inferior a 1/2 (meio) salário mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício. Na segunda metade passará a perceber, pelo menos, 2/3 (dois terços) do salário mínimo. Parágrafo único: Considera-se aprendiz o menor

> de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, sujeito a formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho" (Brasil, CLT, 1943).

Passaos setenta e um anos, por meio da Lei nº10. 097 de 19 de dezembro de 2000 em conformidade com a CLT aprovada em 1943 deu-se a nova redação dos artigos que tratavam do menor aprendiz, dispondo sobre a Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial. Com estas medidas, a educação profissional consolidou-se no país, embora continuasse a ser concebida como uma educação de segunda categoria.

No ano de 1959, as Escolas Industriais foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, estas foram modificadas novamente pela Lei N.º 11.892, em 2008, passando a denominar-se 'Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia'.

A conjuntura atual demanda uma nova visão educativa que se engaje na formação humana e integral da pessoa, capacitando-a ao conhecimento de outros saberes além do específico e inserindo-a em um novo paradigma de relações intelectuais, trabalhistas e sociais, direcionado à superação das desigualdades. Neste sentido, Paulo Freire sugere uma educação diferenciada da educação bancária, ou seja, uma educação problematizadora que vá além do simples repasse de informações e ou enquadramento trabalhista e social, mas uma educação que incite reflexão e provoque transformação social. Segundo Freire,

> "enquanto a prática bancária implica numa espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desenvolvimento da realidade. A primeira pretende manter a imersão; a segunda, pelo contrário, busca a emersão das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade. (Freire, 1987, p. 40).

No que se refere ao trabalho, nas classes sociais e na profissionalização do cidadão, é necessário pensar em políticas públicas que atinjam as áreas menos desenvolvidas do interior do Brasil, entre estes, a Região Norte, onde se localiza o Estado de Rondónia.

O Território Federal do Guaporé foi criado em 1943, graças ao desmembramento de áreas da Amazônia e de Mato Grosso, em 1956 teve o seu nome mudado para 'Rondónia' em homenagem ao Marechal Cândido Mariano Rondon. A Lei Complementar n.º 41, de 22 de dezembro de 1981, elevou o Território Federal de Rondónia à categoria de Estado em 04 de janeiro de 1982 do qual Porto Velho tornou-se a capital.

Pensando em políticas que garantissem a profissionalização de jovens e adultos, o IFRO aceitou o desafio do Ministério da Educação e Cultura 'MEC' e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica 'SETEC' lançando o PDI 2009-2013, no qual apresenta as políticas públicas de educação profissional, direcionadas ao atendimento da demanda de profissionais qualificados para o município, em particular, e para a região, em geral. Mesmo não sendo, considerado um governo intelectual, Lula traça o plano para a educação, sendo o principal agente de mobilização do seu governo. Como ponto de partida implementa o Decreto Federal nº 6.096 de 24 de abril de 2007, em que haveria ação conjunta entre Estado, União, Distrito Federal e Municípios atuando em prol da família, da comunidade e da educação básica. (DL 6.096/2007).

Seguindo o mesmo viés, integra o conjunto de políticas e programas do Ministério da Educação 'MEC', fortalecendo a educação básica, o Saeb, tendo como norteador e guia o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 'IDEB'.

Cria políticas públicas, denominado EJA onde propõe a formação para 'Jovens e Adultos'. Institui a Educação escolar para os índios e Educação Profissional Tecnológica, além de implementar o programa Mais Escola, tentando atrair toda comunidade para âmbito escolar. Amplia o programa de distribuição de rendas de Fernando Henrique Cardoso melhorando o Bolsa Escola, implanta o ProJovem e ProEja, remanescentes que desistiram da escola no ensino fundamental e médio. Em âmbito de educação superior, cria o ProUni, programa que oferta bolsas de estudo em vagas compradas das universidades particulares com a redução tributária. Tais políticas têm acrescentando o número de professores afrodescendentes na educação básica, o que contribui para a permanência e melhor desempenho das crianças dessa origem étnica na escola. Seguindo na mesma linha de crescimento e desenvolvimento da Educação Nacional, "foram implantadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana-Parecer nº 03 de 10 de março de 2004, acompanhadas de outros programas nesse campo". (Cordiolli, 2011. p. 97).

Finalizando o governo, Luiz Inácio Convoca a população a participar do CONEB (Conferências da Educação Básica e no ano de 2010, promove o CONEA (Conferência Nacional de Educação), onde participaram mais de 30 seguimentos envolvidos com a educação em todo território brasileiro).

Em 2011, inicia-se o governo Dilma, que da continuidade ao projeto de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia, implantando também o programa PRONATEC, no intuito de qualificar os trabalhadores, mantendo-se comprometida

com o capital, oferecendo uma educação que se adapta as necessidades que mantenha aquecida a política económica e social. (Waldow, 2013, pp. 01-18).

Com a implementação do PRONATEC, o cenário nacional ganhou novo fôlego, atraiu a juventude que havia deixado às dependências escolares em busca de trabalho mesmo sem nenhuma qualificação. A política do PRONATEC trouxe consigo uma bolsa de formação, que o governo oferecia aos alunos que estivessem devidamente matriculados e frequentando regularmente as aulas. Com a política de implementação do PRONATEC, o IBGE desenvolveu uma pesquisa para avaliar a evolução e a quantidade de matrículas proporcionadas pelo programa Brasil sem Miséria, analisando a quantidade de matrículas no PRONATEC entre os anos 2012 a 2014, partindo do marco zero em 2012 para 1.110.799 em abril de 2014. A escassez de mão-de-obra não é um fato isolado no cenário brasileiro ou uma situação localizada em uma determinada região, a falta de qualificação estende-se pelo comércio, na educação e na saúde. Em algumas regiões mais do que outras, no entanto, no Brasil, ainda hoje, a busca pela mão-de-obra qualificada para ocupar os postos de trabalho oferecidos se confrontam com a carência de pessoal especializado. (Gonçalves, 2013, p. 01).

A Rondónia faz parte da região norte do Brasil, marcada pelo sub-desenvolvimento típico das áreas interiores e, consequentemente encontra-se dentro do cenário de escassez de mão-de-obra qualificada; nesse sentido, o PRONATEC responde à necessidade imediata de trabalhadores tecnicamente treinados e capazes de suprir tal deficiência regional. Segundo a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, mais especificamente no Artigo 6º.:

> "Para cumprir os objetivos do PRONATEC, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata o inciso IV do art. 4º desta Lei. § 1º As transferências de recursos de que trata o caput dispensam a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos. § 2º Do total dos recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, um mínimo de 30% (trinta por cento) deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica". (DL 12.513, Artigo 6º).

O estado da federação considerado relativamente novo, Rondónia encontra com baixos índices educacionais e baixa qualificação de trabalhadores, portanto o PRONATEC vem a

calhar; o governo propõe-se a patrocinar cursos de formação de mão-de-obra por meio de acordos educacionais. De acordo com a lei promulgada em 2011, a contrapartida do governo federal daria-se por meio de valores financeiros repassados às instituições de ensino federais, estaduais e municipais que se propuserem a qualificar jovens trabalhadores, ficando sob a responsabilidade destes somente a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação de tais recursos, o que dispensa a realização de convênios, acordos, contratos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

Conforme dados do último censo demográfico coletado pelo Plano Brasil sem Miséria, controlado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010), o Estado de Rondónia, em agosto de 2010, contava com 774.822 pessoas economicamente ativas, sendo que 732.221 habitantes estavam empregados e 42.601 desempregados. Com base neste levantamento, a taxa de ocupação ficou em 59,8% e a taxa de desocupação estadual foi de 5,5%. Do mesmo modo, podemos observar nesta mesma pesquisa, que a distribuição das pessoas ocupadas por posição no que se refere à ocupação mostra que 35,5% tinha carteira assinada, 19,5% não tinha carteira assinada, 26,8% são autônomos e 1,6% são empregadores.

Das ocupações coletadas na investigação, aparecem as seguintes categorias: servidores públicos representavam 7,7% do total de ocupados e 9,0% dos ocupados eram trabalhadores sem rendimentos com produção para o próprio consumo. Levando em conta a extensão territorial do Estado, as dificuldades encontradas para encontrar mão-de-obra qualificada, uma vez que consta como sendo uma parte da região norte ainda pouco desenvolvida, sendo necessária maior atuação do poder público Federal de modo especial na educação Técnica, seja ela por parte dos Institutos Federais de Ensino, e de programas como o PRONATEC.

Capítulo 3 - Implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia.

3.3.1. Contextualização histórica.

Nos anos de 1909 a 1993, governantes da nação brasileira, preocupados com o desenvolvimento económico e social do Brasil, utilizaram o poder político para implantar a Educação Técnica e Tecnológica no país. Com o Presidente Nilo Peçanha, surge no Rio de Janeiro a preocupação de criar uma escola que retira-se das ruas os menores desfavorecidos da sociedade, mais conhecida como escola de Artífices. A estratégia política do Presidente de encaminhar os menores desfavorecidos para escolas retiradas dos centros sociais tornou-se notória, uma vez que, não assumiam somente a função de retirar os menores das ruas, nessas escolas, como também os transformavam em operários ou artesões que trabalhavam em determinados ofícios, direcionados ao campo e à lavoura. (DL 7.566/1909).

Em 1910, o Presidente Nilo Peçanha, decorrido o tempo, as escolas que tinham a função de acolher menores desfavorecidos, foram ganhando importância na formação de Técnicos agrícolas, valorizados pelos proprietários de terras em todo país. As escolas de Artífices que surgiram com a finalidade de assistir os menos favorecidos financeiramente que viviam às margens da sociedade, passam a ser vistas como solução, pois promoviam a profissionalização de mão-de-obra para negócio agropecuário. Percebendo os efeitos positivos produzidos nas primeiras escolas de Artífices, implantadas em algumas capitais do Brail, Estados como: Amapá, Ceará, Pará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rondónia, solicitaram ao governo federal a implementação de unidades de ensino, similares às Escolas de Artífices.

No intuto de fornecer formação Técnica, que viessem de encontro ao desenvolvimento político e económico de seus estados, foi autorizado o funcionamento de Escolas Agrotécnicas, para ministrar o Ensino Profissionalizante em diversas regiões do Brasil. As escolas de Artífices até então conhecidas popularmente, foram sendo readequadas para oferecer o ensino técnico, ganhando popularidade e transformando a vida das crianças que eram deixadas aos cuidados dos professores que ali residiam. Com o passar das décadas, escolas agrotécnicas foram abertas na região Norte, em especial, no Estado de Rondónia. (Brasil, 2007, pp. 184 e 317).

Com base na determinação do governo federal do Brasil, em Fevereiro de 1959, normativas que regiam o funcionamento das escolas de Artífices e escolas Agrotécnicas do pais, foram estabelecidas para ministrar o ensino agrotécnico e industrial em todo território brasileiro. As escolas já existentes, passaram por reestruturações adiministrativas, tornando-se autarquias. Com dispositivos desta mesma lei, diversas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em âmbito nacional, tornam-se autarquias, ous seja, passaram a ter total autonomia, para criar e extinguir cursos que seriam administrados juntamante com a comunidade. (DL 3.552/1959).

Por meio do Decreto Lei de nº. 8.670, datado de 30/06/93 foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, cidade interiorana localizada ao sul do Estado de Rondónia. Sob o mesmo decreto, foi criada também a Escola Técnica Federal de Porto Velho, capital do Estado, cidade localizada a leste do rio Madeira. Esta unidade de ensino não foi implantada conforme planejdo. Neste mesmo período da história, ou seja, em 1993, obedecendo ao mesmo decreto, foi implantada a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, a Oeste do Estado, que também por motivos não esclarecidos, não entrou em funcionamento.

Das Escolas Agrotécnicas Federais planejadas e implantadas no Estado de Rondónia mediante Decreto Lei de nº. 8.670, datado de 30/06/93, somente a unidade de Colorado do Oeste, teve efetivo funcionamento, e ainda hoje presta serviço à sociedade local e regional com ofertas de cursos técnicos voltados à agricultura, pecuária e outros. (DL 8.670/1993).

Decorrida a implementação das unidades Educacionais, a Escola Técnica Federal de Colorado do Oeste, torna-se uma autarquia, em 16 de novembro, por meio do Decreto Lei nº 8.731/93, tendo início o primeiro ano de efetivo funcionamento em 1995. Dando continuidade ao processo de implementação das unidades educacionais de Educação Técnica Federal, em 1993, o presidente Luiz Inácio da Silva, coloca em prática o plano de expansão do Ensino Técnico com a transformação das escolas Agrotécnicas Federais do Brasil em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como ponto de partida em Rondónia, a Escola Agrotécnica de Colorado do Oeste.

Percebendo a carência de mão-de-obra qualificada para suprir o mercado de trabalho, indústrial, pela carência de funcionários qualificados que pudessem manter as fábricas dos grandes empresários em funciomanto, e ao mesmo tempo, no intuito de proporcionar melhor educação ao povo brasileiro, o presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, utilizou o seu prestígio político para aprovar leis que possibilitassem a expansão da Rede Federal de Educação esquecida por quase cem anos. De maneira estratégica, o governo federal propôs a

criação de trinta e oito Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, para atender a nação como um todo. A ideia não era simplesmente abrir novas escolas em tempo record, mas aproveitar as estruturas das escolas Técnicas e Agrotécnicas já exitentes. Deu a elas configuração de Instituto de Ensino, não permintindo que as mesmas sobrevivessem isoladas, criou uma sede que reunia todas as unidades de um mesmo Estado, região ou cidades. Os Estados muito povoados, teriam mais de um Instituto. Dessa forma, as Unidades que estavam funcionando, continuaram seu trabalho, as que estavam em situaçãoes precárias estruturalmente falando, receberam verbas para reformas e contratações de mais servidores para comporem os quadros funcionais. As regiões que não contavam com unidades educacionais coordenadas pelo poder público federal, foram aos poucos recebendo incentivos do governo federal para atender seus munícipes. (Oliveira, (s/d), pp. 11-18).

Criadas as Escolas Técnicas Federais em Rondónia, o governo coloca em ação o funcionamento das mesmas. Para que pudesse haver estrutura organizada e ao mesmo tempo, se manter como instituição autárquica, capaz de tomar decisões internas referentes à criação e extinção de cursos Técnicos Agrícolas integrados ao Ensino Médio, e demais medidas cabíveis ao gestor da Instituição em nível de Instituto Federal de Ensino, seja ela, Regional ou não. Assim sendo, foi nomeado pelo Ministério da Educação do Brasil, em 18 de novembro de 2008, em cumprimento à Lei, 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e Decreto nº 2014, de 26 de setembro de 2006, o Reitor provisório do Insituto Federal de Rondónia, Magnífico Reitor Raimundo Vicente Jimezez. (DL nº 6462/2008, nº 51 Art. 1).

Após quatro anos de mandato, denúcias envolvendo o Reitor Raimundo Vicente Jimenez, ganharam as manchetes de jornais e televisão, em âmbito local e Nacional, fazendo com que o Ministério da Educação destitua-o do cargo de Reitor, e nomeia como segundo reitor temporário do Instituto Federal de Rondónia, Ecio Naves Duarte, que permanece no Cargo por um ano e sete meses, dando continuidade ao perído de implementação e expansão da Instituição de Ensino. (DL 6462/2008, Portaria, nº 404. Art. 1).

Sob investigação da Polícia Federal, o Magnífico Reitor Ecio Naves Duarte, administra a Instituição de Ensino por mais de um ano. Devido aos impasses burocráticos nas liberações de verbas e licitações, obras extruturais ficaram paradas no Campus Ji-Paraná, e em outros Campi do IFRO. Mesmo diante de impasses burocráticos contratuais, Ecio Naves Duarte, convoca os membros do primeiro Conselho Superior, órgão consultivo e deliberativo da Instituição de Ensino, para realização de nova eleição, vez que o Conselho Superior estava atuando por meio de recondução. Após eleição, o reitor empossa os novos conselheiros, tendo

entre estes servidores dos dois seguimentos: professores efetivos e técnicos administrativos da Instituição, discentes e egressos que por ali passaram em busca de formação, representantes da sociedade civil e entidades sindicais, que o auxiliou na governança da Instituição Federal de Ensino. De acordo com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Artigos 12 e 13 e incisos, os Institutos Federais de Ensino após cinco anos de efetivo funcionamento, passariam pelo processo eleitoral de consulta à comunidade para escolha de Reitores e Diretores de Campi, processo este organizado pelo Reitor temporário, Ecio Naves Duarte, juntamente com o Conselho Superior, tornando-se o seu último ato como gestor do IFRO. (Conselho Superior do IFRO [CSI], 2013).

Transcorrido o processo de consulta à comunidade escolar, a Presidenta do Brasil, por meio de Decreto datado de 24 de Fevereiro de 2015[15], nomeia como Reitor da Instituição Federal de Ensino, o Excelentíssimo Senhor Doutor, Magnífico Reitor Uberlando Tiburtino Leite, que dá continuidade ao processo de governança da Instituição.

Diante de dois períodos de turbulência na administração do IFRO, sendo o primeiro período, o precesso de implementação e expansão da Rede de Ensino pelo Estado, e o segundo, a intervenção do Governo Federal, devido a denúncias apuradas pela Política Federal, o Professor Uberlando Tiburtino Leite, servidor da Instituição desde a sua fundação no Estado, toma posse e dá início à sua gestão convidando o Conselho Superior para ajudá-lo a colocar a Instituição nos trilhos, pois entende que, muitas ações até ali executadas estavam aquém do que deveriam ter sido feitas na instituição. Assim que tomou posse como gestor, o pais é acometido pela crise política e financeira. Não bastassem tais impasses, as verbas direcionadas à educação e implementação da Rede, sofreram reduções orçamentárias, dificultando sua governança. Destemido, o Reitor eleito por seus pares, juntamente com a equipe gestora, decide passar em revista aos Campi. Ele reúne os servidores e expõem de forma clara a real situação em que se encontra a Rede Federal de Ensino no Estado. Durante a reunião o Reitor Uberlando Tiburtino Leite, fez o seguinte pronunciamento: "Fizemos um estudo financeiro assim que tomei posse em nossa Instituição (IFRO), e garanto a todos os servidores que a Instituição contará com pouco mais de setenta por cento do orçamento obtido anteriormente, no entanto, entendo que mesmo tendo menos dinheiro em caixa, faremos muito mais do que foi feito até agora. Estamos atravessando o período de 'vacas magras', mas a Instituião não pode parar, devemos estar atentos aos planejamentos já executados e pensar como vamos trabalhar com o orçamento atual, aproveitando o máximo do que temos em mãos. Esperamos que esta situação passe e que

[15] JusBrasil. http://www.jusbrasil.com.br/diarios/86497085/dou-secao-2-25-02-2015-pg-1

muito em breve, possamos contar com cem por cento do orçamento anual, promessa feita pelo governo federal aos demais Reitores da Rede Federal de Ensino. Vamos priorizar os auxílios direcionados aos alunos, sejam eles, com alimentação, transporte, visitas técnicas, execução de pequisa e extensão. Contaremos com a realização de concurso para sanar as demandas de alguns Campi que estão com déficit de servidores, professores e técnicos administrativos. Continuaremos com os editais de afastamento de servidores para mestrado e doutorado e daremos prioridade às obras que estão em fase de construção, para não perdemos o que já foi empenhado, licitado e construído". (Leite, 2015, p. 01).

Mesmo diante de impasses financeiros, o Reitor Umberlando Tiburtino Leite, juntamente com o Governo Federal, tem feito com que a Rede Federal de Ensino prosseguisse com o processo de expansão, sendo oferecidos cada vez mais cursos de nível Técnico integrado ao Médio, Licenciaturas, Ensino a Distância (EAD), PRONATEC, ProJovem, Formação Inicial e Continuada (FIC) e Pós Graduação Lato Sensu, oferecidos nos Campi da Rede Federal de Ensino em Todo Estado de Rondónia.

3.3.2. O caso de Ji-Paraná desde o ano de 2008

Assim como os demais Institutos Federais de Educação do Brasil, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondónia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste o 'IFRO' instituído por meio da Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única Instituição a Escola Técnica Federal de Rondónia, que se estende ao longo da BR 364, tendo iníco em Vilhena, Ji-Paraná, Ariquemes e Porto Velho. Conta ainda com mais três Campi que se encontram fora da BR 364, os quais são: Campus Colorado do Oeste, Campus Cacoal e Campus Guajará-Mirim. Com a transformação das Escolas Agrotécnicas em, Institutos Federais de Ensino, o Campus Colorado passa a pertencer ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia, tendo a seguinte configuração: Reitoria, sede da Instituição, foi instalada na cidade de Porto Velho, capital do Estado, contendo os seguintes campi: Campus Ariquemes, Campus Cacoal, Campus Colorado do Oeste, Campus Guajará-Mirim, Campus Ji-Paraná, Campus Porto Velho Calama, Campus Porto Velho Zona Norte, e Campus Vilhena, estrategicamente localizado no Estado. O IFRO, comumente chamdo pela população, oferece ao público Ensino Médio Integrado ao Técnico, Cursos Técnicos Subsequentes, para

quem já tem ensino médio completo, Licenciatura e Cursos de Pós-Graduação *Latu Sensu* na área Tecnológica e Educacional e cursos técnicos na modalidade EAD. (Ramos, 2013, pp. 80-106).

Rondónia conta com 52 municípios, entre eles localiza-se na reigão centro-leste do Estado a cidade de Ji-Paraná, por isso considerada o coração de Rondónia. Em 1877 chegaram à região os primeiros colonos nordestinos com objetivo de explorar o látex das seringueiras, plantas nativas do território. Diz-se que na mesma época, chegaram os primeiros missionários, fizeram contato com os nativos e fizeram a primeira administração do povoado, entre os administradores, o missionário Frei Iluminato e Amâncio Farias da Cruz, que em 1883 se encontravam à frente das atividades administrativas. De 1883 a 1900, muitos imigrantes chegaram ao vilarejo em busca da extração da borracha, ocupando as margens do rio Machado e rio Urupá, dando o nome do vilarejo de 'pouso redondo', que anos depois foi chamado de "Dois de Abril" e em seguida "Urupá". Ainda conforme dados da prefeitura de Ji-Paraná, em 1909, com a chegada de Marechal Rondon, foi instalada a primeira estação telegráfica da região, denominada Presidente Afonso Pena. A novidade traga para Rondónia, tornou-se o novo centro administrativo da localidade, proporcionando crescimento econômico da região colocando a borracha amazônica no mercado internacional em 1914. Com a produção da borracha no continente asiático, a produção do látex entrou em recessão até 1950, voltando o crescimento econômico com a descoberta de diamante na região. Em 1943, o presidente Getúlio Vargas cria o Território Federal do Guaporé, com dois municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim, e vários distritos, entre eles o Distrito de Vila de Rondónia, "Ji-Paraná" que já contava com cerca de 1.100 habitantes. Foi administrado em 1952 pelo Sr. Abel de Oliveira Neves. (Ji-ParanáMelhor, 21/10/2015).

Em 1956, o território do Guaporé passa a se chamar Território Federal de Rondónia. Em 1960, o Distrito de Vila de Rondónia já contava com mais de 1.600 habitantes. Neste mesmo ano, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira determinou a abertura da BR- 029, denominada hoje de BR-364, aumentando o fluxo migratório da região. Com a abertura de estradas, deu-se início os trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), promovendo a distribuição de terras aos colonos, instalados no Estado de Rondónia. Em 1977, após décadas de colonização, o Presidente do Brasil, Ernesto Geisel, por meio da Lei Nº 6.448, de 11.10.77, concede a criação do município de Ji-Paraná, homenageando o rio que atravessa a cidade, de sul a norte. Em 22 de novembro de 1977 ocorre a instalação oficial do município tendo como primeiro prefeito o Sr. Walter Bartolo. (Ji-ParanáMelhor, 21/10/2015).

Com o desenvolvimento da cidade, surge a necessidade de organizar a rede educacional que em princípio fica a cargo da União, do Estado e finalmente dos municípios. No caso de Ji-Paraná, uma cidade semidesenvolvida que recebia imigrantes e aventureiros que migravam para a região norte em busca de melhores condições de vida, não tardou para que fossem construídas escolas estaduais, municipais. Com o aumento populacional e as constantes demandas para que novas instituições de ensino fossem criadas, surge a Universidade Federal de Rondónia (UNIR), universidades particulares e representantes do grupo 'S', significado atribuido às escolas de formação técnica e formação continuada de trabalhadores, sendo estas: SESC, SESI, SENAI e SENAC.

Mesmo com a presença de escolas que ofereciam ensino técnico no município de Ji-Paraná, a população ji-paranaense continua à procura de cursos técnicos, uma vez que as instituições de ensino existentes na cidade, não supriam a formação de profissionais (com habilidades específicas), fazendo com que autoridades políticas buscassem novas instituições educacionais que atendesem a população. Neste sentido, em 2007, por meio da Lei Nº. 11.534, de 25/10/2007, o Governo Federal, Luiz Inácio Lula da Silva, cria as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, entre elas, a Escola Técinca de Rondónia. (DL 11.534/2007, Art. 3º).

Dando continuidade à política de expansão da Rede Federal de Ensino, é realizada a audiência pública para implementação da Unidade Federal de Ensino do IFRO na cidade de Ji-Paraná. (Ramos, 2013, p. 125). Pouco tempo depois, o Governo Federal, atendendo os anseios dos munícipes de Ji-Paraná, autoriza funcionamento da Unidade de Ensiono de Jí-Paraná por meio da portaria de Nº 706, de 9 de junho de 2008, no entanto, só em 2009, o Reitor temporário, Raimundo Vicente Jimenez, nomeia o Servidor Jorge Luiz dos Santos Cavalcante, para exercer o cargo de Diretor Geral 'Pro Tempore', (Diário Oficial da União, portaria de 05 de de fevereiro de 2009, nº 54), e dá início ao processo de implementação do Campus, com a abertura dos cursos de ensino médio integrados aos ensino técnico, entre estes, os cursos,

> "técnicos integrados ao ensino médio em Florestas e Informática e os cursos técnicos subsequentes em Móveis, Florestas e Informática. No segundo semestre de 2009, serão oferecidas uma turma de Especialização Lato Sensu em PROEJA três cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio, com quarenta vagas para cada curso, sendo ele, Técnico em Móveis, Técnico em Informática e Técnico em Florestas". (IFRO, 2009, p. 11).

O Diretor Geral, Jorge Luz Cavalcante, atuou como Reitor temporário no Campus Ji-Paraná por cinco meses, sendo exonerado em 30 de julho de 2009, para assumir o cargo de sub-reitor de Planejamento e Administração na Reitoria do Instituto Federal de Rondónia. Durante a governança do Diretor Jorge Luiz Cavalcante, vinte e oito servidores ingressaram na instituição, sendo estes, seis Técnicos Administrativos e vinte e dois Professores. Ingressaram nos cursos oferecidos pelo Campus duzentos e oitenta alunos. (IFRO, 2009, pp. 46-54).

Enquanto esteve na direção do Campus, o Diretor Jorge Luiz Cavalcante solicitou reformas extruturais no prédio, e juntamente com a equipe gestora Estadual do IFRO, comandada pelo Reitor temporário, Raimundo Vicente Jimenez, a equipe auxiliar do Campus e da Reitoria, deu início aos preparativos para o próximo processo seletivo que proporcionaria o ingresso de novos alunos nos Cursos Técnicos oferecidos em todo Estado Rondónia, de maneira especial, na Unidade Educacional de Ji-Paraná.

Para dar continuidade ao trabalho em Ji-Paraná, o Reitor Raimundo Vicente Jimenez, nomeia para ocupar o cargo de diretor-geral, o Professor Vonivaldo Gonçalves Leão, conforme portaria de 30 de junho de 2009, sob nº 103. Durente o período de governança de Jorge Luiz Cavalcante e Vonivaldo Gonçalves Leão, o Campus Ji-Paraná, contava com previsão orçamentária privilegiada, tendo em vista o processo de implementação e expansão da rede de ensino Técnico. Neste momento da história, o Governo Federal promovia a implementação dos Institutos Federais pelo Brasil, em cumprimento ao plano de governo. (Lula Presidente, 2007/2010, p. 12).

Durante o período de administração de Vonivaldo Gonçalves Leão, foi implantado o curso Técnico em Química Intergrado ao Ensino Médio, e o Curso de Licenciatura em Química. Os cursos Técnicos Intergrados já implantados, receberam novos alunos, atingindo ao fim do ano de 2013 o número de 1480 alunos, incluindo cursos Técnicos integrados ao ensino médio, Cursos Subsequêntes, Curso de Licenciatura em Química e Cursos na modalidade de Ensino a Distância (EAD). Os Cursos EAD em efetivo funcionamento foram: Técnico em Administração, Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Eventos, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Logística, Técnico em Multimeios Didáticos, Técnico em Infraestrutura Escolar, Técnico em Secretaria Escolar e Técnico em Alimentação Escolar. Atendendo aos apelos do Governo Federal, entre os anos de 2011 a 2014 o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondónia, por meio do Campus Ji-Paraná, ofertou diversos cursos pelo PRONATEC, assumido compromisso quanto à oferta de formação técnica aos munícipes nas

mais variadas áreas de ensino, perfazendo um total de 1.015 vagas em 2014, com carga horária que variava entre 160 a 240 horas. (IFRO, 2009, p. 54).

A estrutura entregue pelo Diretor Geral, Jorge Luiz dos Santos Cavalcante, em 02 de dezembro de 2011, ao Diretor Geral Vonivaldo Gonçaves Leão, foram ampliadas com a construção de três novos prédios, entre eles: dez salas de aulas e laboratórios de informática, química, solos, sementes e física. Quando o Diretor Geral Vonivaldo foi afastado da Direção Geral em 04 de março de 2015, pelo Reitor Raimundo Vicente Jimenez, o Campus Ji-Paraná contava com 15 salas de aulas e 28 laboratórios, conforme Plano de Desenvolvimento Instituicional. (IFRO, 2009, p. 61).

A política educacional proposta pelo governo por meio do programa PRONATEC executada pelo Instituto Federal de Rondónia desde o ano 2011 visa a população de idade superior de 15 anos de idade, pertencentes às classes menos favorecidas financeira e socialmente.

Com o objetivo de trazer de volta os adolescentes que abandonaram a escola e, ao mesmo tempo, promover a renda familiar por meio da qualificação da mão-de-obra necessária ao mercado de trabalho, os cursos alvo do PRONATEC foram selecionados a partir da demanda local identificada junto aos órgãos municipais e estaduais. O PRONATEC faz parte das políticas que o governo federal desenvolve nas mais diversas regiões do país, sobretudo, nas cidades que possuem um número elevado de famílias carentes e que necessitam de auxílios como bolsa família, bolsa escola, e outros benefícios do governo federal. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia-IFRO, tem atendido as demandas do PRONATEC desde final de 2011. A função do Campus Ji-Paraná, dentro do PRONATEC é ser um parceiro ofertante, ou seja, é o representante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) responsável por ministrar os cursos pactuados junto ao Ministério da Educação. Neste sentido, diversos cursos foram ofertados pelo IFRO. Até o momento foram ministrados diversos curos no Campus Ji-Paraná, entres eles: operador de computador, anos 2011 e 2012; programador web, ano 2011; auxiliar administrativo, ano 2012; viveiricultor, ano 2012; auxiliar de contabilidade, ano 2013; espanhol básico, anos 2012 e 2013; inglês básico, anos 2012, 2013 e 2014; programador de sistemas, ano 2012; instalador e reparador de redes de computadores, ano 2012 e 2013; editor de projeto visual gráfico, ano 2013; operador de computador, anos 2011, 2012 e 2013; montador e reparador de computadores, ano 2013; auxiliar de operação de estação de tratamento de águas, ano 2014; auxiliar financeiro, ano 2014; balconista de farmácia, ano 2014; operador de caixa, ano 2014 e

vendedor, ano 2014. Oferta ainda os cursos de Educação a Distância, (EAD), em Reabilitação Dependente, Segrança no Trabalho, Serviços Públicos, Administração, Meio ambiente, Logistica, Eventos, Alimentação Escolar, Infraetruruta Escolar, Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos, Agente Comunitário, Informática p/Internet e Finaça. (IFRO, (s/d), 01).

Após cinco anos de efetivo funcionamento, para continuar o trabalho de gestão do Campus Ji-Paraná, facultando ao público preparação para o mercado de trabalho e continuidade dos estudos (em vista da formação cultural, humanística, sociológica). (IFRO, Resolução nº 039/CONSUP, 2014. p. 13), o Campus Ji-Paraná se prepara para escolha do próximo Diretor Geral.

Antes que ocorresse a Consulta à comunidade estudantil, o Diretor Geral Vonivaldo Goonçalves Leão, é afastado do cargo por medida judicial, Conforme Portaria nº 274 de 04 de março de 2015 sendo nomeado para assumir a Direção do Campus ainda de forma provisória, o Professor Fernando Antonio Rebolças Sampaio. Tendo em vista a realização do processo de Consulta à comunidade estudantil em cumprimento ao Decreto Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seus artigos 12 e 13, (DL 11.892/2008), o Professor Fernando Antonio Rebolças Sampaio, é eleito e nomeado por meio da Portaria nº 349, de 17 de março de 2015, como Diretor Geral de Campus Ji-Paraná, dando continuidade ao trabalho de gestão administrativo educacinoal na Instituição de Ensino. (JusBrasil, 2015, p. 26).

Por meio do poder político, a hierarquia governamental, Governo Federal, Ministério da Educação, Reitoria do Instituto Federal de Rodônia, os Diretores Gerais, Jorge Luiz dos Santos Cavalcante, Vonivaldo Gonçalves Leão e Fernando Antônio Rebolsas Sampaio, tem contribuído desde a sua fundação com o Campus Ji-Paraná, com um quadro de mais de 60 professores qualificados nas mais diversas áreas de atuação, 50 técnicos administrativos, 14 salas de aulas apropriadas para receber até quarenta alunos cada uma, num total de 1.480 alunos, envolvendo todos os cursos oferecidos, laboratórios de química, física, solos, sementes e três laboratórios de informática, viabilizando formação de qualidade aos seus munícipes. (IFRO, 2009, pp. 47-54).

A atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia, de maneira especial em Ji-Paraná iniciada em 2008, já promoveu formaturas de diversas turmas de Cursos Técnicos Intergrados ao Ensino Médio, em Informática, Florestas e Química, bem como, proporcionou colação de grau para turmas de Licenciatura, na modalidade, Latu Sensu, em Química, que já atuam no mercado de trabalho local e regional.

3.3.3. Entrevistas e análise de dados

Após a contextualização histórica no que se refere ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia, destacamos a análise de dados.

Esta análise é apresentada por meio de gráficos, baseados num questionário semiestruturado, que foi aplicado a dezoito gestores e políticos que atuaram de forma direta e ou indireta na implementação desta instituição de ensino no Estado de Rondónia, conforme proposta do projeto de investigação.

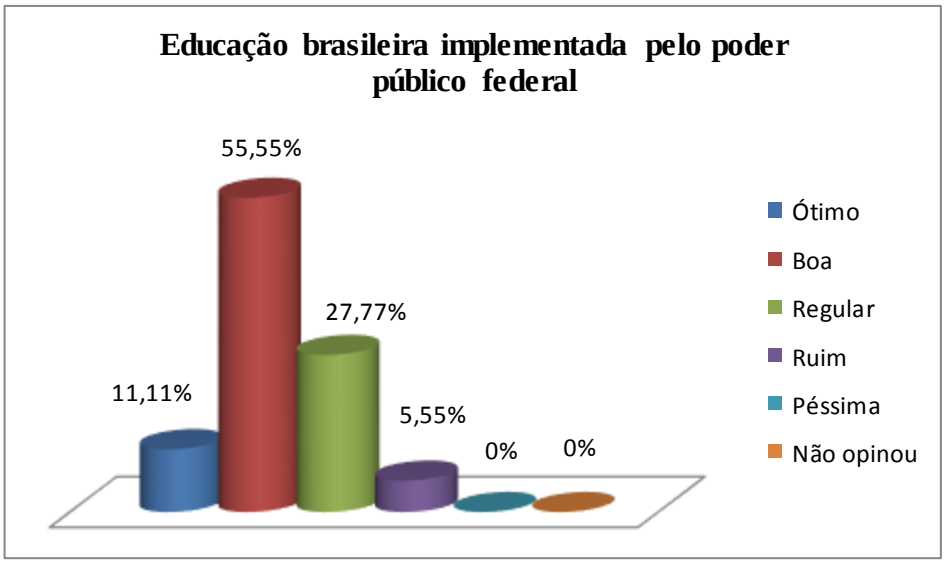
Cabe informar que os questionários foram encaminhados aos participantes no mês de agosto de 2015 e recolhidos em dezembro de 2015, ficando disponível aos entrevistados por um período de cento e cinquenta dias. Por ser os IFs, Instituição de Ensino Federal, implantada em todo território nacional a mais de cem anos, e que vem sendo expandida em todo país nas duas últimas décadas, este investigaçãodor propôs aos entrevistados, o desafio em responder a primeira questão direcionado ao ensino implementado no país, e assim conduzir a pequisa ao seu foco, que é a eficácia das políticas de formação profissional adotadas pelo Instituto Federal de Educação Ciência, e Tecnologia de Rondónia, dos cursos técnicos integrados e suas ações para o desenvolvimento regional.

A título de informação, a partir de agora utilizaremos a palavra IFRO, quando nos referirmos à Instituição de Ensino, elemento da investigação, implantada no Estado de Rondónia. Vale lembrar que a educação no Brasil é algo que vem sendo consolidada desde o período da colonização dada por volta do ano 1.500, período em que os colonizadores chegaram ao Brasil. Embora a investigação tenha como ponto de partida o ensino educacional brasileiro, a modalidade que está sendo investigada é o ensino ténico, implantado em 1909, pelo presidente do Brasil Nilo Peçanha, e que nas últimas duas décadas tem sido implementada pelo Governo Federal, utilizando como plataforma o IFRO, sob a jurisdição do Ministério da Educação brasileira.

Como quesitos norteadores da investigação, foram selecionadas palavras chaves como: ótimo, boa, regular, ruim, péssima e prefere não opinar, que servirão como respostas que surgirão sempre em forma de legenda nos gráficos elaborados pelo investigaçãodor, facilitando a compreensão do gráfico e das numerações apresentadas nos mesmos. Após apresentação dos gráficos, serão apresentados adiante, quadros com duas colunas contendo as palavras, categorias e respostas, bem como os dados coletados nas perguntas descritivas. Participaram da investigação, políticos, gestores, ex-políticos e ex-gestores que atuaram de forma direta e

indireta na implementação do ensino técnico no Estado de Rondónia, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 01 - Educação no Brasil.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Para compreendermos a questão da implementação da educação técnica e a atuação do poder público no Estado de Rondónia, apresentamos a primeira questão indagando como os investigados avaliavam a educação brasileira implementada pelo poder público federal, uma vez que nas duas últimas décadas o governo federal tenha optado por expandir a rede federal de ensino, com a implementação das escolas técinas federais, implantadas a mais de cem anos no país, conhecidas como CEFETs, escolas Agrotécnicas e por último, Institutos Federais de Ensino. De acordo com Tavares,

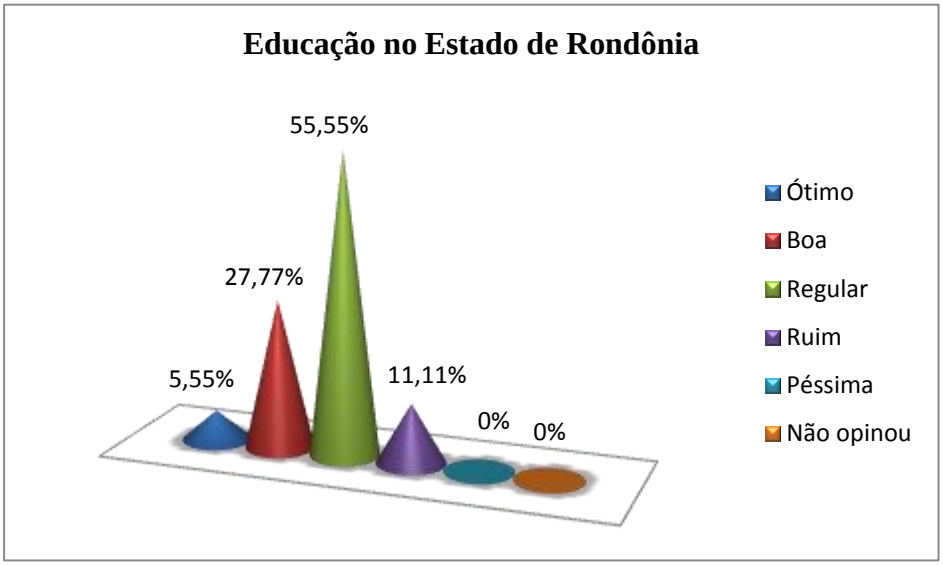
> "O Estado Mínimo da década de 1990 teve contribuição importante no sentido de reforçar a separação entre Educação Profissional e ensino propedêutico. Na sequência, a retomada da expansão da Rede Federal é marcada pela ampliação do número de escolas e universidades federais. É num contexto histórico caracterizado pelas idas e vindas da Educação Profissional, sob a perspectiva da dualidade estrutural, que se insere o Plano de Expansão da Rede Federal". (Tavares, 2012. pp. 16-17).

Neste sentido, verifica-se através do exposto no gráfico um, que mais de onze por cento dos entrevistados avaliaram a educação no Brasil como sendo ótima. Mais de cinquenta por cento dos entrevistados, avaliaram a educação brasileira implementada pelo poder público

federal como sendo boa. Vale ressaltar que os entrevistados são ex-gestores, gestores, ex-políticos e políticos que atuaram e ainda estão atuando na implementação da rede federal de ensino no Brasil. Ainda nesta persquectiva, pode-se dizer que os entrevistados atribuíram o conceito bom a educação brasileira implementada pelo poder público federal como sendo boa, tendo em vista uma crescente aberturas de escolas ocorridas nos últimos vinte anos, fazendo uma leitura dos últimos cem anos, tomando como base de reflexão apenas as duas últimas décadas. Por outro lado, observa-se que, vinte e sete por cento dos entrevistados consideram a educação brasileira implementada pelo governo como sendo regular e pouco mais de cinco por cento classificaram a educação brasileira como sendo ruim, mesmo sendo o Brasil, um país consideravelmente grande, territorialemente falando. Zero por cento dos entrevistados disseram que a educação está péssima, e zero por cento dos que participaram da investigação preferiram não opinar, uma vez que todos eles responderam ao que foi perguntado.

Torna-se assim necessário recordar que o território nacional brasileiro é considerado o quinto maior país do mundo em extensão territorial com 8.515.767,049 quilômetros quadrados, (EBC, 2014. p. 01). De acordo com os últimos dados levantados, o Brasil conta hoje com 5.570 municípios (Prates, 2015. p.01). O gráfico seguinte tem por objetivo demonstrar a educação implementada no Estado de Rondónia.

Gráfico 02 - Educação no Estado de Rondónia



Fonte: Elaboração própria, 2016.

O Estado de Rondónia foi criado em 22 de Dezembro de 1981, pelo Presidente da República João Figueiredo, estabelecendo como capital do Estado a cidade de Porto Velho.

Com a criação do Estado, deu-se o início da organização económica, social e educacional do mesmo. Em 1993, visando melhorar a qualidade de ensino na região, que contava apenas com o ensino fundamental e médio, e algumas instituições do grupo "S" ofertantes do Ensino Profissional, o governo federal cria a Escola Agrotécnica de Colorado. Em 2008, o Estado de Rondónia entra no processo de expansão dos IFs com a criação do IFRO, dando continuidade a expansão da educação técnica visando contribuir para a formação técnica dos trabalhadores, com o mesmo modelo da escola agrotécnica de Colorado do Oeste.

Neste sentido, no questionário apresentado aos entrevistados eles teriam que avaliar a educação implementda no Estado de Rondónia, não sendo especificada se era Educação Básica, ou Educação Técnica, no intuito de não induzir os mesmos a escolher entre uma e outra forma de ensino, oferecido no Estado. O objetivo da questão, era observar como os participantes da investigação avaliavam a formação educacional oferecida em âmbito estadual.

As respostas obtidas foram as seguntes: pouco mais de cinco por cento afirmaram que a educação no Estado de Rondónia é ótima. Dos cem por cento dos entrevistados, pouco mais de vinte e sete por cento, responderam que a educação era boa. Seguindo a coleta de dados, cinco por cento responderam que a educação era regular. Onze por cento disseram que a educação no Estado era ruim. Dos dezoito entrevistados, zero por cento responderam que a educação é péssima, e zero por cento não opinaram no quesito perguntado. Regular significa que existe muito a ser feito para que a educação no Estado alcance patamar de uma educação eficiente.

Ao analisar os dados, percebemos que dos dezoito, apenas um, dos entrevistados, que equivale a pouco mais de cinco por cento, vê a educação no Estado de Rondónia como sendo ótima. Talvez por se encontrar em um localidade do Estado que desde a sua fundação sempre foi assistida pela formação educacional, seja ela, básica, secundária ou técinica. Pode-se concluir ainda, que talvez o entrevistado em questão, não conheça toda extensão territorial do Estado no que se refere a questão ensino educacional, avaliando o ensino no Estado tomando como todo, a sua cidade.

Por último, compreende-se talvez, a avaliação tida como ótima, o avanço obtido na última década, em que foi implantada vários Campi ao longo da BR 364, facilitando a vida dos que buscam uma educação de melhor qualidade, haja visto que exitem inúmeras cidades retiradas da BR 364 com difícil acesso, que ainda não conta com acesso ao ensino, como propõe o IFRO.

Dos dezoito entrevistados, pouco mais de vinte e sete por cento, ou seja, cinco deles disseram que a educação no Estado está boa. Esta visão leva a crer que os entrevistados

conheçam, e ou tenha acesso às cidades localizadas ao longo a BR 364, que corta o Estado de norte a sul. Acredita-se que a percentagem em questão tenha se dado, tendo em vista alguns dos entrevistados terem feito e ainda estar fazendo parte do cenário político no Estado.

Diante do que foi verificado pelos participantes da investigação, o contexto educacional atual é bom. Nesta mesma linha de raciocínio, verifica-se que pouco mais de cinquenta e cinco por cento afirmaram que a educação em Rondónia está regular, seja na capital, bem como nos pequenos municípios retirados dos grandes centros hurbanos. Isto quer dizer que existe muito a fazer para melhorar o índice educacional no Estado, contrapondo os onze por cento dos entrevistados que disseram que a educação em Rondónia está ruim.

Acredita-se que as porcentagens em questão, tenha se dado, talvez porque notaram que algumas ações foram realizadas por parte do poder público federal em prol da melhoria educaçional, no entanto, reconhecem que existe muita coisa ainda a ser feita, para que a eduação alcance o índice de ótima ou boa, se comparados aos estados mais desenvolvidos da república. Nenhum dos entrevistados, ou seja, zero por cento, disseram que a educação no Estado etar péssima, e zero por cento preferiram não opinar.

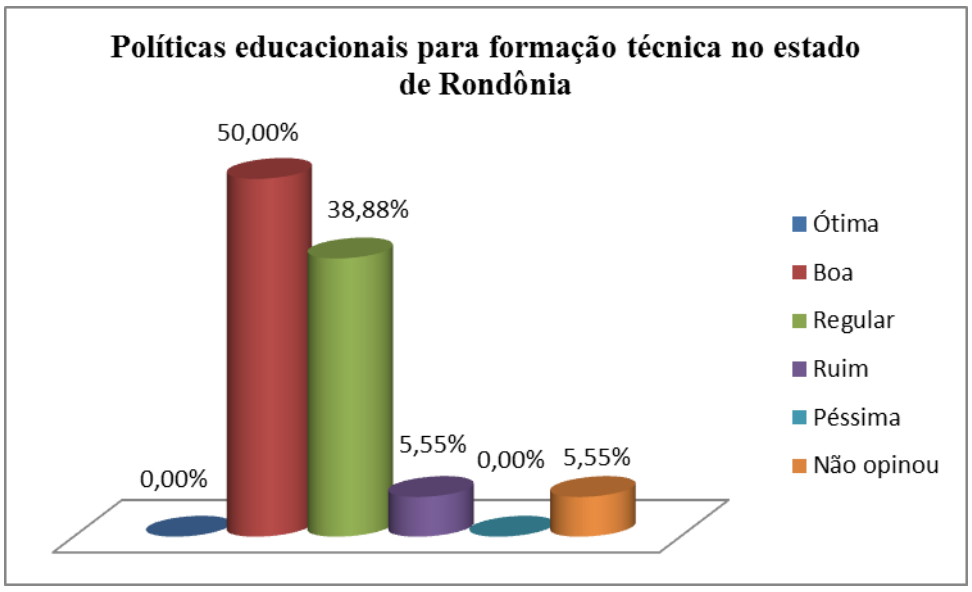
A região norte do Brasil é considerada subdesenvolvida no que ser refere à educação, tanto que o governo federal no intuito de melhorar este índice colcou-o na lista de estados que receberia verbas do programa PRONATEC, por meio da lei Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Rodônia foi um dos Estados que o governo federal priorizou na implementação da rede federal de ensino.

Desde 1993, a implementação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, entre elas, a Escola Técinca de Colorado do Oeste, por meio do Decreto Lei de nº. 8.670, datado de 30/06/93, no intuito de melhorar a educação no Estado.

Dando continuidade ao projeto de expansão da rede federal de ensino em Rondónia, é criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia, por meio da Lei N.º 11.892, em 2008, tendo como modelo a Escola Agrotécina de Colorado do Oeste, fundada em 1993.

Tendo em conta a educação profissional brasileira e as políticas públicas educacionais voltadas para a formação técnica na região norte, foi perguntado aos entrevistados, como eles avalivam as políticas educacionais do governo federal voltadadas para formação técnica no Estado de Rondónia, conforme gráfico a seguir.

Gráfico – 03 Políticas educacionais para a formação técnica em Rondónia.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

No que se refere ás políticas educacionais para a formação técnica em Rondónia, ninguém respondeu ótimo, pelo que, se constata que existe um longo caminho a ser percorrido para que as políticas de formação técnica cheguem a este patamar.

Mesmo sendo a investigação respondida por gestores e ex-gestores, político e ex-políticos que atuaram e atuam na implementação da educação técnica na região, reconheceram que ótimo, não é o que temos atualmente. Por sua vez, cinquenta por cento dos que participaram das entrevistas, descreveram a formação técnica na Rondónia como boa.

O índice aqui apresentado, talvez tenha se dado com a chegada do IFRO, uma vez que somente o grupo "S" atuava na formação técnica, havendo uma tímida política desenvolvida, ficando aquém do exigido para atender as demandas regionais.

Dando continuidade à leitura do gráfico, observa-se que pouco mais de trinta e oito por cento dos investigados, afirmaram que as políticas educacionais para a formação técnica em Rondónia é regular, haja visto, que a partir do ano 2008 muitos Campi foram abertos, oferecendo diversos cursos técnicos à população.

Com pouco tempo de atuação do IFRO em Rondónia, percebe-se o impacto das políticas públicas do govrno federal na formação técnica. Acredita-se que tal avaliação se deve ao fato de o Estado ter extensão territorial pequena, se comparado a outros estados da federação.

A Rondónia é constituida por cinquenta e duas cidades, na sua maioria de pequeno porte, sendo facilmente notada a atuação do poder político federal, que conta com o apoio financeiro dos gestores municipais e estaduais ao propor a execução de políticas públicas educacionais no Estado.

A criação e funcionamento de um Campus em qualquer uma das cidades, coloca em destaque a participação do poder público, se levarmos em conta a geração de emprego, ou aumento do produto interno bruto e o grau de ensino daquela população.

Ainda neste sentido, pouco mais de cinco por cento dos investigados responderam que as políticas educacionais para formação técnica em Rondónia é fraca, sendo necessário muito mais do que já foi feito até ao momento.

Talvez o entendimento dos entrevistados tenha se dado na mesma pespectiva da pequenez do Estado dita anteriormente, desta vez, avaliada com ressalva, ao entender que poderia ter sido feito muito mais pelo governo federal, com relação as políticas públicas para a formação técnica, levando em conta a pouca visibilidade alcançada pela população em relação a formação técnica oferecida até o momento.

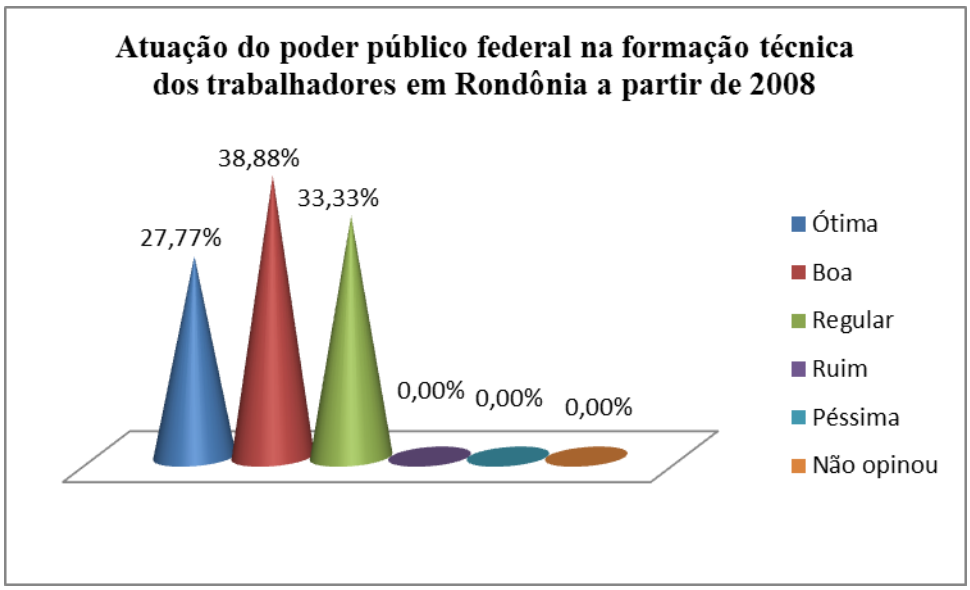
Continuando a análise do gráfico, nota-se que zero por cento dos investigados responderam péssima e pouco mais de cinco por cento, ou seja, um dos dezoito entrevistados preferiu não opinar.

Acredita-se que o entrevistado não opinou porque mesmo pertencendo ao quadro de político ou ex-politico, gestores ou ex-gestores, ainda não conheça as políticas públicas educacionais para a formação técnica implantadas em Rondónia, abstendo-se de responder à questão, ou simplesmente tenha esquecido de marcar as alternativas apresentadas.

Prosseguindo a investigação, foi perguntado aos entrevistados como eles avaliavam a atuação do poder público federal na formação técnica dos trabalhadores na região.

O quesito em questão, leva em conta a implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tenologia de Rondónia, a partir do ano 2008.

Gráfico – 04 Atuação do poder público federal em Rondónia.



Fonte: Elaboração própria, 2016

Ao analisarmos o gráfico de número quatro, constatamos que, pouco mais de vinte e sete por cento dos entrevistados responderam que atuação do poder público federal na formação técnica dos trabalhadores em Rondónia a partir de 2008 está ótima, demonstrando que a formação técnica teve impulso considerável se tomarmos como parâmetros os dados do gráfico três. Vale enfatizar, que a investigação realizada envolve diretamente autoridades e ex-autoridades que atuaram e atuam na implementação do IFRO.

Por outro lado, se observamos o mapa de Rondónia disponibilizado no portal eletrônico do IFRO, é notória a participação do poder púlico federal na formação técnica dos trabalhadores em Rondónia a partir de 2008, conforme figura apresentada adiante.

Prosseguindo à análise do gráfico quatro, podemos observar que pouco mais de trinta e três por cento, ou seja, seis dos dezoito entrevistados, responderam que atuação do poder público federal na formação técnica dos trabalhadores em Rondónia a partir de 2008, é regular. Isso quer dizer que, em relação ao gráfico três a formação técnica melhorou consideravelmente, haja vista a implementação de diversos Campi em algumas cidades em Rondónia.

Os entrevistados talvez tenham dito regular, porque anseiam que outros Campi sejam implantados em outras cidades do Estado que não esteja somente às margens da BR 364. Nas opções ruim, péssima e não opinou, os entrevistados responderam zero por cento para cada uma das opções.

Vale lembrar que o ensino técnico tem sido oferecido em Rondónia por mais de quarenta anos por meio do "Sistema S" criado a nível nacional em 10 de janeiro do ano 1946, e implantado por meio do SENAC e SESC em 27 de maio 1976, conquistando autonomia como instituição de ensino técnico somente em 1993, ano este em que foi fundada a primeira escola agrotécnica.

Em 2002, foi criado e o Instituto Fecomércio de Investigaçãos e Desenvolvimento (IFPD). (História do Sistema "S", 2016, pp. 1-4). Somente em 2008, o IFRO foi implantado na região, tendo como alguns de seus objetivos, entre otros,

> "ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento sócioeco nômico local, regional e nacional. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;" (IFRO, 2009, pp. 12-13).

Para que fique melhor entendido ao leitor o mapa que será apresentado, cada bolinha vermelha corresponde a um Campus do IFRO, criado pelo governo federal entre os anos 1993 a 2016.

O posicionamento das mesmas, sinaliza o sentido da BR 364 que cruza o Estado de um lado a outro, estando fora da rodovia apenas as bolinhas 7 e 8, sendo a sétima bolinha o Campus Colorado do Oeste, e a bolinha oito, o Campus da cidade de Guajará-Mirim, que faz divisa com a Bolívia, país vizinho que faz fronteira com o Brasil.

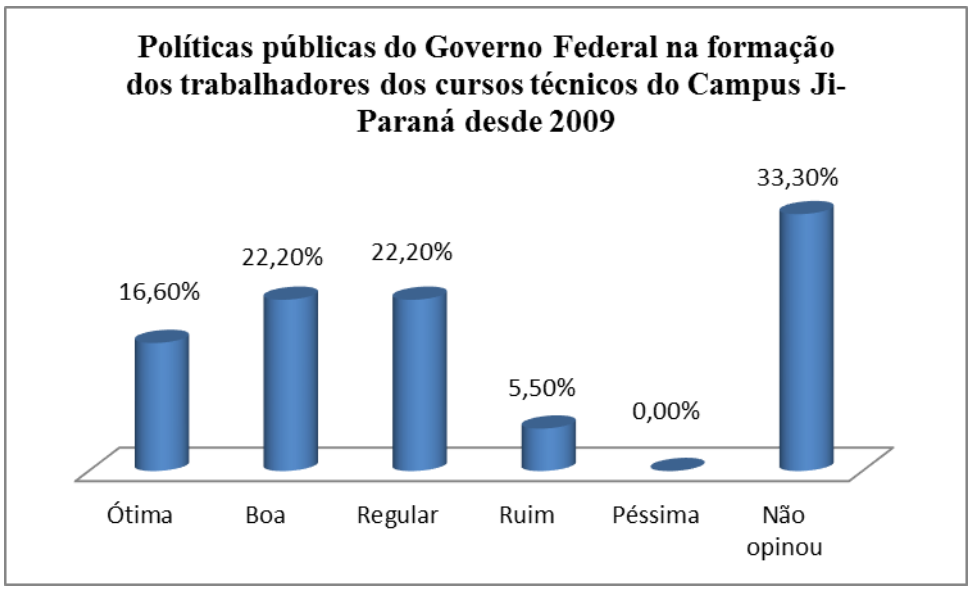
Entendendo melhor o mapa, este refere-se à estruturação dos Campus da região, pois tomemos como início a bolinha 1, campus de Porto Velho Calama, bolinha 2, campus Zona Norte, também em Porto Velho, bolinha três, campus de Ariquemes, bolinha 4, campus de Cacoal, bolinha 5, campus de Ji-Paraná, bolinha 6, campus da cidade de Vilhena, bolinha 7, campus de Colorado do Oeste e bolinha 8 campus de Guarjará-Mirim, que faz diviza com a Bolívia. (IFRO, 2012. p. 01).

Figura– 01 Localização dos Campi do IFRO no Estado de Rondónia.

Fonte: IFRO - 2012

O gráfico cinco, direcionando ao Campus de Ji-Paraná, fundado em 2008, mas que só teve seu efetivo funcionamento no ano 2009.

Gráfico – 05 Atuação do Governo Federal em Ji-Paraná desde 2009.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Para a elaboração do gráfico número cinco, foi levado em conta a implementação da unidade educacional de ensino do Instituto Federal de Rondónia em Ji-Paraná, conforme portaria de Nº 706, de 09 de Junho de 2008. Foi solicitado aos membros que participaram da investigação, que respondessem a respeito da Atuação das políticas públicas do Governo Federal na formação técnica dos trabalhadores em Ji-Paraná desde 2009.

Pouco mais de dezesseis por cento dos dezoito entrevistados responderam que atuação das políticas públicas do Governo Federal em Ji-Paraná a partir de 2009 está ótima. Acredita-se que a porcentagem em questão encontra-se relacionada a implementação do Campus que se encontra sob a juristição do IFRO, onde são ofertados os cursos de Informática, Florestas e Química, além do curso Subsequente em Informática, licenciatura plena em Química e outros cursos oferecidos na modalidade de Ensino à Distância.

Em continuidade a análise do gráfico, ficou constatado que pouco mais de vinte e dois por cento dos entrevistados responderam que a atuação do Governo Federal em Ji-Paraná, com relação as políticas públicas educacionias a partir de 2009 está boa, e a mesma porcentagem de entrevistados responderam que a atuação do governo federal em Ji-Paraná é regular.

Nota-se que pouco mais de vinte e dois por cento dos investigados responderam que a atuação das políticas públicas do Governo Federal em Ji-Parraná a partir de 2009 está boa, porque antes da implementação do IFRO, Campus Ji-Paraná ter sido instalado na cidade, pouco se ouvia falar em política pública do governo federal na cidade. A inauguração da Instituição de Ensino, fez com que a comunidade constatasse a presença do governo federal na formação dos trabalhadores, levando-os a crer que a atuação do governo federal na formação dos trabalhadores no município de Ji-Paraná a partir do ano 2009 é boa.

Presupõem que os entrevistados que respoderam regular, acreditam que a atuação do governo federal é regular, porque já está sendo percebido alguns resultados provenientes da expansão da rede federal de ensino a partir do ano 2009, como a chegada de professores qualificados, e o interesse da comunidade em buscar pela instituição de ensino, almejando melhor qualificação técnica para seus filhos. Neste senitido, os participantes da investigação reconhecem a importância da política pública implantada por meio da instituição de ensino.

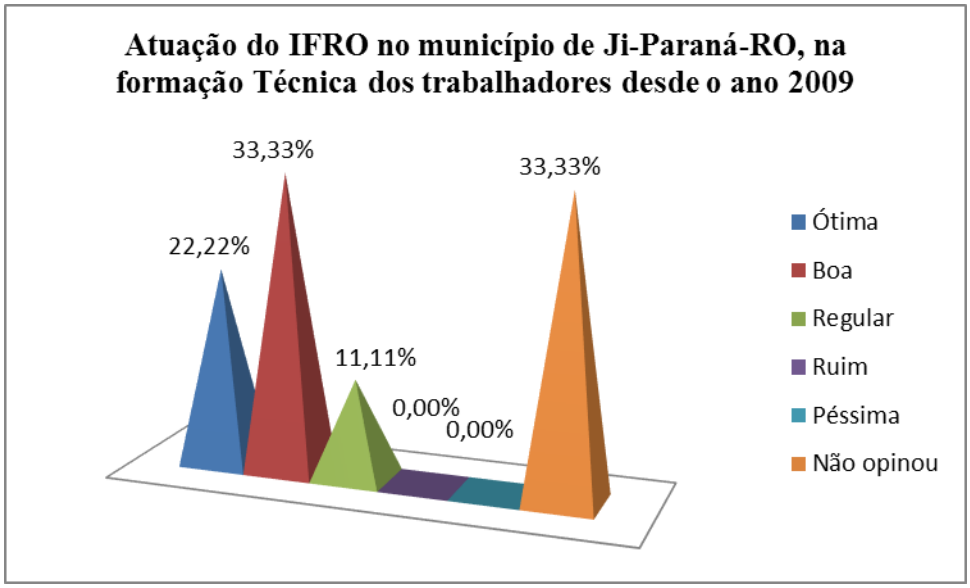
Em continuidade à análise do gráfico cinco, observa-se que, pouco mais de cinco por cento dos entrevistados disseram que a atuação do poder público federal na cidade a partir do ano 2009 é ruim. Talvez tal porcentagem se dê, devido a ter apenas uma unidade de Ensino Educacional federal que ofereça formação técnica de Ension Básico, Técnico e Tecnológico na cidade.

Os entrevistados podem ter levando em conta a quantidade de habitantes residentes na cidade de Ji-Paraná, uma vez que o governo federal poderia ter oferecido mais de uma unidade de ensino. Ou ainda, poderia ter sido oferecidos mais cursos e mais vagas na mesma unidade de ensino, atendendo as demandas existentes na localidade.

No mesmo gráfico, nota-se que zero por cento dos entrevistados disseram que as políticas públicas do governo federal no município a partir de 2009 é péssima. Nota-se desta forma, que houve atuação do governo federal na cidade de Ji-Paraná a partir do ano 2009, uma vez que foi implantado pelo poder público federal, uma unidade de ensino técnico integrado ao ensino médio na localidade.

Os entrevistados que preferiram não dar a sua opinião, foram pouco mais de trinta e três por cento, ou seja, seis dos dezoito que responderam os questionários. Supõe-se que parte dos entrevistados são gestores, ex-gestores institucionais e políticos que atuam no Estado de Rondónia, mas não tem acesso frequente ao Campus de Ji-Paraná, por isso, tenham deixado de responder. Outra possibilidade, pode ser a intenção de se manter neutro frente ao sistema político no qual trabalham e estão inseridos de modo a não se exporem.

Gráfico – 06 Instituto Federal de Educação em Ji-Paraná a partir de 2009.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Os dados apresentados no gráfico seis baseaou-se, na atuação do IFRO no município de Ji-Paraná na formação técnica dos trabalhadores desde o ano 2009, período em que o Campus recebeu as primeiras turmas que cursaram o Ensino Básico integrado ao Ensino Técnico. De acordo com o PDI do IFRO, a unidade educacional de Ji-Paraná, mesmo estando em fase de reforma, manteve-se em efetivo funcionamento em 2009, recebendo as primeiras turmas dos cursos Técnicos integregrados ao ensino médio e outros cursos como especialização em PROEJA, Informática e Licenciatura em Química. Em,

> "2009 – no dia 02 de marco, deu-se inicio do funcionamento do Campus Ji-Paraná, com os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Florestas e Informática e os cursos técnicos subsequentes em Móveis, Florestas e Informática. No segundo semestre de 2009, serão oferecidas uma turma de Especializacao *Lato Sensu* em PROEJA e outra em Informática na Educacão. Em 2010 também será oferecida a Licenciatura em Quimica. A infraestrutura do Campus ainda está em fase de reforma e ampliacão, no valor estimado em R$ 3,4 milhões". (IFRO, 2009. p. 11).

Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRO, no ano 2009, a cidade de Ji-Paraná passa a contar com a unidade educacional contribuindo na formação técnica dos trabalhadores de Ji-Paraná e região. Neste sentido, foi perguntado aos participantes da investigação, como eles avaliavam a atuação do IFRO Campus Ji-Paraná na formação técnica dos trabalhadores a partir de 2009. Dos entrevistados, vinte e dois por cento responderam que a atuação do do IFRO em Ji-Paraná é ótima. Talvez isso se deva as formaturas de diversos alunos que já concluíram cursos técnicos, licenciatura em Química e pós-graduação em Imformática ocorridos no Campus, liberando novos profissionais com formação técnica, cobrindo lacunas existentes no mercado de trabalho existentes na região.

Em continuidade à análise, observa-se que trinta e três por cento dos entrevistados responderam que a atuação do IFRO no município de Ji-Paraná na formação técnica dos trabalhadores é boa. Acredita-se que os entrevistados tenha percebido que após a implementação do Campus em Ji-Paraná, a cidade local passou a contar com profissionais com maior capacitação técnica para ocuparem postos de trabalho.

Ainda neste sentido, acredita-se que a proposta do governo federal ao implantar uma escola técnica em uma região, é ofertar educação cada vez melhorar. Foi o que ocorreu em Ji-Paraná e região, pois a partir de 2009, alunos do IFRO, Campus Ji-Paraná, se destacaram por duas vezes nas avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio, (ENEM), sendo uma vez em 2011 e em 2014. Conforme meios de comunicação eletrônico do Estado de Rondónia, "O campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia (Ifro) de Ji-Paraná é a escola pública com a melhor média, 539,99". (G1. 2012. p. 01). A formação oferecida na cidade de Ji-Paraná, tem repercutido em todo Estado de Rondónia, colocando o IFRO, em destaque até mesmo em nível nacional. De acordo com Porfiro,

> "O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia (Ifro), campus Ji-Paraná, obteve a melhor nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014,

> entre as instituições públicas de Rondónia. A escola federal ficou com a oitava colocação, entre as 10 melhores do estado, e é seguida pela mesma instituição, campus dos municípios de Vilhena e Porto Velho". (Porfiro, 2014. p. 01).

Dos dezoito entrevistados, o que quer dizer cem por cento dos investigados, dois que correspondem a pouco mais de onze por cento, responderam que a atuação do IFRO no município de Ji-Paraná na formação técnica dos trabalhadores é regular.

Zero por cento responderam, ruim e péssimo, com relação a atuação do IFRO no município de Ji-Paraná na formação técnica dos trabalhadores, dando a enteder que o governo federal tem atuado na formação técnica dos profissionais, por meio do IFRO, tendo visível destaque na cidade e na região.

Finalizando a análise do gráfico seis, observa-se que pouco mais de trinta e três por cento dos entrevistados responderam que a atuação do IFRO no município de Ji-Paraná na formação técnica dos trabalhadores preferiram não opinar. Acredita-se que os entrevistados que não opinaram sejam políticos e ex-políticos, gestores e ex-gestores que encontram-se envolvidos no processo de implementação do IFRO, mas que não estejam diretamente ligados ao Campus Ji-Paraná. Emboram tenham feito e ou ainda façam parte da rede de ensino básico técnico e tecnológico em Rondónia, preferiram não opinar, por se tratar de um Campus específico da rede pública de ensino. Por outro lado, acredita-se que, muitos entrevistados tenham optado por não responder, porque não conhecer o suficientemente os reflexos das ações do IFRO na cidade local.

Vale lembrar ainda, que alguns dos entrevistados que participaram da investigação não residem especificamente na cidade local, dificultando a avaliação da atuação do IFRO na cidade de Ji-Paraná a partir de 2009. Cabe dizer, que alguns gestores e ex-gestores que atuaram no início da implementação da rede de ensino e do Campus ji-Paraná, não encontram-se mais vinculados ao IFRO, residindo em outros estados do território nacional, impossibilitando a avaliação com relação a atuação do IFRO na formação técnica dos trabalhadores da cidade de Ji-Paraná a partir de 2009.

Por último, é preciso dizer que boa parte dos entrevistados são políticos que passam a maior parte do seu tempo na capital do país, pois estão diretamente ligados ao processo de implementação da rede federal de ensino no Estado, podendo não conhecer na prática a atuação do IFRO na formação técnica dos trabalhadores em Ji-Paraná a partir de 2009, preferindo não opinar sobre a formação do Campus em particular, como é o caso de Ji-Paraná, tornando a

investigação a mais verídica possível, uma vez que creem não conhecer a fundo a realidade do que foi indagado por meio do questionário apresentado por este investigador. Uma vez analisados os gráficos produzidos com base nos dados coletados, este investigador passa agora a análise dos quadros produzidos, em forma de categorias e respostas apresentadas como parte do questionário semiestruturado devolvidas pelos participantes da investigação.

No intuito de responder ao problema apresentado no projeto de investigação, ou seja, qual a eficácia das políticas de formação profissional adotadas pelo IFRO nos cursos técnicos integrados e suas ações para o desenvolvimento regional, no que se refere a atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia, em particular, o caso Ji-Paraná desde 2008, ano da implementação da instituição de ensino pelo governo federal.

Entrevistas: QUADRO 01

CATEGORIA	RESPOSTAS
- Formação profissional no país.	1- Federalização do ensino no país. 2- Investir na formação do professor para uma melhor educação. 3- Escola em tempo integral. 4-Investir na melhoria das estruturas educacionais do país. 5- Formação continuada aos cidadãos brasileiros.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Para dar continuidade a investigação, foi solicitado aos participantes que dessem sugestões que viessem proporcionar melhorias na formação profissional no país. Pouco mais de onze por cento dos entrevistados responderam que é necessário que haja a federalização do ensino no país, uma vez que, a educação nacional ainda hoje encontra-se dividida em esferas diferenciadas, ou seja, educação federal, educação estadual, educação municipal e educação superior, onde união, municípios e estados, atuem conjuntamente na oferta de ensino.

O ensino infantil, que vai do maternal à quarta série, é ofertado pelo poder público municipal. O ensino fundamental, que se ocupa do ciclo, quinta série ao nono ano, fica a cargo do poder público estadual, e parte do ensino médio, que também fica a cargo do poder público estadual, que mantem em funcionamento a rede de escolas dos estados brasileiros, bem como os pagamentos dos servidores, professores e técnicos administrativos que se ocupam da formação educacional.

Com a implementação das escolas técnicas pelo país, o poder público federal passa se responsabilizar pelo ensino básico, técnico e tecnológico integrado ao médio, por meio dos IFs,

bem como, na formação superior por meio da oferta de licenciaturas e cursos tecnológicos, ou seja, na graduação; além da oferta do ensino superior espalhado por todo país por meio das universidades federais. Vale dizer também, que além da oferta do ensino superior por parte do governo federal, existem redes privadas que ofertam o ensio superior no país. De acordo com a Lei de Diretrizes e bases da Eduação Nacional, (LDB), cartilha mãe que rege o ensino a nível nacional, fica a cargo da união, municípios e estados, a oferta do ensino no país, compostas em diversas modalidades. Conforme,

> "art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. § 1º. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior." (LDB, 9.394/1996, Art. 8º & 21º).

Neste sentido, observa-se que a proposta aqui apresentada, é que o governo federal se responsabilize pela formação integral no país, se tornando não somente a coordenadora da educação nacional, mas aquela que proporcione uma educação unificada, de qualidade não somente por meio dos IFs e Universidades, como tem ocorrido.

Além de guardiã do ensino, alguns dos entrevistados responderam que é preciso que haja mais investimento na formação de professores para que os educandos tenham uma melhor educação, uma vez que, em muitas partes do território nacional, muitos professores que atuam na educação, seja ela, infantil e básico, ainda carecem de formação e qualificação para atuarem nas disciplinas que lecionam, sendo necessário maior investimento na formação e qualificação dos professores em todo país. Segundo Scheibe,

> "em estudo recentemente publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Investigaçãos Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (Brasil/MEC/INEP, 2009), o Brasil contava então com 1.882.961 de professores vinculados à educação básica, dos quais 1.288.688 com nível superior completo (68,4% do total). Destes, pelo menos 10% não possuem curso de licenciatura e um número expressivo de professores, mesmo com licenciatura, não tem a formação compatível com a disciplina que lecionam. É nos anos finais do ensino fundamental, etapa de ensino na qual as matérias começam a ser

> dadas por professores de áreas específicas e no ensino médio que esta proporção é maior. Os números revelam também que a maior distorção está na área de Ciências Exatas, na qual os profissionais formados nos cursos de licenciatura do país são insuficientes para suprir a demanda." (Scheibe, 2010. p. 03).

Dos dezoito entrevistados, cinquenta por cento responderam que além da formação e capacitação de professores, pouco mais de vinte e dois por cento dos investigados responderam que faz-se necessário a implementação de escolas que funcionem em período integral, valorizando cada vez mais o tempo que a criaças permanecem nas instituições educacionais. Acredita-se que, o nível de ensino ofertado no país, tem se demostrado ineficiente devido ao pouco tempo que o estudante permanece na escola, passando boa parte do seu tempo ocioso, ou se dedicando ao trabalho infantil, tornando pouco eficiente a formação escolar.

Existem reflexões de autores que não defendem pura e simplesmente a ideia de escola integral, mas uma escola que integre a formação de professor e aluno de forma simultânea, onde aluno e professor convivam e aprendam no mesmo espaço. O simples ato de manter o aluno na escola para retirá-los de suas residências para deixar em escolas que não tenham estruturas adequadas para recebê-los, não surtiria o efeito esperado. Manter o aluno em tempo integral na instituição de ensino para ter mais aulas nos moldes de o professor falando e o aluno ouvindo, mais conhecida como aula instrucionalista, também seria quase inútil para o aluno e para o professor. A escola em tempo integral é algo que deva ser pensado, discutido, avaliado e repensado cuidadosamente, conforme alerta Demo,

> "A escola de tempo integral precisa tornar-se uma oportunidade única de reinventar a escola pública. Esta continua sendo patrimônio essencial da sociedade, em especial da qualidade de nossa democracia e da entrada adequada na sociedade intensiva de conhecimento, sobretudo para as camadas mais pobres da população. Não pode cair na vala comum. Nesta vala comum está principalmente aquela aula instrucionista que, se não soubermos fazer as coisas bem, vai ser aquilo que será aumentado, para imbecilização de todos. Temos obrigação de oferecer à população aprendizagem adequada. Para tanto, cuidar dos professores é a estratégia mais promissora, tendo em vista que sua qualidade é a pedra de toque da qualidade da aprendizagem dos alunos. Precisamos aproveitar a ocasião também para reconstruir o perfil do professor: um profissional de tempo integral, estudioso profissional, ostensivamente valorizado." (Demo, 2007, p. 12).

Observa-se que, pouco mais de cinco por cento dos entrevistados responderam que é preciso que haja maior investimento na melhoria das estruturas educacionais, dando a entender que existe estrutura básica para acolher os estudandes que procuram as redes de ensino. Por último, onze por cento dos entrevistados, sugeriram que fosse implantada a formação continuada aos cidadãos brasileiros. As respostas merecem atenção, pois sabe-se que a estrutura oferecida nas instituições educacionais no Brasil, não tem sido das melhores, dificultando o aprendizado dos alunos, interferido de forma direta no processo de formação. Vale lembrar que em algumas cidades do país, as vezes é oferecido apenas o ensino infantil, fundamental e médio, sendo necessário que o alunado deixe sua cidade de origem em busca de melhor qualificação. Talvez por este motivo, muitos alunos tenham iniciado a busca pela formação profissional e desistiram antes mesmo de concluir o ensino desejado.

O governo federal, ao implantar os IFs pelo Brasil, a princípio, não propõe a formação integral, mas em contra partida, faculta aos IFs a criação de cursos técnicos integrados ao ensino médio, formação inicial e continuada, educação de jovens e adultos, com capacitação, aperfeiçoamento, especialização profissional e todos os níveis de escolaridade em se tratando das áreas técnicas e tecnológicas que venham buscar o ensino profissional. Conforme Lei 11.892/2008, em seu Artigo 7º, incisos I e II, ficam,

> "observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;" (Brasil, 11.892/2008. Art. 7º).

Buscando melhorar cada vez mais a educação básica, técnica e tecnológica ofertada a nação brasileira. Com relação a educação em período integral, muito tem se falado, mas ainda não é consenso entre as redes municipal, estadual, federal e ou particular. A proposta foi lançada no plano nacional de educação que entrou em vigor em 2014 e vigorará até 2024, tendo como uma de suas metas, "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica". (Brasil, 13.005/2014. p. 32), e está em andamento. Acredita-se

que os IFs, por ser uma rede que atua no ensino Básico Técnico e Tecnológico, oferecerá o ensino em perído integral proposto no plano nacional de educação vigente, embora não esteja previsto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

No quadro seguinte, o investigador solicitou aos investigados, que dessem opinião com relação as políticas públicas educacionais para a formação técnica oferecidas no Estado de Rondónia.

Entrevistas: QUADRO 02

CATEGORIA	RESPOSTAS
- Políticas educacionais do governo federal para a formação técnica dos trabalhadores no Estado de Rondónia.	1- Mediante proposta do governo federal para o ensino técnico em Rondónia, está satisfatória. 2- Teve considerável avanço. 3- Melhorou, mas precisa avançar mais. 4- Preferiram não opinar sobre o tema em questão.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Perguntado aos componentes da investigação sobre as Políticas educacionais do governo federal para a formação técnica dos trabalhadores no Estado de Rondónia. Sete dos dezoito entrevistados, o que corresponde a trinta e oito por cento, respoderam que a proposta do governo federal para o ensino técnico em Rondónia está satisfatório. Acredita-se que, as respostas colhidas na investigação sinalizam que a partir da implementação da escola agrotécnica de Colorado do Oeste em 1993, e da expansão do IFRO em 2008, ao longo da BR 364, as políticas educacionais do governo federal ganharam notoriedade no Estado, atendendo a proposta feita pelo poder público federal mediante fundação do IFRO com a lei 11.892/2008, conforme,

> "art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: XXXII - Instituto Federal de Rondónia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondónia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;" (Brasil, 11.892/2008. Art. 5º).

Ainda na mesma linha de raciocínio, cinco por cento dos entrevistados disseram que as políticas educacionais do governo federal para a formação técnica dos trabalhadores no Estado de Rondónia teve considerável avanço. Supõe-se que, antes da implementação do IFRO em 2008, as políticas públicas encontravam-se estagnadas, no entanto, a partir da implementação

do IFRO, houve considerável avanço, pois passou a oferecer formação técnica profissional integrada ao ensino médio em todo Estado, no entanto precisa avançar mais. Neste mesmo sentido, cinco por cento dos entrevistados preferiram não opinar.

Em continuidade a análise dos quadros, este investigador passa agora apreciar as respostas colhidas dos entrevistados, referentes a Formação técnica no Estado desde a fundação política do Estado em 1981, ano de fundação política de Rondónia.

Entrevistas: QUADRO 03

CATEGORIA	RESPOSTAS
- Formação técnica no Estado desde a fundação política do em 1981.	1- Teve muito avanço. 2- Teve considerável evolução. 3- Melhorou mais a partir do ano 2009, com a implementação do Instituto Federal de Rondónia. 4- Está muito restrito, mas tem evoluído. 5- O estado ainda está carente de formação técnica. 6- Teve pouca melhora. 7- Muito precária.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Colocando em análise o quadro de número três, o investigador tomará como princípio a criação do Estado de Rondónia, mediante lei complementar Nº 41, de 22 de dezembro de 1981, por João Figueiredo, presidente da República em exercício naquele período, ficando os assuntos jurídicos e burocráticos a cargo da comarca do Estado do Rio Branco do Acre, Estado que faz limite com Rondónia. Ainda segundo a lei de criação do Estado, "Art. 36 - As despesas, até o exercício de 1991, inclusive, com os servidores de que tratam o parágrafo único do art. 18 e os arts. 22 e 29 desta Lei, serão de responsabilidade da União", ficando o Estado de Rondónia dependente financeiramente do governo federal na implementação de despesas próprias e ou investimentos em políticas públicas, sejam elas educação, saúde e quadro de pessoal. Nota-se que, todo e qualquer investimento em educação ocorrido em Rondónia de 1981 a 1991, encontrava-se diretamente vinculado ao governo federal, não dependendo do governo estadual. Em se tratando da formação técnica no Estado de Rondónia desde a fundação política em 1981, um dos dezoito entrevistados, que representa pouco mais de cinco por cento, respondeu que teve muito avanço. Na década de oitenta, o Estado estava em processo de extruturação económica, organização territorial e desenvolvimento político, mesmo assim já exitia a preocupação com as políticas públias de formação técnica do trabalhadores, tanto que de acordo com o portal do SENAI, a instituição encontrava-se instalada em Porto Velho, capital de

Rondónia, desde a segunda metade da década de cinquenta, com o compromisso de formar profissionais que atuassem no mercado de trabalho.

> "A primeira unidade do SENAI-RO foi instalada em Porto Velho na segunda metade da década de 50. Nessa época, o sistema S já marcava presença em outros estados brasileiros e estava em busca de expansão. Desde que iniciou as suas atividades, o SENAI Rondónia mantém o compromisso de formar profissionais bem preparados e adequados às exigências do mercado de trabalho. Nos últimos anos, a instituição tem contribuído muito com o desenvolvimento da Indústria Rondoniense. O SENAI não é apenas responsável por promover cursos de educação profissional. Ele também trabalha com consultoria e oferece serviços de assistência técnica e tecnológica às empresas." (SENAI, (s/d), p. 01).

Analisando o contexto histórico do Estado a partir de 1981, pode-se dizer que a formação técnica dos trabalhadores teve muito avanço, ou até mesmo afirmar que teve uma considerável evolução, as respostas colhidas por pouco mais de trinta e três por cento dos entrevistados, ou seja, seis dos dezoito participantes da investigação. A resposta em questão nos faz pensar, que mesmo em tempos da fundação política de Rondónia, já havia a preocupação com a formação técnica por parte do governo federal. As politicas podem não ter sido eficientes, mas as instituições como o SENAI, SENAC e outras empresas implementaram cursos de formação profissional na região norte, com o apoio do governo federal e federação industrial.

Embora tenha havido considerável desenvolvimento das políticas públicas na formação profissional dos trabalhadores em Rondónia, pouco mais de cinco por cento dos entrevistados responderam que, a formação técnica no Estado desde a fundação política do estado em 1981, melhorou, mais somente a partir do ano 2009, com a implementação do Instituto Federal de Rondónia. Cabe dizer que o IFRO foi implantado no Estado após vinte e sete anos de fundação política, na segunda etapa da expansão dos IFs pelo Brasil, já no ano de 2008. Supõe-se que, o participante da investigação em questão, tenha tomado como ponto de partida a melhora da formação técnica no ano de 2009, talvez pelo fato de já ter constatado a expansão da rede ao longo da BR 364, ou Campus da cidade a qual reside. É válido dizer que, o simples ato de colocar em funcionamento uma escola técnica profissionalizante em uma das cidades da região norte, pode significar evolução na formação técnica profissional dos trabalhadores, tendo em

vista a excassez de cursos por parte dos demandantes, de maneira especial, química, física e informática, e outros.

O Estado de Rondónia conta com 52 municípios, alguns mais, outros menos desenvolvidos. Os municípios que mais desenvolveram foram os que encontram-se ao longo da BR 364, caso de Ji-Paraná, que goza de localização privilegiada, uma vez que encontra-se geograficamente no centro do Estado, conhecida por seus munícipes como sendo o "coração de Rondónia". A implementação e ou expansão do IFRO na região se deu de forma maciça ao longo da BR 364, ou seja, nas cidades de Vilhena, Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Porto Velho, estando somente os Campi de Colorado do Oeste e de Guajará-Mirim fora da BR 364, justificando a resposta de pouco mais de cinco por cento dos entrevistados ao dizer que a formação técnica profissional dos trabalhadores em Rondónia está muito restrito, no entanto, tem evoluído.

Se levarmos em conta que existem várias cidades no Estado, e somente sete delas exitem escolas que ofereça ensino técnico profissional, pode-se dizer que a formação técnica dos trabalhadores ainda encontra-se restrita em algumas localidades. No entanto, exitem outras escolas que tem atuado na formação técnica dos trabalhadores em outras cidades por meio do sistema "S", SESI, SENAI, SEBRAE, SESC, SENAC, SEST/SENAT e SENAR, espalhada por todo Estado. Se levado em conta a abertura dos Campi pelo IFRO, é possível dizer que a formação profissional no Estado realmente encontra-se restrita em algumas cidades, conforme observação feita por parte dos participantes da investigação.

Na mesma linha de raciocínio, pode-se observar ainda, que pouco mais de vinte e dois por cento dos entrevistados responderam que o Estado ainda está carente de formação técnica, sendo necessária maior expansão da rede federal de ensino pelo IFRO e pela rede privada coordenada pelo sistema "S", sendo necessário maior investimento do governo federal em políticas públicas na formação técnica dos trabalhadores. Dos dezoito participantes, pouco mais de vinte e dois por cento, ou seja, quatro entrevistados responderam que a formação técnica em Rondónia, teve pouca melhora. Se analisarmos o que os entrevistados disseram como sendo deficiência de política pública do governo federal na formação técnica profissional, é possível compreender a pouca melhora na educação ténica profissional. Ao fim da análise do terceiro quadro, constata-se que um entre os dezoito participantes da investigação, que correponde a pouco mais de cinco por cento, respondeu que a formação técnica profissional no Estado é muito precária, ou seja, do que já foi feito pelo governo federal, não corresponde ao que já deveria ter sido realizado desde a sua emancipação política.

O quadro seguinte propõem aos dezoito entrevistados que apontem os Benefícios e lacunas da formação ténica oferecida pelo governo federal aos trabalhadores do Estado. Entende-se por benefícios, as políticas públicas educacionais que deram certo, destacando-se no cenário regional. Leia-se lacunas, polítias públicas educacionais que foram implantadas, mas que precisam ser aperfeiçoadas ou melhoradas do ponto de vista dos participantes da investigação.

Entrevistas: QUADRO 04

CATEGORIA	RESPOSTAS
- Benefícios e lacunas da formação ténica oferecida pelos governo federal aos trabalhadores do Estado.	1– Falta de estrutura e de profissionais capacitados para atuar na área de ensino. 2- Teve avanços significativos no ensino a distância. 3- Intensificou o ensino técnico oferecido pela escola técnica de Colorado do Oeste. 4- Tem preparado melhor os profissionais com o ensino técnico oferecido. 5- A contribuição do governo no estado de Rondónia foi positiva, socialmente, cuturalmente e economicamente.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Das respostas dadas, três dos dozoito participantes, ou seja, pouco mais de dezesseis por cento apontaram como uma das lacunas a falta de estrutura e profissionais capacitados para atuar na área de ensino. Entende-se por falta de estrutura, a questão predial, situação esta grave não só na Rondónia, mas em várias regiões do país.

Para que ocorresse a implementação do IFRO no Estado, o governo federal contou com a parceria do Estado e dos municípios na doação de terrenos, unidades educacionais já em funcionamento dando o primeiro passo na implementação da instituição.

Após cinco anos de implementação do IFRO, muitos Campi ainda estão sofrendo reformas estruturais, motivo pelo qual parte dos participantes da investigação apontou como lacuna a questão estrutura. Ainda tratando das lacunas, os entrevistados apontaram que a falta de profissionais capacitados para atuarem na área de ensino. Talvez os entrevistados estejam querendo dizer que o Estado de Rondónia conta com um número ainda pequeno de profissionais para atender as demandadas exigidas pelas redes educacionais que se dispõem a formar os trabalhadores. Muitos profissionais que ocupam as vagas nos concursos ofertados pelo sistema "S" e pelo IFRO, tem atraído professores e técnicos administrativos de diversas

regiões do país, pois ainda faltam profissionais para atuar na rede de ensino profissional na região.

Outra questão que talvez tenha desmotivado a formação de profissionais para actuarem na educação é a falta de valorização dos profissionais da educação. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que a baixa remuneração ofertada pelos órgãos ordenadores da educação, seja ele por parte do governo federal, governo estadual ou municipal, também tem contribuído com a desmotivação de profissionais de outras regiões a virem trabalhar na área do ensino profissional em Rondónia, tanto que para o cenador Acir Gurgacz, um dos senadores da república, representante do povo rondoniense, tem externado procupação com a valorização dos professores. Segundo Acir, somente investindo na educação pode-se ter um pais melhor e mais humano e desenvolvido.

> "Para Acir, investir na educação, na formação e valorização dos professores é a principal maneira de promover o desenvolvimento de Rondónia e do Brasil. "Somente investindo em educação, na melhoria do ensino básico, do ensino técnico e superior, e principalmente na formação e valorização do professor é que teremos um país melhor, mais humano e desenvolvido"" (Guedes, 2016, p. 01).

Ainda falando dos Benefícios e lacunas da formação técnica oferecida pelo governo federal aos trabalhadores em Rondónia, pouco mais de cinco por cento dos participantes da investigação, responderam que a formação técnica teve avanços significativos no ensino à distância. O entrevistado talvez tenha dito que o ensino técnico profissional teve um avanço, devido à implementação do IFRO, a Instituição de Esnino federal, passou a oferecer educação presencial e também educação a distância em parceria com o Instituto Federal do Paraná, em praticamente todos os Campi. Os primeiros cursos oferecidos a distância pelo IFRO tinham por objetivo atender alunos na modalidade presencial e à distância, com transmissão de aulas via satélite, com apoio via web e por telefone, em diversos cursos com duração média de três a quatro meses. De acordo com o portal do IFRO,

> "os primeiros cursos técnicos subsequentes ofertados pelo Instituto Federal de Rondónia utilizam a metodologia adotada pelo Instituto Federal do Paraná, chamada de Ensino Presencial Virtual. Nesse sistema, há uma variação da educação presencial com uso de recursos de EAD que conta com transmissão das aulas via satélite e atividades de apoio presencial desenvolvidas nos Núcleos de EAD e Avançado

> Binacional. Complementa a metodologia uma estrutura de apoio web e também via telefone, 0800. Na Educação a Distância estão inseridos os cursos do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profuncionário): Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Multimeios Didáticos. Duração: Os cursos Técnicos Subsequentes da Educação a Distância possuem duração média de três ou quatro semestres". (IFRO, (s.d.). p. 01).

Após a conclusão dos primeiros cursos oferecidos, outros cursos foram implantados pelo IFRO nos mais diversos polos de ensino com duração de quinze a dezoito meses, dependendo do grau de dificuldade ou da carga horária estipulada em regulamentação própria da Instituição de Ensino. Vale dizer que a educação em EAD oferecida pelo IFRO encontra-se amparada em lei, de acordo com regulamentação brasileira segundo o Decreto nº 5.622 de 19 de Dezembro de 2005.

Segundo o quadro quatro, com relação aos benefícios e lacunas da formação técnica oferecida pelo governo federal aos trabalhadores rondoniense, três participantes da investigação representando pouco mais de dezesseis por cento responderam que o governo federal intensificou o ensino técnico oferecido pela escola técnica de Colorado do Oeste. Ao apontarem somente a escola técnica de Colorado do Oeste, constata-se a lacuna da formação técnica em outras cidades do Estado, exceto as cidades de Vilhena, Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Porto Velho e Guajará-Mirim, onde se encontram instaladas unidades educacionais administradas pelo IFRO, somente após o ano de 2008.

Dando continuidade à análise, com relação aos benefícios e lacunas da formação técnica oferecida pelo governo federal aos trabalhadores de Rondónia, pouco mais de cinquenta e cinco por cento dos investigados, ou seja, dez dos dezoitos participantes da investigação responderam que os profissionais de Rondónia tem sido melhor preparados com a oferta do ensino técnico oferecido pelo governo federal. Acredita-se que os entrevistados tenham dado tal resposta, por ter levado em conta a implementação do IFRO em diversas cidades do Estado a partir do ano 2008. Neste sentido, acredita-se que o governo federal tem dado certa atenção à formação técnica aos trabalhadores de Rondónia.

Concluida a análise do quadro em questão, podemos notar que um dos entrevistados, que representa pouco mais de cinco por cento dos participantes da investigação respondeu que a contribuição do governo na ampliação do ensino técnico em Rondónia foi positiva, social, cutural e economicamente, não restando dúvidas de que a

política educacional do governo federal para com a formação técnica no Estado tem dado frutos positivos.

Entrevistas: QUADRO 05

CATEGORIA	RESPOSTAS
- Políticas públicas do governo federal na formação técnica dos trabalhadores em Ji-Paraná.	1 – Teve avanço na formação de profissionais que atuarão na área técnica. 2- Avançou parcialmente, porque ainda falta profissionais na formação dos trabalhadores. 3- Não opinaram.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No que respeita às Políticas públicas do governo federal na formação técnica dos trabalhadores em Ji-Paraná, verificou-se que oito dos entrevistados, o que corresponde a pouco mais de quarenta e quatro por cento responderam que a formação técnica dos trabalhadores em Ji-Paraná teve avanço. Acredita-se que os entrevistados tenham dado tais respostas tendo em vista as várias formações de técnicos ocorridas no IFRO desde o ano 2013. Conforme Baracho, a primeira formação de técnicos em Florrestas e Informática que colaram grau sob o comando do IFRO, Campus Ji-Paraná, contou com a participação da comunidade, entre estes, familiares e servidroes, mais de oitenta formandos foram apresentados aos munícipes de Ji-Paraná, promessa esta de novos profissionais que atuarão como técnicos na cidade e na região.

> "A noite da última quinta-feira, 28, foi de comemoração e homenagens na colação de grau dos novos técnicos em Florestas e Informática do Instituto Federal de Rondónia/Câmpus Ji-Paraná. Mais de 80 estudantes receberam seus diplomas em clima de muita alegria na cerimônia que reuniu na Igreja Batista Central, em Ji-Paraná, professores, servidores e gestores do IFRO, além de centenas de familiares que foram prestigiar o evento. Esta foi a primeira formatura de cursos na modalidade integrada ao ensino médio (ensino regular com o técnico) do Câmpus Ji-Paraná". (Baracho, 2013, p. 01).

Neste mesmo sentido, vamos encontrar Sérgio, informando a população Ji-Parananense e região, que ao final de Janeiro de 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Ji-Paraná apresentou à comunidade novos técnicos em Florestas e Informática prontos para assumir novas vagas no serviço público e privado existentes na cidade e na região, "A instituição Federal formou 91 técnicos em Florestas e Informática, na noite de

quinta-feira, 30, na própria instituição em Ji-Paraná". (Sérgio, 2014. p. 01), dando a entender o porquê dos entrevistados terem dito que a formação técnica tem tido grandes avanços na formação técnica de profissionais.

Ainda falando das Políticas públicas do governo federal na formação de técnicos dos trabalhadores em Ji-Paraná, deparamos-nos com mais uma matéria na página virtual da instituição, informando a comunidade sobre a colação de grau de 139 novos técnicos, desta vez não foram somente formandos dos cursos técnicos integrados ao médio, mas alunos do curso de Licenciatura em Química e demais cursos concluídos na modalidade EAD.

> "O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia (IFRO) realizou na quinta-feira (17), a colação de grau no *Campus* Ji-Paraná, de 139 alunos dos cursos de Licenciatura em Química, Técnico Subsequente em Informática, Técnico em Alimentação Escolar, Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Infraestrutura Escolar, Curso Técnico em Multimeios Didáticos e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos". (IFRO, 2016, p. 01).

Em uma somatória simples, tomando como base as reportagens apresentadas com relação as formaturas realizadas pelo IFRO, Campus Ji-Paraná, pode-se afirmar que em cinco anos de atuação da Instituição de Ensino Educacional, trezentos e dez técnicos foram formados com incentivo das políticas públicas do governo federal, levando a compreender o porque mais de quarenta e quatro por cento dos participantes da investigação terem respondido que o ensino técnico em Ji-Paraná teve um avanço significativo na formação de profissionais que possivelmente atuarão na área técnica.

No que diz respeito ao quadro cinco, sobre as políticas públicas do governo federal na formação técnica dos trabalhadores em Ji-Paraná, três participantes da pequisa, ou seja, pouco mais de dezesseis por cento desles responderam que a política de formação de técnicos em Ji-Paraná avançou parcialmente, porque ainda falta o profissional na formação dos trabalhadores. Mesmo ocorrendo formações nos Campi do IFRO desde o ano 2013, ainda falta muita coisa a se fazer na Instituição de Ensino, entre elas, a contratação de servidores para atuar na formação. Talvez por este motivo, os participantes da investigação tenham respondido que ainda falta profissionais na formação dos trabalhadores.

Em suma, este quadro cuja categoria retrata as políticas públicas do governo federal na formação de técnicos dos trabalhadores em Ji-Paraná, constatou-se que sete participantes da investigação, o que significa pouco mais de trinta e oito por cento dos entrevistados, não

opinaram sobre o assunto. Mesmo com a divulgação das formaturas por meio virtual, demonstrando que o governo federal tem atuado na formação técnica dos trabalhadores em Ji-Paraná. Dos dezoito entrevistados, pouco mais de vinte e sete por cento, ou seja, cinco entrevistados optaram por não responder o questionamento feito pelo investigador.

Os participantes da investigação foram ex-politicos, políticos, gestores e ex-gestores que aturam e ainda atuam de forma direta e indiretamente na implementação e na expansão do IFRO no Estado de Rondónia. Mesmo tendo atuado, ou ainda estejam atuando na política de implementação da Instituição Educacional no Estado, por motivos não declarados, deixaram de opinar neste quesito. Talvez os entrevistados em questão que deixaram de opinar não estejam a par das realizações ocorridas no Campus Ji-Paraná, mesmo com ampla divulgação pelos meios de comunicação. Acredita-se ainda que os participantes da investigação que deixaram de responder, são pessoas que não estão mais a par das políticas públicas do governo federal na formação de técnicos dos trabalhadores em Ji-Paraná.

Uma vez discorrido sobre as políticas públicas do governo federal na formação de técnicos dos trabalhadores em Ji-Paraná, este investigador passa agora analisar as contribuições dos cursos técnicos na formação dos jovens da cidade de Ji-Paraná.

Entrevistas: QUADRO 06

CATEGORIA	RESPOSTAS
- Contribuição dos cursos técnicos na formação profissional dos jovens residentes em Ji-Paraná.	1 – Muito importante. 2- Embora seja importante na formação dos jovens e no desenvolvimento local ainda existem lacunas a serem preenchidas. 3- Não opinaram.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Levando em conta as políticas públicas do governo federal implantadas na formação de técnicos dos trabalhadores em Ji-Paraná e a implementação da unidade educacional de ensino do Instituto Federal de Rondónia, sendo colhidas as seguintes respostas. Nove participantes da investigação, ou seja, cinquenta por cento disseram que a contribuição dos cursos téncisos na formação dos jovens tem sido muito importante. Supõe-se que, os entrevistados tenham dado tais respostas, porque já tenham constatado o valor do ensino ministrado pela Instituição de Ensino, tendo em vista as aprovações dos alunos do Campus Ji-Paraná, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) por duas vezes, conforme dito acima.

Ainda de acordo com o portal do IFRO, a formação oferecida pela Instituição de Ensino de Ji-Paraná tem se destacado não somente em Rondónia, mas em outras localidades do país.

> "Alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia (IFRO), *Campus* Ji-Paraná, foram classificados para participar da Olimpíada Norte/Nordeste de Química (ONNeQ). O evento deve acontecer no dia 21 de maio, às 14 horas. Os 10 estudantes selecionados participaram da X Olimpíada Rondoniense de Química (ORQ), evento integrante do Programa Nacional Olimpíadas de Química". (IFRO, 2016, p. 01).

A formação técnica oferedica pelo IFRO, por meio do Campus Ji-Paraná tem contribuído na formação técnica profissional dos jovens residentes, e ao mesmo tempo, se destacado no mundo esportivo, a nível local, mas também a nível nacional, demonstrando a preocupação em proporcionar aos estudantes não somente a formação intelectual, mas qualificação esportiva. De acordo com a página da Instituição de Ensino, não falta garra aos alunos do Campus Ji-Paraná na busca de medalhas na área esportiva, tanto que na participação dos Jogos escolares de Rondónia (JOER), três das quarto equipes participantes do torneio, foram destaques. Conforme a matéria do portal virtual do IFRO,

> "garra, disciplina e disposição não faltaram aos alunos do IFRO/Câmpus Ji-Paraná para representar a instituição no JEMS – Jogos Escolares Municipais de Ji-Paraná, 1ª etapa do JOER (Jogos Escolares de Rondónia). Das quatro equipes coletivas inscritas, três participaram de finais. Nos esportes individuais, os estudantes também se destacaram e conseguiram trazer muitas medalhas". (IFRO, 2016, p. 01).

O Campus Ji-Paraná está localizado no perímetro urbano, ou seja, dentro da cidade de Ji-Paraná, tendo fácil acesso aos cidadãos ji-paranaenses, facilitando o livre acesso às famílias da cidade que queiram acompanhar seus filhos na formação técnica profissional ou nas modalidades esportivas oferecidas. Talvez com os destaques obtidos pelos alunos do Campus Ji-Paraná, em olimpíadas e no atletismo, os participantes da investigação tenham respondido que a contribuição dos cursos técnicos na formação profissional dos jovens residentes em Ji-Paraná, no desenvolvimento local tenha sido muito importante.

Ainda com foco no sexto quadro, cuja categoria é a contribuição dos cursos técnicos na formação profissional dos jovens residentes em Ji-Paraná, no desenvolvimento local, três

investigados, o que representa pouco mais de dezesseis por cento da investigação, responderam que embora a formação seja importante para os jovens e para o desenvolvimento local, ainda existem lacunas a serem preenchidas.

Talvez os participantes tenham dado tal resposta porque o sistema de ingresso no IFRO, ainda funcione por meio de processo seletivo, uma vez que dispõe de poucas vagas para atender a demanda existente na cidade. É válido dizer que o Campus Ji-Paraná atende não somente os jovens da cidade local, mas também das cidades circunvizinhas.

Concluindo a análise do quadro de número seis, constata-se que, seis dos dezoito participantes da investigação, valor este correspondente a pouco mais de trinta e três por cento dos entrevistados, preferiram não opinar, sobre a contribuição dos cursos técnicos na formação profissional dos jovens residentes em Ji-Paraná.

O quadro seguinte tem como objetivo, saber dos participantes da investigação sobre a contribuição dos cursos técnicos para a formação profissional dos joves e para o desensenvolvimento local, onde foram colhidas as seguintes respostas:

Entrevistas: QUADRO 07

CATEGORIA	RESPOSTAS
- Importância dos cursos oferecidos pelos Campus Ji-Parraná para os trabalhadores da cidade e da região. - Sugestões de novos cursos.	1 – Extremamente importante. 2- A formação de técnicos é deficitária. 3- Agronomia, veterinária, psicultura, defesa sanitária, empreendedorismo, gestão de negócios, finanças, técnico em vendas, técnico em laticínios, engenharia de alimentos, saúde, educação, gastronomia e edificação. 4- Sem condições de responder.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Ao solicitar que os participantes respondessem sobre a importância dos cursos técnicos oferecidos pelo IFRO, Campus Ji-Parraná para os trabalhadores da cidade e da região, oito dos dezoito que responderam, o que representa mais de quarenta e quatro por cento dos investigação dos, disseram que os cursos técnicos oferecidos no Campus Ji-Paraná é de extrema importância, pois tem por objetivo focar na formação profissional.

Conforme a pró-reitora do IFRO, Maria Fabíola, o Instituto Federal tem por objetivo a formação profissional, embora não seja o objetivo do IFRO, preparar alunos para ENEM, estes acabam sendo destaques entre as melhores escolas do Estado, bem como no Exame Nacional

do Ensino Médio realizado pelo governo federal de ano em ano, no intuito de avaliar os alunos do ensino médio, e ensino médio integrado ao ensino técnico.

> "Como nosso objetivo é a formação profissional, na sala de aula não focamos tanto no Enem como nas outras escolas públicas, mas focamos na integração das disciplinas comuns com as profissionalizantes, desse modo, o aluno entende a importância das matérias no dia-a-dia e busca se esforçar para entendê-las, tendo um bom desempenho no instituto e no Enem" (Porfiro, 2015, p. 01).

Segundo o quadro sete, este investigador constata que embora muitos dos entrevistados tenham respondido que os cursos técnicos oferecidos em Ji-Paraná tem sido de extrema importância, deparamo-nos com um dos participantes da investigação, o que representa pouco mais de cinco por cento, afirmando que a formação técnica oferecida é deficitária. Para compreender melhor o posicionamento em questão, do participante da investigação, podemos dizer que talvez a resposta tenha vindo na inteção de dizer que diante do que deveria ter sido feito pelo governo federal em Rondónia e de modo especial em Ji-Paraná, mesmo com os destaques acima apresentados, as políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo IFRO, ainda está longe de ser uma formação eficiente.

O termo deficitário, neste sentido, pode ser entendido como ausência de outros cursos de formação técnica que já poderiam ter sido implantados pelo governo federal e ainda hoje a cidade e a região carece de mão-de-obra qualificada. É compreensível dizer que não é suficiente o que já foi feito com relação aos cursos técnicos oferecidos, sendo avaliados como extremamente importante, vez que ainda existe muito a fazer. É deficitário porque os cursos não são oferecidos em larga escala, ou seja, que possa atender as demandas da população. É deficitário, porque não atinge se quer dois por cento da população de Ji-Paraná, que conta hoje com aproximadamente 130.419 (IBGE, 2015. p. 01). Se levando em consideração os cursos presenciais, cursos EAD e prófuncionário, ou seja, cursos que são oferecidos à população em geral, ministrados no Campus Ji-Paraná, pode-se obervar que ainda falta muito a ser feito. De acordo com o IFRO, existem cursos em três modalidades implantados e em efetivo funcionamento na instituição, ou seja,

> "Cursos Presenciais: Técnico em Florestas (Integrado), Técnico em Florestas (Subsequente), Técnico em Informática (Integrado), Técnico em Informática (Subsequente), Técnico em Móveis (Subsequente), Técnico em Química (Integrado),

> Licenciatura Química (Graduação), Especialização em Informática na Educação, Especialização em PROEJA. Cursos EAD: Técnico em Administração, Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Eventos, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Logística. Profuncionário: Técnico em Multimeios Didáticos, Técnico em Infraestrutura Escolar, Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Alimentação Escolar". (IFRO, (s/d), p. 01).

Se levarmos em conta que a instituição de ensino tenha sido implementada à pouco mais de cinco anos, não se pode dizer que a formação técnica oferecida em Ji-Paraná era assim tão deficitária, conforme apontado na investigação. Cabe dizer que a análise em questão, volta-se tão somente para a formação técnina em Ji-Paraná, o mesmo não pode ser dito com relação à formação técnica no Brasil, tema este que servirá de análise em outra ocasião.

Foi solicitado aos participantes da investigação que fizessem sugestões de cursos que gostariam que fossem implementados pelo IFRO, Campus Ji-Paraná. Dos dezoito entrevistados, cinco deles, o que corresponde a mais de vinte e sete por cento sugeriram cursos de Agronomia, veterinária, psicultura, defesa sanitária, empreendedorismo, gestão de negócios, finanças, técnico em vendas, técnico em laticínios, engenharia de alimentos, saúde, educação, gastronomia e edificação, ratificando o que foi dito por alguns participantes da investigação anteriormente.

Concluindo a análise do quadro de número sete, sobre a importância dos cursos oferecidos pelos Campus Ji-Paraná para os trabalhadores da cidade e da região, foi constatado que quatro dos dezoito participantes, o que representa mais de vinte e dois por cento dos que compuseram o grupo de investigados, disseram não ter condições de responder. Acredita-se que os participantes em questão, optaram por não responder por não conhecerem a realidade do Campus Ji-Paraná, quando se trata da formação téncia profissional, bem como a execução dos cursos em andamento.

O quadro número oito propôs que os integrantes da investigação respondessem sobre a Importância dos cursos Técnicos oferecidos pelo IFRO no desenvolvimento da cidade e da região.

Entrevistas: QUADRO 08

CATEGORIA	RESPOSTAS
- Importância dos cursos Técnicos oferecidos pelo IFRO no desenvolvimento da cidade e da região.	1–Treze dos dezoito participantes da investigação disseram sim, são importantes no desenvolvimento da cidade e da região. 2-Dois dos dezoito entrevistados responderam que o ensino técnico oferecido não é importante para o desenvolvimento da cidade e da região. 3- Três dos dezoito entrevistados optaram por não responder a questão.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Treze dos dezoito participantes da investigação disseram que os cursos Técnicos oferecidos pelo IFRO no desenvolvimento da cidade e da região são importantes, uma vez que traz para a cidade avanços tecnológicos até então inexistentes, se considerado o número de formandos que já colaram grau pelo Campus Ji-Paraná e já estão aptos a engressar no mercado de trabalho, contribuindo com o desenvolvimento local.

De acordo com o deputado federal Marcos Rogério, cidadão residente em Ji-Paraná e patrono da quarta turma do curso de informática, cursos Técnicos oferecidos pelo IFRO no desenvolvimento da cidade e da região tem grande importância, pois em tempos atuais faz-se necessário que tenhamos profissionais cada vez mais preparados para atender a sociedade.

> "O deputado federal Marcos Rogério (PDT/RO) participou nesta quinta-feira (30) da formatura da 4ª turma de informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia (IFRO), campus Ji-Paraná. O parlamentar, que foi convidado a ser patrono da turma, abordou em seu discurso a importância dos especialistas na área da informática para a sociedade atual. Com os avanços tecnológicos constantes e o público brasileiro cada vez mais exigente, precisamos profissionais preparados para nos atender", declarou o deputado". (Defendendo princípios. Garantindo direitos [DpGd], 2014, p. 01).

Neste mesmo sentido, o reitor Écio Naves Duarte, juntamente com a sua equipe gestora, entre eles pró-reitores e diretores, ao traçarem o plano de desenvolivimento institucional do IFRO para os anos 2014 a 2018, avaliaram a importância do Campus Ji-Paraná para o desenvolvimento da cidade e da região.

Analisando deste ponto de vista, a formação técnica oferecida pelo IFRO em Ji-Paraná, tem sido fundamental não só para o desenvolvimento local, mas também para atender

demandas de cidades circunvizinhas, entre elas Cacoal, que recebeu um Campus avançado, que funciona como extensão do Campus Ji-Paraná. A criação de mais um polo pelo IFRO, viabilizava o programa do governo federal ao propor a expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia por todo Estado, demonstrando a importância que os cursos técnicos tinham não só para o desenvolvimento de Ji-Paraná, mas para outras cidades da redondeza. De acordo com o plano de desenvolvimento institucional, "Essa extensão do câmpus Ji-Paraná foi fundamental para atender à demanda de interesses e necessidades de Cacoal e ao mesmo tempo viabilizar a expansão do IFRO". (IFRO, 2014; p. 22).

Com a implementação do Campus em Ji-Paraná, vários eventos foram realizados em parceria com os munícipes, procurando conscientizar a comunidade estudantil para com o meio ambiente de forma sustentável, temas estes repassados aos alunos nos cursos Técnicos oferecidos pelo IFRO no desenvolvimento da cidade e da região. De acordo com o Departamento de Comunicação Municipal (DECOM), ocorrido no envento realizado no Campus Ji-Paraná, intitulado mês do meio ambiente, a reponsabilidade de preservar é nossa, a sercretária de educação do município Kátia Casula e o prefeito de Ji-Paraná, Gesualdo Pires ressaltaram a importância de conciliar o desenvolvimento educacional com a sustentabilidade.

> "Para Kátia Casula, secretária municipal de Meio Ambiente, existe uma grande importância na escolha deste tema, uma vez que a sociedade precisa se sensibilizar para melhorar a qualidade de vida. "São ações simples, mas que fazem toda diferença, como a coleta de lixo separada, não provocar queimadas. A nossa ideia é criar multiplicadores da sustentabilidade*",* afirmou. "Eventos como este são muito importantes para trabalhar a conscientização dos alunos. Temos que formar conceitos de sustentabilidade nos jovens. Tenho certeza que esses alunos serão multiplicadores desta ideia e irão contribuir para um mundo com melhores práticas ambientais, ressaltou". **(**ASCOM, 2015, p. 01).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia, por meio do Campus Ji-Paraná tem atuado no desenvolvimento da cidade, por meio de projeto com outras instituições de ensino. No intuito de compartilhar o conhecimento com outras instituições educacionais, em prol do bem estar da população, o IFRO lança o projeto de Inclusão Digital. De acordo com portal de notícias da instituição de ensino,

> "o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia, Campus Ji-Paraná, lançou o "Projeto de Inclusão Digital ― Informática Básica", em parceria com a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jandinei Cella, localizada na cidade de Ji-Paraná. A ideia considera as responsabilidades sociais e a importância do Instituto no contexto social em prol do bem-estar da população; considera ainda que a alfabetização digital é tão importante e necessária quanto a alfabetização da educação básica". (IFRO, (s.d.), p. 01).

Prosesseguindo a análise do quadro oito, sobre a importância dos cursos técnicos oferecidos pelo IFRO no desenvolvimento da cidade e da região, dois dos dezoito entrevistados, que representa mais de onze por cento dos investigados, responderam que o ensino técnico oferecido não é importante para o desenvolvimento da cidade e da região, mesmo levando em conta os benefícios ofertados pela instituição de ensiono. Cabe dizer, que dos alunos formados no Campus Ji-Parraná, centenas deles já estão atuando no mercado de trabalho, ora utilizando a qualificação adquirida em sua área de formação, ora ocupando outras áreas. Neste mesmo sentido, três dos dezoito entrevistados, o que equivale a mais de dezesseis por cento dos que participaram da investigação, optaram por não responder ao que foi perguntado.

O quadro seguinte busca saber dos participantes da investigação se eles se disponibilizam em fazer novas entrevistas, assim como se disponibilizaram a responder o questionário apresentado, no intuito de aprofundar o tema em debate, ou seja, a atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia: o caso Ji-Paraná desde 2008.

Entrevistas: QUADRO 09

CATEGORIA	RESPOSTAS
- Disponibilização para fazer novas entrevistas para aprofundar a investigação.	1- Dezesseis dos dezoito entrevistados responderam que estariam à disposição para novas entrevistas. 2- Dois dos dezoito investigados respoderam não estar dispostos a participarem de novas entrevistas para aprofundar a investigação.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Dos dezoito entrevistados, dezesseis deles, o que correponde a pouco mais de oitenta e oito por cento dos participantes disseram estar disponíveis a participar de novas entrevistas para

melhor aprofundar a investigação. Acredita-se que os participantes que se disponibilizaram a participar de entrevistas, sejam aqueles que ainda encontram-se atuando diretamente no processo de expansão do IFRO, no Estado de Rondónia.

Por outro lado, dois dos dezoito participantes da investigação respoderam não estar dispostos a participarem de novas entrevistas para aprofundar a investigação, talvez porque já tenham deixado o quadro de servidores, ou até mesmo deixado de atuar na vida política por motivos de aposentadoria, não tendo mais interesse em aprofundar o assunto em questão, ou seja, atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia: o caso Ji-Paraná desde 2008.

Capítulo 4 – Considerações Finais

Ao colocar em discussão, as políticas públicas educacionais, na perspectiva da filosofia política, desenvolvidas no Brasil, ao longo da sua história, foi possível observar que, a atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores, tem sido ajustado gradualmente e de acordo com as necessidades do mercado.

Considerando que as políticas públicas educacionais e as modalidades de ensino da educação brasileira implementadas no país, ou seja, o ensino básico, ensino médio e o ensino técnico e tecnológico, pode-se dizer que desde a colonização, o poder público tem pensado na educação minimamente, de um modo geral.

Acredita-se que, por se tratar de um país em processo de colonização, onde havia escassez de indústrias, a preocupação em formar força de trabalho especializada não parecia ser o objetivo da classe governante. Neste sentido, ao ler a história da educação brasileira, nota-se que, para os governantes, bastava ensinar ao povo, as primeiras letras, ou assinar o nome, restando aos os filhos da elite uma educação de melhor qualidade. Com dificuldades para obter bons professores para os filhos destes, a Igreja que se encontrava alida ao poder monárquico, assumiu a função de educar os filhos dos nobres e senhores que controlavam a sociedade. Com o passar dos séculos, a nação brasileira crescia e se desenvolvia, económica e politicamente, sendo necessária a implementação do ensino com melhor qualidade para o povo, tendo em vista a necessidade de formar mão-de-obra qualificada para atuar na indústria. Conforme Ciavatta,

> "com a industrialização, acentuou-se, porém, a necessidade de se preparar as pessoas para a produção, predominando a função profissionalizante desse nível de ensino, apesar da permanente tensão com sua função propedêutica. Por força da pressão dos setores populares organizados, ao longo dos anos 1950, aprovaram-se as Leis de Equivalência entre os cursos técnicos e o ensino secundário ou médio – parciais em 1950, 1953, 1959 e plena com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB – Lei nº 4.024/1961. CIAVATTA, 2009." (Ciavatta & Ramos, 2014, p. 01).

Ao tratar das políticas públicas educacionais, Fonseca dá conta que, movida por interesses económicos, as políticas públicas educacionais brasileiras são colocadas em debate por líderes políticos, na figura do presidente da república, propondo melhorias no sistema de

formação dos trabalhadores, haja visto a necessidade em capacitar técnicos que atuassem nas indústrias nascentes, tornando-se destaques a nível nacional e internacional.

> "O governo democrático de Kubitschek, eleito para o período 1956-1961, deflagrou uma política de desenvolvimento sistematizada no chamado programa de metas. A educação foi incorporada ao programa com o propósito de preparar pessoal técnico para a implementação das indústrias de base. Nesse período, a vinculação entre educação e economia ganhou destaque internacional pela emergência da teoria do capital humano e do enfoque de mão-de-obra (man-power approach). Tal enfoque é um método de planejamento que consiste em determinar as metas de um plano de educação, com base na demanda do mercado de trabalho, especialmente quanto ao perfil e ao quantitativo de trabalhadores. Articula-se com a teoria do capital humano, segundo a qual o desenvolvimento dos recursos humanos pelo sistema educacional é um requisito essencial para o crescimento econômico dos países.". (Fonseca, 2009, pp. 157-158).

Entende-se que, em se tratando de políticas públicas educacionais a nível de Brasil, o governo federal, a partir do governo de Jucelino Kubitschek, tenha prosseguido investindo na formação técnica dos trabalhadores. No intuito de implementar a formação técnica dos trabalhadores do Brasil, a política tornou-se elemento inovador para estruturar a organizar a sociedade, atuando como via de discussão e transformação entre a classe política e os trabalhadores. Tornando-se uma forma de poder, a política, força motriz capaz de modificar a realidade de um povo, ao menos do ponto de vista da formação técnica, formação que dá ao cidadão, o mínimo de preparo para entrar no mundo do trabalho.

A iniciativa do governo Jucelino Kubitschek, tinha como meta formar trabalhadores para manter a estrutura económica brasileira em funcionamento e em expansão, no entanto, de acordo com Fonseca, os intelectuais reunidos no fórum internacional no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), saíram em defesa de políticas públicas que pensassem não somente na formação técnica única e exclusivamente a serviço do desenvolvimento, mas levar o educando a refletir sobre as questões políticas ideológicas da nação.

> "Os intelectuais reunidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dedicado ao estudo das ciências sociais, contrapunham uma alternativa social ao enfoque econômico defendido nos fóruns internacionais. Para eles, a educação não

> deveria reduzir o saber exclusivamente a assuntos de natureza técnica e a serviço de um projeto de desenvolvimento. Deveria abrir a percepção do educando para compreender as condições políticas e ideológicas com que se defronta e prepará-lo para o empenho coletivo de superação do estado de atraso do país (Baia Horta, 1982)". (Fonseca, 2009, p. 158).

Embora defendendo ideias políticas que não fossem meramente impulsionadas para o campo da formação técnica, atendendo aos anseios da economia. Fonseca, relata que o investimento do governo federal nas políticas públicas deu continuidade ao projeto educacional proposto por Jucelino Kubitschek em 1956, perpassando o governo militar entre os períodos 1963-1965, adequando a educação à realidade brasileira.

Nos anos 70, as políticas educacionais ajustaram-se à estrutura da reforma administrativa e ao modelo de crescimento praticado no país, atendendo às políticas internacionais, entre eles, o Banco Mundial, um dos parceiros mais influentes, nas políticas nacionais. Torna-se notável, que, mesmo o governo federal investindo na educação, o período entre os anos 1970-1990, conhecido como Nova República, continuava o déficit na formação de trabalhadores. Visando discutir as políticas educacionais, foi debatido "o Plano Setorial de Educação e Cultura para o período 1986-1989 integrou-se ao I Plano de Desenvolvimento da Nova República." (Fonseca, 2009, p. 164), com o objetivo de superar o déficit educacional. Neste mesmo período, o Ministério da Educação e Cultura, juntamente com o Banco Mundial, procurava cumprir três metas propostas nas Conferências Nacionais de Educação anteriormente proposta, entre eles, "um para as escolas técnicas industriais e agrícolas (EDUTEC) e dois para o ensino fundamental (EDURURAL e Monhangara), executados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste". (Fonseca, 2009, p. 164). Mesmo assim, ainda havia falta de formação profissional no Brasil, uma vez que o governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente que cumpriu dois mandatos, entre os anos de 1995-2002, deixou de priorizar a formação técnica (Fonseca, 2009, pp. 153-173).

Verificava-se que as políticas públicas educacionais, oscilavam no cenário político nacional, bastando observar que para alguns presidentes da república brasileira, o investimento na formação técnica profissional não era vista como prioritária. Por outro lado, à que referir que nas últimas duas décadas, o poder público federal procurou atuar de forma efetiva na formação técnica a nível nacional e regional. Ao instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologica em

todo o Brasil, em especial o IFRO, por meio da lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, inciso XXXII, compreendendo ser de suma importância investir em políticas públicas educacionais para a formação técnica dos trabalhadores.

Com a implementação do IFRO, no Estado, a população rondoniense passa a ter maior acesso à formação profissional. Com abertura de novas vagas na rede técnica de ensino, o governo federal oferece à população rondoniense, novas oportunidades de qualificação para formação humana e ao mesmo tempo melhor preparação para o mercado de trabalho. O aumento de escolas técnicas na região, faria com que houvesse maior número de vagas para atender aos que buscassem a educação técnica na região. Uma vez formados, novos profissionais com melhor qualificação estariam à disposição do mercado de trabalho. A melhor qualificação por sua vez, impacta diretamente na melhor produção e na formação humana, trazendo dignidade àqueles que se encontravam com poucas oportunidades em buscar um ensino técnico de qualidade, revolucionando a educação técnica profissionalizante em Rondónia. Para o senador da república em exercício, Valdir Raupp, representante do Estado de Rondónia no senado federal da república,

> "a expansão da rede federal de escolas técnicas em vários municípios rondonienses significa uma revolução na educação técnico-profissionalizante do estado, segundo afirmou o senador Valdir Raupp, durante o Seminário destinado a debater a Educação Profissionalização e Tecnológica ocorrido nesta segunda-feira (31), em Porto Velho". (Rondoniagora, 2009, p. 01).

Com a atuação do poder público federal na expansão dos IFs pelo Brasil, novos espaços surgiram para que o IFRO fosse implementado em Rondónia, passando a desenvolver atividades educacionais voltadas ao ensino técnico dos trabalhadores, preparando-os para atender as demandas regionais. Com pouco mais de três anos de implementação e dois anos de efetivo funcionamento, a Instituição de Ensino já se encontrava alinhada com o programa de expansão do governo federal, participando de debates sobre as direções que deveriam ser tomadas no ensino profissionalizante no país e em Rondónia. O encontro de representantes ocorridos em Pernambuco no fim do ano 2010, contou com a participação de reitores dos estados brasileiros, entre eles, Raimundo Vicente Jimenez, reitor do IFRO. Ao iniciar o evento, destaca-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional reestruturada em território brasileiro, e o papel dos institutos federais como condutor do desenvolvimento econômico e

educacional do país, na infraestrutura e na formação de docentes e técnicos que atuarão na educação profissional. De acordo com o portal de notícias do IFRO,

> "o destaque na abertura do evento foi a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a construção de 214 escolas. Outro tema dominante foi o papel dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia como vetor para o desenvolvimento do país. "Vivenciamos um marco histórico no ensino técnico. É a maior expansão já ocorrida durante os cem anos de rede federal", disse o coordenador de gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação, Alexandre Vidor. "Não falo só de infraestrutura, mas de novos docentes e técnicos e no aporte de recursos investidos", destacou. "Isso não pode e não vai parar." (IFRO, 2010, p. 01).

A discussão proposta neste trabalho procurou compreender como os participantes avaliavam a atuação do poder público federal com relação à formação técnica dos trabalhadores em Rondónia. Considerando que o IFRO, tenha sido implantado em 2008, entrando em efetivo funcionamento em Ji-Paraná no ano de 2009, acredita-se que a instituição de ensino tenha demonstrado resultados positivos, uma vez que os jovens trabalhadores tenham sido formados, contribuindo com o desenvolvimento da região e do país. De acordo com o reitor Raimundo Vicente Jimenez, 70% dos estudantes que passaram pelos Campi de Colorado do Oeste e Ji-Paraná, já se encontravam atuando na sua área de formação. O reitor afirmou que outros Campus estavam em construção no Estado, e que em breve passarão ao atendimento público. Ainda de acordo com Jimenez, a implementação dos Campus pelo Estado de Rondónia, e a oferta de uma educação pública de qualidade que vai do ensino básico ao ensino superior, vem saldar uma dívida do país com Rondónia. Segundo ele,

> "Rondónia está recebendo uma rede de Educação Tecnológica de relevância histórica, que tem formado gerações de jovens trabalhadores, deste modo contribuído para o desenvolvimento sustentável do país", ressalta o reitor do Instituto, professor Raimundo Vicente Jimenez. Os números demonstram que 70% dos egressos dos cursos oferecidos pela Rede estão atuando na sua área de formação. Rondónia conta hoje com dois campi em funcionamento, o de Colorado do Oeste e o de Ji-Paraná. Estão em construção os campi de Vilhena, Ariquemes e Porto Velho, que começarão a atender no próximo ano. "O país tinha uma dívida com Rondónia, esta dívida agora é sanada com esses cinco campi que vão fornecer educação pública, da educação básica

> ao ensino superior, com a qualidade que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica historicamente oferece há 100 anos", afirma o reitor Raimundo Jimenez. (IFRO, (s/d), p. 01).

Vale ressaltar que o Reitor Raimundo Vicente Jimenez, ao proferir tal declaração, o IFRO encontrava-se instalado em apenas duas cidades, sendo elas Colorado do Oeste e Ji-Paraná, deparava-se nesta ocasião com uma realidade nascente, onde as primeiras turmas de formandos deixavam a instituição de ensino em busca de trabalho. Ramos, ao investigar a educação profissional no instituto federal de Rondónia, com foco no Campus de Ji-Paraná, propõe analisar os limites objetivos para a inclusão socioprofissional de seus ingressos. Após a análise dos dados colhidos com os ingressos, a autora constata que ao menos na cidade de Ji-Paraná, considerada a segunda maior cidade de Rondónia, os ingressos de uma turma do curso de informática, na modalidade subsequente, que ingressaram no curso em 2009 e concluíram seus estudos em 2012, em sua maioria encontravam-se atuando no mercado de trabalho na região, mas não se encontravam atuando em suas respectivas áreas de formação. De acordo com Ramos,

> "os dados revelam que a real inserção no mercado de trabalho dos egressos é escassa, tais dados acabam por confirmar o aspecto demagógico e extremamente retórico que justifica a criação e expansão dos Institutos Federais. Os dados de seleção e ingresso nos cursos quanto à renda familiar e à proveniência escolar (ensino público ou privado) tabulados a partir de questionários aplicados no ato da matrícula pelo Instituto Federal, Campus Ji-Paraná, apontam para resultados que corroboram, em certo sentido, os dados relativos aos egressos". (Ramos, 2013, p. 105).

Não se pode negar que com a chegada do Instituto Federal em Rondónia, a formação de trabalhadores tenha tido melhoras consideráveis, e que muitos dos que passaram pela instituição, de modo especial em Ji-Paraná, encontram-se atualmente no mercado de trabalho, talvez não estejam atuando na sua área de formação, mas encontram-se inseridos no mercado de trabalho local e regional.

Considerando que o corpo docente presente no IFRO, composto em sua maioria de mestres e doutores, que atuam na sua área de formação, acredita-se que o conhecimento adquirido pelos estudantes que por ali passaram, se encontrem melhor preparados para ingressar no mercado de trabalho, em processos seletivos, ingresso em universidades, bem

como prepará-los melhor para concursos, legitimando a tese de que a atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia: o caso Ji-Paraná desde 2008, tem sido eficaz, levando a crer que "O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira". (Otranto, 2010, p. 01).

Pode-se dizer que as políticas públicas educacionais desenvolvidas no IFRO, por meio do governo federal, encontram-se inseridos na investigação realizada pela fundação Getúlio Vargas, ao afirmar que aqueles que concluiram uma formação técnica tem maior possibilidade de ingressar no mercado de trabalho, e obter maiores salários.

> "Segundo investigação recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ter formação profissional aumenta em 48% as chances de um indivíduo em idade ativa ingressar no mercado de trabalho. O estudo "A educação profissional e você no mercado de trabalho" também constatou que os salários daqueles que têm um curso profissionalizante são até 12,94% mais altos e é de 38% a probabilidade de se conseguir um trabalho com carteira assinada, em confronto com candidatos com escolaridade inferior. De acordo com informações do MEC, a investigação da FGV reforça um estudo anterior, feito com estudantes egressos da rede federal de educação profissional. O levantamento, divulgado em 2008, demonstrou a empregabilidade de 72% dos técnicos de nível médio formados de 2003 a 2007 pelos institutos federais". (IFRO, 2011, p. 01).

Diante dos dados coletados, este investigador conclui que é notória a atuação do poder público federal em Rondónia, mais concretamente, na cidade de Ji-Paraná, onde tem proporcionado formação técnica dos trabalhadores, tendo em vista as conquistas alcançadas em pouco menos de uma década de efetivo funcionamento. Pode-se dizer, que os participantes da investigação em questão, ao se deparar com as indagações propostas mediante questionário e entrevista, não deixaram dúvidas, que a atuação do poder público federal na formação técnica dos trabalhadores no Estado de Rondónia, encontra-se a passos lentos, se comparada a outras regiões do Brasil.

Por fim, cabe dizer que a investigação sobre a atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores em Rondónia: o caso Ji-Paraná desde 2008, ao debruçar sobre o tema, procurou contribuir na discussão sobre a importância do poder público federal na formação dos trabalhadores no Estado de Rondónia.

Ao propor a investigação, e tomar como linha de pesquisa a Ciência Política Cidadania e Governação, este investigador questionou, o que um estudo de Ciência Política tem a contribuir ao se ocupar de tal ofício? É válido lembrar que foi com base neste questionário nas aulas do curso de mestrado que suscitou este tema. A atuação do poder público federal para a formação técnica dos trabalhadores de Rondónia, o caso de Ji-Paraná desde 2008, encontrava-se diretamente ligado ao cenário político, local, regional e nacional, tendo em vista a implementação e expansão da rede federal de ensino no Estado de Rondónia.

Foi através da Ciência Política que se abriu a discussão sobre o poder e a sua importância na vida dos seres humanos, de maneira especial, no campo político, compreendendo que só é possível constituir um Estado, dando aos homens direitos e deveres de pensarem a política, e por meio dela, instituir políticas públicas, ou seja, ações específicas que possam modificar a realidade local, regional ou nacional, tornando mais digna à vida do cidadão, como é o caso da formação técnica oferecida pelo poder público federal ao povo brasileiro, de modo especial aos rondonienses.

Partindo deste pressuposto pode-se dizer que, ao trazer para o centro da discussão a Ciência Política - Cidadania e Governação, foi possível constatar que, se tem falado de políticas públicas para a formação técnica dos trabalhadores, nomeadamente no Estado de Rondónia que se encontra presente nos projetos desenvolvidos pelo Governo Federal, tendo maior ênfase a partir do ano 2008, período em que ocorreu a expansão da rede de ensino. Com os resultados alcançados, é possível dizer que políticas públicas básicas para a formação téncnica foram implementadas em Ji-Paraná e Região, cabendo aos próximos políticos e gestores, a incumbência de continuarem atuando no aperfeiçoamento do projeto implantado pelo poder público federal no Estado desde o ano 2008.

Bibliografia

Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de filosofia.* São Paulo: Martins Fontes.

Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I.* Belo horizonte: Editora UFMG.

Akkari, A. (2011). *Internacionalização das políticas educacionais: transformações e dessa-fios.* Petrópolis: Vozes.

Alencar, F. L. (2012). *A política religiosa da monarquia inglesa sob Jaime I e a crítica de Francisco Suárez na Defensio Fidei (1613).* Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Almeida, M. A. B., Silva, A. S., & Corrêa, F. (2012). *Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar.* São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

Amaral, D. F. (1994). *Ciência Política*. Lisboa: Livraria Almedina.

Amaral, D. F. (1998). *História das Ideias Políticas*. Coimbra: Livraria Almedina.

Aristóteles. (1985). *Política.* Brasília: Universidade de Brasília.

Aristóteles. (1991). *Tópicos; Dos argumentos sofísticos/Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultura.

Assis, R. M.(2012). *A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos.* Viçosa: Educação em Perspectiva.

Azambuja, D. (1982). *Introdução à Ciência Política*. Porto Alegre: Globo.

Azambuja, D. (2008). *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Globo.

Bendrath, E. A., & Gomes, Alberto Albuquerque. (2010). *Intermeio: revista do programa de pós-graduação em educação.* Campo Grande, MS.

Blackburn, S. (1997). *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Blackburn, S. (2008). *A República de Platão: uma biografia.* Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

Bobbio, N. (1997). *Os intelectuais e o poder: duvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP.

Bobbio, N. (2000). *Dicionário de política.* Brasília: Universidade de Brasília.

Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política I Norberto Bobbio.* Brasília: Universidade de Brasília.

Bomeny, H. M. B. (1999). *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Bonavides, (s/d). *Ciência política.* Paulo: Editorial Ltda.

Bourdieu, P. (1989) *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados.

Brasil. Decreto-Lei nº 12.513/2011 de 26 de outubro. *Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).* Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei nº 5.692/1971 de 11 de agosto. *Lei de Diretrizes de Bases*. (LDB). Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. 8.948/94 de 08 de dezembro. *Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras Providências* (DISNETP). Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. Nº 11.195/ 2005 de 18 de novembro. *Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994*. Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. Nº 11.195/2005 de 18 movembro. *Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994*. Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. nº 11.534/2007 de 25 de outubro. *Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.* Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. nº 11.892/2008 de 29 de dezembro. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências* (IRFEPCTIFECT). Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. Nº 2.208/997 de 17 de abril. *Regulamenta o § 2 º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. Nº 5.452/1943 de 1º de maio. *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho* (ACLT). Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. Nº 6.096/2007 de 24 de abril. *Institui o Progrma de Apoio a Planos de Reestruturação e Expensão das Universidades Federais* – REUNI (IAPREUF). Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. Nº 6.096/2007 de 24 de abril. *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT).* Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. nº 9.394/1996 de 20 de dezembro. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN). Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Brasil. Decreto-Lei. Nº 9.649/1998 de 27 de maio. *Dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras Providências* (DOPRMP). Brasil: Presidência da República Casa Civil.

Campos, F., & Miranda, G. R. (2005). *A escrita da história.* São Paulo: Editora Escala Educacional.

Cappelle, M. C. Alves., Melo, M. C. O. L., & Brito, M. J. (2005*). Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações.* Lavras: Organizações Rurais & Agroindustriais.

Chaui, M. (2000). *Convite à Filosofia.* São Paulo: Ática.

Cordiolli, M. A. (2011). *Sistemas de Ensino e políticas educacionais no Brasil*. Curitiba: Ibpex.

Cóssio, M. F. (2010). *Democracia neoliberal e globalização: triunfo, resistência e alternativas.* In: Aula no Curso de Especialização em Educação-Universidade Federal de Pelotas.

Escola Superior do Ministério Público da União. (2003). *Boletim Científico.* Brasília: SMPU.

Fausto, B. (1996). *História do Brasil*: São Paulo: Edusp.

Ferreira, J. (2008). *Bíblia Sagrada.* São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

Ferreirinha, I. M. N., & Raitz, T. R. (2010). *As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas.* Rio de Janeiro: RAP.

Fonseca, C. S. (1961). *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica.

Fontoura, L. (2006). *O poder na relação externa do estado. A equação de cline.* Lisboa: Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade.* São Paulo: Martins Fontes.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2001). *Política e Educação*. São Paulo: Cortez.

Frigotto, G. (1986). *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

Gentile, P. (1996). *Mentiras que parecem verdades: argumentos neoliberais sobre a crise educacional. A construção de "verdades".* Brasília: Revista da Educação AEC.

Hobbes, T. (2003). *Leviatã.* São Paulo: Martins Fontes.

Junior, H. F. (s/d). *A Idade Média e o Nascimento do Ocidente.* São Paulo: Colégio Luiza de Marillac.

Krausz, R. R. (1991). *Compartilhando o poder nas organizações.* São Paulo: Nobel.

Leite, U.T. (2015). *Comunicação apresentada na Reunião Interna do Campus Ji-Paraná, visão ponorâmica do Instituto Federal de Rondónia.* Brasil: Rondónia.

Manacorda, M. A. (2006). *História da educação: da antiguidade aos nossos dias.* São Paulo: Cortez.

Maquiavel, N. (1944). *O príncipe*. São Paulo: Atena.

Marshall, T. H. (s/d). *Cidadania e classe social*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 57- 114.

Marshall, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status.* Rio de Janeiro: Zahar, pp.63 e 64.

Marx, K. (1978). *Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.

Mészáros, I. (2011). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução. São Paulo: Boitempo.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia [MESEPTFECTB]. (2013). *Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2014-2018*. Brasil. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Moraes, J. G. V. (2005). *História: geral e Brasil.* São Paulo: Atual.

Moreira, A., Bugallo, A., & Albuquerque, C. (1978). *Legado político do ocidente o homem e o estado.* Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL

Oliveira, L. (2012). *Religião, política, poder e cultura na América Latina.* São Leopoldo: Escola Superior de Teologia.

Parecer nº 16/1999 de 25 de junho. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Níve Técnico* (DCNEPNT). Brasil: Conselho Nacional de Educação.

Paviani, J. (2003). *Platão & a República.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Pierro, M. C., & Haddad, S. (2000). *Escolarização de jovens e adultos.* Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação.

Platão. (1979). *Diálogos.* São Paulo: Abril Cultural.

Pogrebinsch, T. (2004). *Identidade e igualdades em conflito***.** Revista de Cultura e Política. Nº 63. São Paulo: Lua nova.

Quirino, C. G., Vouga, C., & Brandão, G. M. (2004). *Clássicos do pensamento político.* São Paulo: Universidade de São Paulo.

Roberto, S. V. (2009). *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Paulo: UFSCar.

Romanelli, O. O. (1998). *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Rousseau, J-J. (1996). *O contrato Social*. São Paulo: Martins Fontes.

Rousseau, J-J. (2001). *Discurso sobre a origem da desigualdade*. Brasil: Ridendo Castigat Mores.

Senne, W. A. (2009). *Educação, política e subjetividade.* Salvador: EDUFBA.

Silva, C. J. R., Vidor, A. M., Pacheco, E. M., & Pereira, L. A. C., (2009). *Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões.* (Texto no prelo).

Smith, A. (2007). *Riqueza Das Nações.* São Paulo: Paz e Terra.

Sobral, F. J. M. (2005) *A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense*. Campinas: UNICAMP.

Souza, C. (2006). *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias: Porto Alegre.

Tostes, A. P. B. (2004). *Identidade e igualdades em conflito*. Revista de Cultura e Política. São Paulo: Lua nova.

Tragtenberg, M. (2005). *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: UNESP.

Weber, M. (1968). *Ciência e Política duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

Webgrafia

Afonso, A. J. (2001). *Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional.* Educação & Sociedade. Retirado a 19 de setembro, 2015, em www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf

Alves, A. R. C. (2010). *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe.* Lua Nova: São Paulo. Retirado a 08, de maio, 2016, em http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf

Amaral, S. R. R. (s/d). *Políticas Públicas para o livro didático a partir de 1990: o PNLD e a regulamentação das escolhas do professor.* Londrina. Retirado a 20, de setembro, 2015, em http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao /pages/arquivos/anais/2012/ anais/politicaseducacionais/politicaspublicaparaolivrodidatico.pdf

ASCOM. (2015). *Prefeitura incentiva ações sustentáveis durante o mês do meio ambiente.* Rôndonia. Retirado a 18 de fevereiro, 2016, em http://www.ji-parana.ro.gov.br/layout2013/noticia.php?id=2140

Baracho, E. (2013). *Técnicos comemoram conquista do diploma no câmpus ji-paraná*. Retirado a 25 de março, 20115 em ttp://www.newsrondonia.com.br/noticias/tecnicos+comemoram+conquista+do+diploma+no+campus+ji+parana/29630#sthash.NmgnCZ35.dpuf

Barroso, J. (2005). *O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação & Sociedade.* Campinas. Retirado a 08 de setembro, 2015, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300002 &lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Retirado a 18 de outubro, 2015, em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf

Brasil. (2000). *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)* (PCN). Retirado a 18 de outubro, 2015, em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf

Brasil. (2007). *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica* (CRFEPT). Brasil: Ministério da Educação. Retirado a 19 de outubro, 2015, em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

Brasil. (2007). *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao ensino médio.* Brasília. Retirado a 20 de setembro, 2015, em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

Brasil. (2007). *Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. PRADIME: programa de apoio aos dirigentes municipais de Educação. Marcos Legais da Educação Nacional/Ministério da Educação* (MESEB). Retirado a 17 de outubro, 2015, em *portal.mec.gov.br/docman/marco-2010-pdf/4249-volume-02-final*

Brasil. (2009). *Histórico da Educação Profissional – Ministério da Educação.* Presidência da República Casa Civil. Retirado a 18 de outubro, 2015, em portal.mec. gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_...

Brasil. (2009). *Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes e Políticas da Educação Profissional e Tecnológica: 2003-2010* (MESEPTDPEPT). Retirado a 20 de setembro, 2015, em http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_Concepcoes_Diretrizes.PDF

Brasil. (2010). *Ministério da Educação Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica* (MECRFEPT). Retirado a 20 de setembro, 2015, em portal.mec.gov.br/.../abril.../4696-relatoriodegestao2009-setec-versaofinal-... Brasí lia.

Brasil. Decreto Lei nª 8.731/93 de 16 de novembro. *Reitoria do Instituto Federal de Rondónia* (RIFRO). Retirado a 19 de outubro, 2015, em http://www.ifro.edu.br/site/?page_id=3095

Brasil. Decreto-Lei complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981**.** *Cria o estado de Rondónia, e dá outras providências.* Retirado a 28 de fevereiro de 2016, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp41.htm

Brasil. Decreto-Lei. nº 11.769/2008 de 18 de agosto. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica*. Brasil: Presidência da República Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm

Brasil. Decreto-Lei. Nº 3.552/1959 de 16 de fevereiro. *Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.* Retirado a 19 de outubro, 2015, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3552.htm

Brasil. Decreto-Lei. Nº 5.622, de 19 de dezembro. *Regulanta o art. 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da eduação nacional.* Retirado em http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf

Brasil. Decreto-Lei. nº 7.566/1909 de 23 de setembro. *Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito.* Brasil. Retirado a 18 de outubro, 2015, em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf

Brasil. Diário Oficial da União. (2009). *Página 15. Seção 2. 12/03/2009.* Retirado a 25 de outubro de 2015, em http://www.jusbrasil.com.br/diarios/536849/pg-15-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-03-2009

Brasil. Diário Oficial da União. (2013). *Ministério da Educação, portaria Nº 404 - Art. 1.* Retirado a 25 de outubro de 2015, em http://www.rondoniadinamica.com/uploads/portaria.pdf

Brasil. Parecer n° 853/71, de 12 de novembro. *Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei 5.692.* Retirado a 12 de outubro, 2015, em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_ Militar/parecer%20n.%20853-1971%20n%FAcleo%20comum%20para%20os%20c urr%EDculos....pdf

Ciavatta, M., & Ramos, M,. (2012). *A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres.* Revista Brasileira de Educação. Retirado a 19 de setembro, 2015, em www.redalyc.org/pdf/275/27522482002.pdf

Conselho Superior do IFRO [CSI]. (2013). *Eleições 2013 Consup*. http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&Itemid=15

Dalberio, M. C. B. (2009) *Neoliberalismo, políticas educacionais e gestão democrática na escola pública de qualidade.* São Paulo: Paulus. Empresa Brasileira de Comunicação. (2014). *IBGE atualiza área oficial de municípios, estados e regiões do Brasil;* Brasília. Retirado a 14 de fevereiro de 2016 em www.ebc.com.br/.../brasil/.../ibge-atualiza-area-oficial-de-municipios-est..

Defendendo princípios. Garantindo direitos, [DpGd]. (2014). *Marcos Rogério prestigia formatura do IFRO em Ji-Paraná.* Retirando a 25 de março de 2016, em http://depmarcosrogerio. com.br/noticias/marcos-rogerio-prestigia-formatura-do-ifro-em-ji-parana/

Demo, P. (2007). *Escola de tempo integral.* UnB. Brasília. Retirado a 13 de março, 2016 em http://teiaufmg.com.br/wp-content/uploads/2014/07/ESCOLA-DE-TEMPO-INTEG RAL.pdf

Departamento de Comunicação Municipal [DECOM]. (2015). *Prefeitura incentiva ações sustentáveis durante o mês do meio ambiente.* Retirado a 25 de março, 2016 em http://www.ji-parana.ro.gov.br/layout2013/noticia.php?id=2140

Frigotto, G., Maria, C., & Marise. R. (2005). *A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido.* Campinas: Scielo. Retirado a 20 de setembro, 2015, em http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000300017

Frigotto, G., Maria, C., & Marise. R. (2005). *A Política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido.* Campinas: Educação e Sociedade. Retirado a 20 de setembro, 2015 em www.redalyc.org/pdf/873/87313714017.pdf

G1 Rondónia. (2012). *Dez primeiras escolas com melhores notas no Enem em RO são privadas.* Rondónia. Retirado a 11 de março, 2015, em g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/11/dez-primeiras-escolas-com-melhores-not as...

Gonçalves. M. (2013). *Pronatec: 4 milhões de matrículas nos cursos técnicos e de qualificação profissional.* Retirado a 08 de setembro, 2015, em http://café.ebc.com.br/cafe/arquivo/pronatec-1

Guedes, R. (2016). Acir trabalha pela educação e valorização dos professores. *Retirado a 15 de março, 2016, em http://acirgurgacz.blogspot.com.br/2012/10/acir-trabalha-pela-educacao-e.html*

Henrique, R., Marangon, A., Delamora. M., & Chamusca, A., (2007). *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília. Retirado a 20 de setembro, 2015, em www.red-ler.org/educacaocampo.pdf

História do Sistema "S". (2016). *Confederação nacional do comércio de bens, serviços e turismo – CNC. Brsil.* Retirado a 15 de fevereiro de 2016, em http://livrozilla.com/doc/545302/hist%C3%B3ria-do-sistema--s-?mode=scroll

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2015). *Rondónia Ji-Paraná.* Retirado a 25 de março de 2016, em http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=110012&search=rondo nia|ji-parana|infograficos:-historico

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia [IFRO]. (2015). *Histórico.* Retirado em 21 de outubro de 2015 em http://www.ifro.edu.br/site/?page_id=584

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia [IFRO]. (2015). *Cursos.* Retirado a 31 de outubro em http://www.ifro.edu.br/site/?page_id=3233

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia [IFRO]. (2016). *Mais de cem novos profissionais colam grau no IFRO.* Retirado a 25 de março de 2016, em http://www.ifro.edu.br/site/?p=45459

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia [IFRO]. (2016). *Alunos do IFRO são classificados para a Olimpíada Norte/Nordeste de Química.* Retirado a 25 de março em 2016, em http://www.ifro.edu.br/site/?p=44611b

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia [IFRO]. (s/d). *Atletas do IFRO se destacam nos Jogos Escolares de Ji-Paraná.* Retiado a 25 de março de 2016, em http://www.ifro.edu.br/site/?p=16477

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia [IFRO]. (s/d). *Educação a Distância.* Retirado a 24 de março de 2016 em http://www.ifro.edu.br/site/?page_id=13163

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia [IFRO]. (s/d). *Inclusão Digital no IFRO — Campus de Ji-Paraná.* Retirado a 25 de março de 2016, em http://www.ifro.edu.br/site/?p=954

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia [IFRO]. 2012. *A rede.* http://www.ifro.edu.br/site/

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia. (2009). *Plano de Desenvolvimento Institucional.* Porto Velho. Retirado a 20 de setembro de 2015 em http://www.ifro.edu.br/site/wp-content/uploads/2009/04/PDI-IFRO.pdf

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia. (2014). *Plano de desenvolvimento institucional (2014-2018).* Retirado a 25 de março, 2016, em http://estrategia.ifro.edu.br/pdi/wp-content/uploads/sites/6/2014/12/pdi-ifro-2014-20 18-versao-preli minar-corrigida.pdf

Instituto Federal, Ciência e Tecnologia de Rondónia. (2014). *Reitoria.* Retirado em 25 de outubro, 2015, em http://www.ifro.edu.br/site/?p=30045

Ji-Paraná Melhor (2015). *História de Ji-Paraná.* Retidado a 21 de outubro de 2015 em http://www.ji-parana.ro.gov.br/layout2013/index2.php?ver_pagina=historia

JusBrasil (2009). *Gabinete do Ministro Portaria de 7 de janeiro de 2009.* Retirado a 22 de outubro de 2015, em http://www.jusbrasil.com.br/diarios/418514/pg-11-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-01-2009

JusBrasil (2009). *Página 11. Seção 2. 04/08/2009. DOU.* Retirado a 25 de outurbor de 2015 em: http://www.jusbrasil.com.br/diarios/764125/pg-11-secao-2-diario-oficial-da-uni ao-dou-de-04-08-2009

JusBrasil. (2015). *Diário Oficial da União (DOU), Página 26, Seção 2. 19/03/2015.* Retirado a 31 de outubro de 2015, em http://www.jusbrasil.com.br/diarios/88210032/dou-secao-2-19-03-2015-pg-26

JusBrasil. (2015). *Ministério Da Educação.* Retirado a 25 de outubro de 2015, em http:// www.jusbrasil.com.br/diarios/86497085/dou-secao-2-25-02-2015-pg-1

Lima, V. A. (2006). *Comunicação, poder e cidadania*. Nemp-UnB. Retirado a 13 de outubro, 2015, em http://revistas.univerciencia.org/index.php/rastros/article/ view/6009/5475

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia [MESEPTFECTB]. (2007). *Educação Profissional e Tecnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Retirado a 11 de outubro, 2015, em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia [MESEPTFECTB]. (2010). *Prestação de contas ordinária anual Relatório de Gestão do Exercício 2009.* Retirado a 18 de outubro, 2015, em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman &view=download&alias=4691-relatoriodegestao2009-se-mec-consolidado&Itemid= 30192

Oliveira, G. S. R (S/D). *O fio da história: A gênese da formação profissional no Brasil.* UEL. Retirado 19 de outubro, 2015, em http://www.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/sandra_garcia_genese_form_profis.pdf

Pacheco, E. (2008). *Os IFETs e o projeto nacional*. Retirado a 20 de setembro, 2015, em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_ifets_eliezer.pdf

Pegaroro, J. S. (2010). *A construção histórica do poder de punir e da política penal.* São Paulo: UNESP. Retirado a 08, maio, 2015, de http://books.scielo.org/id/cbwwq/pdf/silva-9788579831096-04.pdf

Plano Brasil Sem Miséria no seu Estado. (2010). *Informes adicionais. Mercado de Trabalho no Censo 2010.* (MTC). Retirado a 18 de outubro, 2015, de http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=78

Porfiro, M. (2014). *Entre as melhores escolas de RO no Enem, Ifro foca formação profissional.* Rondónia. Retirado a 12 de março, 2016, em http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/08/entre-melhores-escolas-de-ro-no-enem-ifro-foca-formacao-profissional.html

Prates, I. (2015). *IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2015.* Retirado a 19 de julho, 2016, de http://mundogeo.com/blog/2015/08/31/ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2015/

Ramos, M. R. (2013). *Educação profissional no instituto federal de Ji-Paraná e os limites objetivos para a inclusão socioprofissional de seus egressos*. Porto Velho. Retirado a 08 de setembro, 2015, de http://www.mestradoeducacao.unir.br/downloads/2263_dissertacao_mariadarocha.pdf

Scheibe, L. (2010). *Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação.* Campinas. Retirado a 13 de março, 2016, em http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/17

Schwartzman, S., Bomeny, H. M. B., & Costa, V. M. R. (2000). *Tempos de Capanema.* São Paulo: Paz e Terra. Retirado a 20 de setembro, 2015, em www.Schwartzman. org.br/simon/capanema/capit6.htm

SENAI, (S/D). *SENAI RO: Cursos, História e Muito mais sobre o SENAI Rondónia*. Brasil. Retirado a 15 de março, 2016, em http://cursosgratuitos.pro.br/senai-ro-cursos-historia-e-muito-mais-sobre-o-senai-rondonia/

Sérgio, P. (2014). *Novos técnicos do ifro têm oportunidades no governo*. Retirado a 25 de março, 2016, em http://www.newsrondonia.com.br/noticias/novos+tecnicos+do+ifro+tem+oportunidades+no+governo/41776

Silva, I. F. (2010). *O sistema nacional de avaliação: características, dispositivos legais e resultados.* São Paulo: Est. Aval. Educ. Retirado a 08 de setembro, 2015, em www.fcc.org.br/investigação/publicacoes/eae/arquivos/1602/1602.pdf

Souza, P. R., & Melo, José J. P. (S/d). *A influência da religião doméstica e do poder patriarcal na sociedade gentílica grega*. Maringa. Retirado a 19 de julho, 2016, em https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=10013749100823326268&hl=pt-BR&as_sdt=2005&sciodt=0,5

Tavares, M. G. (2012). *Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil*. Retirado a 20 de setembro, 2015, em http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/%20viewFile/177/103

Villalta, L. C. (1999). *El-Rei, os vassalos e os impostos: concepção corporativa de poder e método tópico num parecer do Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte. Retirado a 19 de

julho, 2016, em http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/elreiosvassaloseosimpostosconcepcaocorporativadepoder.pdf.

Waldow, C. (2014). *As políticas publicas educacionais do Governo Dilma. Formação para o tralho e questão do Pronatec: reflexões iniciais. X Anped Sul*. Florianópolis. Retirado a 19 d julho, 2016, em http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1765-0.pdf

ANEXOS

Anexo I

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO DE CAMPO

Os dados coletados serão empregados na Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT de Portugal.

Investigaçãodor: José Sodré de Oliveira. Mestrando em Ciência Política pela Universida de Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT de Lisboa, Portugal.

Orientador: Prof. Doutor Fernando Rui de Sousa Campos. Professor Associado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT de Lisboa, Portugal.

Data de preenchimento do questionário: **Horário: .....**
Município: Ji-Paraná-RO.

1) Considerando as modalidades de ensino da educação brasileira que você conhece e que estão sendo implementadas no país, como você as classifica:

a) ( ) Ótima b) ( ) Boa c) ( ) Regular d) ( ) Ruim e) ( ) Péssima f) ( ) Prefiro não responder.

2) Tomando como ponto de partida as modalidades educacionais implantadas no estado em que você reside e das quais você tem conhecimento, você avalia a educação ministrada como:
a) ( ) Ótima b) ( ) Boa c) ( ) Regular d) ( ) Ruim e) ( ) Péssima f) ( ) Prefiro não responder.

2.1) Quais as suas sugestões para a melhoria efetiva da formação profissional no país?

3) No âmbito da educação profissional brasileira e das políticas educacionais voltadas para formação técnica no estado, pode-se afirmar que são:
a) ( ) Ótima b) ( ) Boa c) ( ) Regular d) ( ) Ruim e) ( ) Péssima f) ( ) Prefiro não responder.

3.1) Justifique a sua resposta, explicando o porquê de sua opinião:

4) O Estado de Rondónia foi fundado em 22 de dezembro de 1981. A partir desta data, como você avalia o desenvolvimento da formação profissional técnica e tecnológica no Estado de Rondónia?

5) Em 2008, por meio da Lei nº 11.892, deu-se a criação do IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia) no intuito de contribuir para a formação técnica dos trabalhadores no estado. Como você avalia a atuação do poder público federal na formação técnica dos trabalhadores de Rondónia a partir deste ano:
a) ( ) Ótima b) ( ) Boa c) ( ) Regular d) ( ) Ruim e) ( ) Péssima f) ( ) Prefiro não responder.

5.1) Quais os principais benefícios e lacunas da atuação dos órgãos públicos do governo federal quanto à formação dos trabalhadores no estado de Rondónia?

6) Como você avalia as políticas públicas do governo federal implantadas na formação de técnicos dos trabalhadores em Ji-Paraná levando em conta a implementação da unidade educacional de ensino do Instituto Federal de Rondónia desde o ano 2009?
a) ( ) Ótima b) ( ) Boa c) ( ) Regular d) ( ) Ruim e) ( ) Péssima f) ( ) Prefiro não responder.

6.1) Justifique a sua resposta:

7) Desde 2009, o IFRO atua no município de Ji-Paraná em prol da formação de futuros trabalhadores por meio dos cursos técnicos na área de Informática, Florestas e Química. De que forma você classifica a atuação do IFRO na região:
a) ( ) Ótima b) ( ) Boa c) ( ) Regular d) ( ) Ruim e) ( ) Péssima f) ( ) Prefiro não responder.

7.1) Na sua opinião, qual a contribuição dos cursos técnicos acima citados para a formação profissional dos jovens e para o desenvolvimento local?

8. Com relação aos cursos técnicos oferecidos na unidade educacional de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondónia Campus Ji-Paraná, você julga-os importantes na formação técnicas dos trabalhadores cidade e região?
a) ( ) Sim
b) ( ) Não

8.1 Justifique sua resposta e de sugestões de novos cursos.

9. Você estaria disponível para uma entrevista, caso necessário, para aprofundarmos estas questões?
a) ( ) Sim
b) ( ) Não